

Fevereiro 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Publicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Basicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação: Heliana Santos, Ilda Sebastião e Domingas Mota

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura e Helga Silveira

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Admite equilíbrio rápido nos preços do barril de petróleo	1
1.2 Gestores recebem formação sobre execução orçamental	1
1.3 Empresários de Caluquembe querem bancos comerciais	1
1.4 Comissão Permanente estabelece cenário macroeconómico para 2009	2
1.5 Economia angolana vai continuar a crescer	2
1.6 Carência de carapau fresco nos mercados dispara preço	3
1.7 MLPA apoia Governo na redução da fome	3
1.8 O Combate a fome e a pobreza	4
1.9 Governo aposta na estabilidade económica	5
1.10 Gestor do BESA defende fluxo de investimentos privados	6
1.11 BESA distinguido como "Banco do Planeta 2009"	7
1.12 Novas regras de política monetária e cambial	7
2 MICROFINANÇAS	9
2.1 Banco Sol põe no Bengo créditos dois milhões de dólares	9
2.2 O micro-crédito e o combate à pobreza.	9
2.3 Linha de crédito satisfaz expectativas dos agricultores	10
2.4 Camponeses na Caála recebem micro-crédito	10
2.5 Centenas de Jovens recebem no Cunene micro-créditos	10
3 MERCADO INFORMAL	11
3.1 Comprar combustível para revender	11
3.2 Zungueiras vendem livros	13
3.3 Zungueira personifica mulher sacrificada	14
3.4 Made in Benguela	15
3.5 Administração da Ingombota vai acabar com vendas anárquicas	16
3.6 Mercado do Beato será riscado do mapa	17
3.7 Mercado cria o caos na rotunda da Cuca	18
3.8 Pequenos negócios melhoram rendimento familiar	19
4 OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	20
4.1 Crescimento económico pode cair para os 3%	20
4.2 Gestores públicos em seminário sobre execução do OGE/2009	21
4.3 Caála Com mais inclusão social	21
5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	23
5.1 Inauguradas obras sociais,	23
5.2 Como vamos em matéria de liberdade condicional?	24
5.3 Partidos ilegalizados apostam em estratégia de renascimento	24
5.4 Governadora de Luanda integra Comissão Ministerial de Monitorização do CAN2010	25
5.5 Projecto de Descentralização e Governação Local	26
Anúncio de Consultoria para 2009 de Curta Duração	26
5.6 Primeiro-Ministro aborda crise com Governadores	28
5.7 Fundo de Gestão Municipal facilita projectos locais	29
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	30
6.1 Prédios com fissuras preocupam moradores	30
6.2 Milhares de famílias do Sambizanga passam a beneficiar de luz eléctrica	32
6.3 Saneamento básico e urbanismo em discussão	32
6.4 Moradores do prédio da Lagoa com destino incerto	33
6.5 Retirada da grua ainda sem data	34
6.6 Casas para jovens estão em construção	34
6.7 Administração da Ingombota combate construções anárquicas	35
6.8 Degradar para demolir, não!	35
6.9 Nova cidade a norte de Luanda país é Luanda, o resto é colónia	37
6.10 Edifícios da Rua da Missão	38

6.11 Habitação para jovens nas terras do novo mundo	38
6.12 Habitação para jovens nas terras do novo Mundo	40
6.13 Requalificação vai ser demorada	41
6.14 Ocupantes ilegais de, prédio condenados a prisão efectiva;	43
6.15 Criada comissão para elaborar "Master Plan" urbano de Luanda	43
6.16 Kwanza-Norte constrói casas para jovens	43
7 TERRA	44
7.1 Efectivos das FAA assaltam e tomam terrenos da população	44
7.2 Instituto de Cartografia do Huambo tem novo equipamento	45
7.3 Administradores capacitados sobre Lei e Gestão de Terras	46
7.4 Camponeses do Jacaré-2 da comuna do Benfica estão a ser molestados, violentados e suas terras confiscadas	46
8 SERVIÇOS BÁSICOS	47
8.1 Especialistas abordam saneamento básico	47
8.2 A água é fonte da vida	48
8.3 Abastecimento de água regularizado na periferia de Mbanza Congo	48
8.4 Milhares de famílias do Sambizanga passam a beneficiar de luz eléctrica	49
8.5 Populares desclassificam lixo	49
8.6 Novos sistemas alternativos de abastecimento de água	51
8.7 Projecto Agua para todos chega ao Bolongongo	51
8.9 Namibe tem novas infra-estruturas	52
8.9 É de dar raiva!	53
8.10 POPULAÇÃO DO CAIUNDO JÁ TEM AGUA CANALIZADA	54
8.11 Kwanza-Norte define prioridades para as administrações municipais	54
9 AMBIENTE	55
9.1 Pobreza causa estragos ao ambiente	55
9.2 Dia Nacional do Ambiente destaca reconhecimento do direito tradicional à terra	56
9.3 Primeiro-Ministro aborda ambiente com a delegação do "Planeta Terra"	56
9.4 Angola assume compromisso de criar políticas ambientais direccionadas	57

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Admite equilíbrio rápido nos preços do barril de petróleo

Jornal de Angola 8 de Fevereiro de 2009

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) admite um rápido restabelecimento e equilíbrio no preço do crude no mercado internacional com a implementação de um corte nos actuais níveis de produção.

Segundo o comunicado de imprensa, assinado pelo presidente da OPEP, José Maria Botelho de Vasconcelos, "a organização está a aplicar a decisão tomada na sua 151^a Conferência realizada em Orão (Argélia), em Dezembro último, de contínuo ajustamento dos seus níveis de produção, para alcançar, de um modo geral, a redução na sua produção de 4,2 milhões de barris de petróleo por dia".

O documento assinala que "o ajustamento desta dimensão foi essencial no estabelecimento dos fundamentos do mercado para a acomodação da queda na procura do petróleo e a rápida acumulação do excesso de petróleo em stocks, e assim equilibrar o mercado". Assim, refere o comunicado, desde meados de 2008 a crise financeira global e a expansão da recessão económica têm tido um impacto substancial no mercado de petróleo, o que tem resultado numa rápida redução na procura global de petróleo e grande desequilíbrio e no rápido declínio dos preços, pondo assim em perigo futuros investimentos na indústria.

"Numa perspectiva de contínua incerteza, a organização irá monitorar de perto os desenvolvimentos e está completamente comprometida com o alcance do equilíbrio do mercado tão cedo quanto seja possível", lê-se no comunicado. A OPEP reafirma a sua prontidão em tomar outras decisões pertinentes na reunião da Conferência Ministerial que terá lugar no próximo mês de Março, na cidade de Viena (Áustria), sede do cartel.

Na sua anterior declaração, a 24 de Janeiro deste ano; o presidente da OPEP, Botelho de Vasconcelos, admitiu que caso seja necessário, a OPEP não hesitaria em convocar uma outra reunião, visando a redução da produção para o equilíbrio e a estabilidade do mercado petrolífero.

O barril de petróleo bruto no mercado internacional estava cotado, na sexta-feira, a 38,60 dólares em Nova Iorque e 45.27 dólares em Londres.

1.2 Gestores recebem formação sobre execução orçamental

Jornal de Angola 8 de Fevereiro de 2009

Gestores de empresas públicas na província do Huambo estão desde ontem a participar numa formação sobre as novas modalidades de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), numa iniciativa da Delegação Provincial do Ministério das Finanças.

Os participantes analisam o decreto que regula a execução do OGE de 2009, a programação financeira e a atribuição dos limites financeiros para as unidades financeira (DF), os créditos adicionais, as necessidades de recursos financeiros e as modalidades da folha de salários.

A conciliação do actual Sistema de Gestão do Património do Estado (SIGPE) e do Sistema de Gestão Financeira do Estado (SIGPE), na execução orçamental de 2009 são também temas agendados.

a governador do Huambo, Albino Malungo, que presidiu ao acto de abertura, destacou a importância do evento e exortou os gestores e executores da província a serem exemplares na execução do OGE de 2009.

1.3 Empresários de Caluquembe querem bancos comerciais

Jornal de Angola 8 de Fevereiro de 2009

Empresários de Caluquembe, município situado a 195 quilómetros do Lubango, defendem a necessidade urgente de instalação de bancos comerciais nesta localidade com o objectivo de facilitar o desenvolvimento do comércio e da indústria.

O coordenador da Associação de Camponeses, Criadores de Gado e Comerciantes de Caluquembe, Joaquim Jamba, disse que uma agência bancária facilitaria as transacções monetárias e o processo de obtenção de créditos para a actividade empresarial.

O empresário manifestou o seu desagrado pelo facto dos agentes comerciais locais terem de se deslocar ao município da Caconda (cerca de 80 quilómetros) para efectuarem as suas transacções bancárias...

Joaquim Jamba sublinhou que os empresários locais enfrentam ainda outros constrangimentos, tais como a

dificuldade na legalização de imóveis, terras e outros bens que facilitam o crédito bancário.

Vitalidade na banca o sector bancário angolano tem estado, nos últimos seis anos, a conhecer uma certa vitalidade no seu crescimento, sobretudo no aumento dos depósitos, créditos disponibilizados e número de balcões abertos em todo o país.

Há sinais de vitalidade na economia, o que pressupõe que os níveis de bancarização da economia estão a crescer muito.

A expansão da actividade dos bancos deve-se a três factores fundamentais: a diversificação de produtos e serviços bancários, a abertura de mais instituições bancárias no mercado e o crescimento exponencial da economia nacional.

Angola conta, actualmente, com mais de 17 instituições bancárias.

1.4 Comissão Permanente estabelece cenário macroeconómico para 2009

Jornal de Angola 12 de Fevereiro de 2009

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros estabeleceu ontem o cenário de programação macroeconómica para 2009 e recomendou ao órgão colegial do Governo a aprovação de um programa de acção para lidar com os efeitos da actual crise financeira e económica mundial.

De acordo com o comunicado saído da primeira sessão ordinária daquele órgão restrito do Conselho de Ministros, o referido programa procura ajustar os objectivos contidos no Plano Nacional de 2009 à situação actual, por forma a garantir a estabilização macroeconómica e reduzir o grau de abrandamento da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto.

São ainda objectivos do programa promover as actividades económicas produtivas geradoras de emprego e rendimento e apoiar a substituição competitiva de importações e de fomento das exportações, através de sistemas de incentivo e mecanismos temporários de protecção às actividades emergentes.

O programa contém ainda um conjunto de medidas principais de gestão macroeconómica e estruturais a implementar no corrente ano, tais como medidas de âmbito da administração fiscal, da receita não petrolífera, da melhoria dos instrumentos de execução do Orçamento Gerar do Estado, nomeadamente a

Programação Financeira e a racionalização da despesa pública, da melhoria do desempenho das empresas públicas e redução das suas despesas e adopção de uma estratégia de intervenção do Estado para assegurar, a curto prazo, a viabilidade da actividade diamantífera.

Para a execução do Programa, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros apreciou o Cronograma de Medidas Principais de Gestão Macroeconómica e Estruturais a implementar em 2009 e recomendou ao Conselho de Ministros a sua aprovação.

O cronograma estabelece a perspectiva temporal e o encadeamento da implementação das principais medidas de política e gestão macroeconómica, permitindo o seu acompanhamento e monitorização.

A Comissão Permanente tomou conhecimento de uma informação sobre a integração das logísticas das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional na Central de Compras de Angola/Rede Integrada de Logística e Distribuição do PRESILD, tendo recomendado a conclusão atempada desta tarefa.

1.5 Economia angolana vai continuar a crescer

Jornal de Angola 12 de Fevereiro de 2009

Angola não vai viver uma situação de recessão, garantiu ontem o ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior, no final da primeira reunião ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

O ministro explicou que Angola não vai estar numa situação de crescimento negativo, isto é, não vai estar numa situação de crescimento abaixo da taxa de crescimento da população, que é de 3 por cento.

"A nossa taxa de crescimento não ficará abaixo da taxa de crescimento da população. Em termos de per capita nunca teremos um crescimento negativo. Posso dar esse elemento como referência", declarou aos jornalistas.

Segundo Manuel Nunes Júnior, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros definiu um cenário em que a economia nacional vai continuar a crescer, embora com abrandamento, mas vai continuar a crescer do ponto de vista real, num ambiente de estabilidade macro-económica.

"Não avançamos já a cifra desse crescimento, mas o cenário aprovado pela Comissão Permanente é de crescimento económico. Um cenário capaz de fazer com que o país continue os seus esforços no combate à

fome, à pobreza, realização dos principais investimentos públicos, a actividade de fomento empresarial e as reformas que temos estado a introduzir na nossa sociedade", disse.

1.6 Carência de carapau fresco nos mercados dispara preço

Semanário Factual 13 a 20 Fevereiro de 2009

O Factual foi constatar o facto em alguns pontos de venda de peixe na cidade de Luanda. Visitou a praça da Mabunda, esteve na Ilha de Luanda e em Cacucaco, e deu conta que nesses locais não existia nem um carapau "para contar história". A carência do pescado fresco possibilita a subida exorbitante do produto no mercado.

Dona Francisca Pedro, vendedora do mercado da Samba, afirma que "nestes dias não se tem visto carapau fresco no mercado, nós sempre, quando vamos à praia, não encontramos este tipo de peixe e nem sabemos o que se tem passado, o que faz com que o peixe congelado se tornasse mais caro".

A vendedora Maria Sampaio fez saber que o preço da caixa de carapau congelado tem aumentado todos os dias nos armazéns onde é comercializado, estando "nós a comprar a caixa de 20 quilos a 11 ou 12 mil kwanzas, o que faz com que nós revendamos o peixe a um preço mais elevado".

O carapau congelado no mercado informal é vendido a um preço exorbitante, como conta a senhora Beatriz Paulo: "Eu, ultimamente, já não tenho comido carapau em casa devido ao preço alto do carapau fresco. Antigamente nós comprávamos seis carapaus a 100 kwanzas, pelo menos com 300 kwanzas tinha uma quantidade para alguns dias, facto que é contraditório. Agora com a falta do carapau na praia, o preço disparou e a quantidade baixou, estando três carapaus a serem comprados a mil kwanzas".

O F actual abordou ainda o chefe de pesca, Marcelino Paulino, que já prática a pesca do carapau há cerca de 15 anos e são dele as seguintes afirmações: "A carência de carapau nas redes tem muito a ver com o factor tempo. Este tipo de peixe aparece mais na rede nos meses de Maio, Junho, Julho e de Dezembro. Nos meses anteriores é muito difícil aparecer por causa da lua cheia".

Ele referiu ainda que "quando se pesca muito carapau e a embarcação não consegue transportar é necessário que se chame outra embarcação, porque se deitar o peixe já morto ao mar podem-se passar dois a três meses sem o pescado".

Nas praias de Luanda só é visível a presença em abundância de outros tipos de pescado como a lambula, a espada, o calafate, embora alguns pescadores digam que não é o tempo do carapau.

O F actual notou ainda na praça da Mabunda, na Samba, o desperdício de pescado. Cerca de uma tonelada de lambula é desperdiçada todos os dias naquelas imediações pelos barcos que atracam na praia. São juntados aos montes escalados e o que se deteriora é atirado ao mar por falta de uma instalação para conservação do pescado.

O director geral do Instituto de Pescas Artesanais, Cahulo Duarte, que deu alguns esclarecimentos sobre inexistência no mercado do carapau fresco, indicou que essa situação se deve à escassez do pescado no mar. "Foi implementado um método que consistia na não pesca do carapau para possibilitar a reprodução do mesmo".

No entanto, Cahulo Duarte deu a conhecer que o Governo possibilitou aos armadores nacionais a compra do carapau em outros países para possibilitar a reprodução do cardume em águas angolanas.

Acerca do desperdício de pescado que tem se registado em alguns pontos de venda onde atracam as embarcações, Cahulo Duarte afirmou que está em curso um projecto que visa a reabilitação do centro de conservação de pescado da ilha de Luanda e também a construção de raiz de um centro na praia da Mabunda, na Samba, devido à quantidade excessiva de pescado desperdiçado.

O Factual foi convidado para uma conferência de imprensa nas instalações onde funciona o Ministério das Pescas, para explicação do assunto que tem sido abordado nas últimas semanas pelo semanário, sobre as embarcações semi-industriais que o pelouro comprou à empresa espanhola, ARESA.

O portador dos barcos, o espanhol Ramon Perez Alonso, afirma que as mesmas embarcações nunca poderão pescar porque elas vieram da fábrica espanhola com erros de fabrico.

1.7 MLPA apoia Governo na redução da fome

Jornal de Angola 17 de Fevereiro de 2009

O MPLA vai apoiar o Governo para que este continue empenhado na aplicação de políticas que visem a redução da fome e da pobreza, apesar da crise

económica e financeira internacional. Este compromisso consta da agenda política do partido no poder, apresentada no último fim-de-semana, na cidade de Saurimo, Lunda-Sul, pelo seu vice-presidente, Roberto de Almeida.

O documento refere que "atenção especial deverá ser dada à consolidação da estabilidade macroeconómica, assegurando a estabilidade monetária e cambial, bem como a manutenção do poder de compra da moeda nacional"

A adopção de medidas de austeridade e de rigor no uso dos recursos públicos e de redireccionamento da actividade económica, com destaque para a substituição de importações pela produção nacional, diversificando a economia e melhorando a balança de pagamentos do país, são outros aspectos que merecerão atenção especial.

Outra prioridade tem a ver com o aumento do emprego e com a promoção de investimentos em sectores da vida nacional que sejam intensivos em mão-de-obra, como a agricultura, construção civil, indústria transformadora e pescas.

O documento que temos vindo a fazer referência prioriza também os projectos estruturantes de reabilitação, modernização e ampliação das infra-estruturas produtivas e sociais do país já em curso, bem como a continuação do desenvolvimento de acções que visam a melhoria da qualidade de vida dos angolanos, particularmente nos domínios da habitação, da saúde, do acesso à energia e água potável, educação e saneamento básico.

O MPLA vai ainda levar a cabo tarefas que se destinam à preparação e participação no processo eleitoral e fazer o acompanhamento das demais acções a serem conduzidas pela Comissão Nacional Eleitoral.

1.8 O Combate a fome e a pobreza

Jornal de Angola 18 de Fevereiro de 2009

O partido no poder, o MP LA, está a acompanhar a situação de crise financeira e económica mundial, que se está a repercutir na economia angolana, tendo reiterado o seu compromisso de apoiar o Governo nos seus esforços para combater a fome e a pobreza no país, apesar da actual conjuntura internacional.

A queda dos preços do petróleo e dos diamantes no mercado internacional, em resultado da crise financeira e económica mundial, obrigou as autoridades a

tomarem medidas centradas na austeridade e rigor no uso dos recursos públicos e no redireccionamento da actividade económica, com destaque para a substituição de importações pela produção nacional, no quadro da diversificação da economia.

O partido no poder tem consciência de que vivemos neste momento tempos menos bons em termos de arrecadação de receitas provenientes dos nossos tradicionais produtos de exportação e que têm ainda um peso considerável na estrutura do nosso Produto Interno Bruto o petróleo e os diamantes.

Em momentos de crise é normal que se revejam planos, que mudem comportamentos e, sobretudo, que se façam gastos de forma racional. Fala-se com frequência em se apostar na produção nacional, um assunto que vem sendo abordado ao longo de vários anos, mas que actualmente, em virtude da crise financeira e económica mundial, assume no nosso país uma importância particular.

E entretanto imperioso que se estudem os melhores mecanismos para se apoiar o investimento na produção nacional processo em que os bancos comerciais terão um papel importante a desempenhar, se tivermos em conta o facto de que as instituições financeiras bancárias podem, por via do crédito, relançar a actividade produtiva em várias regiões do país, particularmente no meio rural.

Temos no meio rural pessoas empreendedoras disposta a reabilitar campos que podem ar altos resultados. As instituições financeiras bancárias devem começar a acreditar na capacidade dos investidores privados nacionais que precisam de capitais para relançar a actividade produtiva.

E verdade que os bancos, pela sua própria natureza, precisam de garantir para que concederem empréstimos. Os bancos são também empresas que prosseguem a maximização do lucro. De qualquer modo; pode-se pensar em mecanismos que sejam vantajosos, quer para os bancos comerciais, quer para os seus clientes que necessitam de crédito para realizar investimentos.

O Estado, por via do Governo, já gizou e está a executar programas que podem levar o país a ter uma actividade produtiva capaz de erradicar a fome a pobreza no país e de gerar outros benefícios, como a criação de emprego. E hora de imaginação para conceber os melhores programas para relançamento da actividade produtiva no campo, a fim de nos tornarmos

a to suficientes em termos de alimentos.

O MPLA enquanto partido no poder. Que se preocupa permanentemente com os problemas das Populações, tem uma agencia que contempla a adoração de várias medidas viradas para a melhoria das condições de vida dos Angolanos, nos domínios da habitação, saúde, da educação e da distribuição, de energia e de água potável.

Já são visíveis as obras, de natureza diversa, que o Governo tem vindo, a executar e que estão a beneficiar milhões de angolanos. O combate à fome e à pobreza constitui uma grande empreitada em que devem estar envolvidos vários agentes económicos. A actual crise financeira e económica mundial obriga-nos a unir esforços para resolvermos os nossos problemas internos, para continuarmos a crescer economicamente e a satisfazer as necessidades das populações.

1.9 Governo aposta na estabilidade económica

Jornal de Angola 21 de Fevereiro de 2009

A crise económica e financeira mundial nas economias grandes ou pequenas é um dado inofismável. Está, enfim, instalada e com as consequências daí decorrentes. Neste sentido medidas para contorná-la têm sido tomadas no mundo inteiro. Angola, obviamente não está alheia ao fenómeno.

Em face disso, o Governo tem um compromisso com a manutenção da estabilidade macroeconómica, segundo o vice-governador do Banco Nacional de Angola, Rui Minguês, um factor que vinca o compromisso e a necessidade de manter uma inflação baixa na ordem dos 10 por cento para o ano corrente.

O compromisso de fazer permanecer uma taxa de câmbio estável é também, um dos principais vectores para atenuar os efeitos da crise, apontados por Rui Minguês, porquanto o nível de abertura da economia nacional para estrangeiro, quer por via das receitas petrolíferas, quer por via dos consumíveis importados suporta variações de taxas de câmbio muito elevadas.

Na visão do vice-governador do BNA, que falava ontem na Escola Nacional de Administração (Enad), no âmbito do ciclo de conferência sobre a crise económica e financeira mundial nas economias nacionais, dentro da estabilidade macro-económica pretende manterem-se os níveis do défice público no limite do razoável.

Parafaseando Álvaro Sobrinho, presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo Angola

(BESA), Rui Minguês disse que; pela primeira vez, nos últimos três anos, Angola registou um défice, sendo que, para ele, o défice, em si, não constitui problema.

O necessário é saber como o défice pode ser financiado.

Neste sentido, afirmou haver igualmente um compromisso de manter o financiamento de qualquer défice que se venha a manifestar, fazendo financiamentos não inflacionários do défice e procurar fontes de financiamento quer externo, quer doméstico para permitir que o mesmo seja suprido e mantenha, deste modo, as políticas do Governo.

Relativamente a um eventual decréscimo das receitas, o vice-governador do BNA disse que medidas terão de ser tomadas para aumentar as receitas onde existam capacidades para o fazer, através do aumento da base fiscal, bem como melhoria do sistema de tributação e, essencialmente, na simplificação dos actos de tributação para que possa ser mais efectiva a aceleração das receitas não petrolíferas.

Aceleração da produção de alimentos

Para fazer face à actual situação, o vice-governador do BNA afirma ser necessário adoptar políticas que visem acelerar a produção de alimentos, reduzindo, assim, de forma significativa, os níveis de dependência para com a importação.

"Reduzir a dependência do país para com produtos agrícolas de forma mais rápida é fundamental no actual momento". Em função disso, este conjunto de medidas obrigam a que de alguma forma haja uma concorrência do Estado com os recursos destinados ao sector privado, através do BDA, cujo fundo poderá ser utilizado pelo Governo como um atenuante dos efeitos que possam vir a resultar do aumento do financiamento do Estado no sector financeiro.

Melhoria da eficiência das empresas públicas

"Com os recursos que já estão disponíveis no BDA, o Governo entende que o crédito bancário mesmo que tenda a ser encaminhado para investimentos públicos também pode manter o financiamento ao sector privado", referiu.

A melhoria da eficiência das empresas públicas é também um dos vectores apontados pelo responsável na superação dos efeitos da crise, sendo que uma maior exigência poderá ser feita neste capítulo para permitir que a pressão que eventualmente algumas empresas provoquem nas contas públicas possam ser reduzidas com um aumento da eficiência destas empresas e a

melhoria dos seus níveis de rentabilidade."Temos capacidade doméstica e reservas financeiras suficientes para que o processo da crise não se dê no país numa forma excessivamente agravada nos próximos tempos", assegurou porém, Rui Minguês receia que o agravamento da crise mundial pode naturalmente ruir a capacidade de a economia nacional suportar a crise sem sacrifícios enormes. Isso implicará que todos agentes económicos, famílias e os agentes públicos moderem as despesas e sejam capazes de entender que alguns sacrifícios serão necessários para ultrapassar a crise.

1.10 Gestor do BESA defende fluxo de investimentos privados

Jornal de Angola 22 de Março de 2009

O presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo Angola (BESA) defendeu sexta-feira, em Luanda, a necessidade de se dar continuidade ao esforço de atrair investimentos privados para Angola nos próximos tempos.

Entre os vários aspectos apontados pelo banqueiro, consta a necessidade de reforçar o investimento público nos sectores da saúde e educação, investimento privado no desenvolvimento das infra-estruturas públicas e um esforço contínuo na adequação do enquadramento jurídico-legal ao paradigma do crescimento de Angola.

Álvaro Sobrinho, que falava durante a conferência "O Efeito da Crise Económica e Financeira Mundial nas Economias Nacionais", na Escola Nacional de Administração (ENAD), disse que os sectores considerados prioritários, como a agricultura e a indústria, para que possam contribuir para a redução da dependência de Angola do exterior devem merecer uma atenção redobrada.

A canalização de recursos públicos para onde são mais necessários, aliviando as despesas noutros sectores, que visem a reestruturação do sector público empresarial e o desenvolvimento de programas de privatizações parciais e a garantia de estabilidade nas receitas fiscais, focando as receitas não petrolíferas, foram também medidas apontadas pelo gestor do BESA.

Na visão de Álvaro Sobrinho, um dos grandes desafios que se coloca aos agentes económicos é a promoção da eficiência como forma de combater possíveis ajustamentos neste período.

Durante a sua intervenção, o presidente da Comissão Executiva do BESA lembrou que o ano passado marcou o início do pior ciclo económico mundial, que obviamente começou com os subprime, tendo

desembocado num efeito cascata.

O rigor no acesso ao crédito, por forma a não degradar o rácio de transformação do sector financeiro angolano e uma melhoria da capacidade de planeamento e de previsão nas decisões de pré-aplicação de investimentos constituem premissas para contrapor aos efeitos da crise económica na economia de Angola, aconselhou o presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo Angola (BESA), Álvaro Sobrinho.

O gestor defende uma revisão e racionalização das estruturas de custo e a implementação de acções capazes de garantir o custo efectivo da economia de Angola, enquanto os agentes económicos trabalham para promover a eficácia como elemento principal para o combate a um ano de ajustamentos.

Álvaro Sobrinho considerou o sector público como o agente económico mais relevante para ponderar ajustamentos nas receitas fiscais, pois 75 por cento dessas receitas estão directamente ligadas aos petróleos e por isso fortemente voláteis (quebra possível de 50 por cento) e de dependentes de variáveis exógenas incontroláveis.

Para Álvaro Sobrinho, o peso das receitas fiscais não petrolíferas é estimado em 9,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, contra os 27,8 no mesmo sector em toda a África subsahariana, daí a necessidade do aumento da base tributária e a melhoria da eficácia na colecta fiscal angolana.

Para Álvaro Sobrinho, torna-se imperativo seleccionar por prioridade os investimentos do Estado em relação à execução de alguns projectos e criar novas formas de financiamento ao investimento público, de modo a ponderar o crescimento da despesa.

Os Programas de Investimentos Públicos (PIP) prevêem uma absorção de 8,8 mil milhões de dólares, aos quais se poderá acrescentar financiamentos estimados em 5,1 mil milhões de dólares norteamericanos, após um crescimento de despesa no período 2008/2009, reflectido pelo aumento dos recursos próprios alocados ao PIP.

O presidente da comissão executiva do BESA abordou na conferência, em que participaram gestores de organismos bancários, empresas seguradoras e membros da sociedade civil, o tema "A Crise Económica e Financeira Mundial no Mercado Financeiro e na Economia Real dos Países de África, EUA, Europa e Ásia".

1.11 BESA distinguido como "Banco do Planeta 2009"

Jornal de Angola 28 de Fevereiro de 2009

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) recebeu, ontem, a distinção de "Banco do Planeta 2009", atribuída pelo Comité Internacional de Desenvolvimento do Planeta Terra, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO).

Segundo o presidente da Comissão Executiva do BESA, Álvaro Sobrinho, a distinção "Banco do Planeta" é atribuída pelo apoio dado à ONU e ao Governo aquando da execução do projecto do repatriamento dos refugiados angolanos na Zâmbia.

Outro aspecto está relacionado com o facto de ser a instituição bancária que mais se destacou no apoio à divulgação de mensagens sobre a protecção do ambiente e sua sustentabilidade.

O prestígio alcançado, disse Álvaro Sobrinho em conferência de imprensa, tem a ver com a seriedade e continuidade no apoio a iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável, cujos objectivos são a valorização da cultura e da forma de estar dos angolanos.

OBESA apoia também projectos que visam criar a qualidade na educação em Angola, concedendo bolsas de estudos a jovens angolanos, com o objectivo de permitir que as novas gerações tenham consciência da importância da sustentabilidade. Para a administração da instituição bancária, o futuro do planeta está na capacidade de decisão de cada cidadão e a responsabilidade social deve ser expressa por meio de um relacionamento estreito com a comunidade.

O presidente do Comité Internacional de Desenvolvimento do Planeta Terra, Eduardo de Mulder, disse que um dos principais objectivos é dar a conhecer o planeta junto dos órgãos de decisão política e social. A maior preocupação do Comité Internacional sublinhou é a falta de interesse pelo planeta terra demonstrada pela camada jovem. "A juventude actual mostra pouco interesse em conhecer e preservar o planeta em que vive", afirmou.

Ao longo deste ano, o BESA vai participar em todas as actividades organizadas pelo Comité Internacional e fazer parte do Comité Nacional Angolano do programa "Planeta Terra/ UNESCO", na qualidade de "Banco Planeta". Entre as acções programadas, salientam-se as conferências de lançamento do Comité Angolano do

Planeta Terra e a Cimeira Mundial do Planeta Terra, em Novembro em Lisboa.

Deliberação da ONU

O Ano Internacional do Planeta Terra foi proclamado em 2007, por deliberação da Assembleia Geral das Nações Unidas, com os votos dos 191 países, com o objectivo de realçar a importância dos aspectos sociais, políticos, ambientais, culturais e éticos na conservação e uso dos recursos naturais. Foi delegada à UNESCO a organização e implementação de comités e programas nacionais, à escala planetária.

Angola é o octogésimo país a formar o Comité do Planeta Terra Angolano, que será presidido pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim. Ontem, foi assinado um memorando de entendimento entre o Ministério do Ambiente e o Comité Internacional de Desenvolvimento do Planeta Terra.

Para o projecto de longo prazo, o Comité Internacional do Planeta Terra traz a Angola, entre 2010 e 2020, a realização do primeiro Fórum Africano para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta Terra. De dois em dois anos, Angola vai ser palco de cimeiras de discussão dos problemas relacionados com os programas científicos, energia solar, literatura, artes plásticas e dança.

1.12 Novas regras de política monetária e cambial

Jornal de Angola 21 a 28 de Março de 2009

A gestão macroeconómica que o Governo destina ao país este ano incidirá grandemente sobre questões de natureza cambial e monetária, de acordo com o cronograma das medidas a implementar.

Esse documento aponta como medida permanente, no decurso de 2009, a continuação da aplicação da esterilização «ex-ante», mas estabelece uma avaliação, que deverá ocorrer já, até ao fim do mês em curso, da sua eventual limitação «face às necessidades de pagamento internas do Tesouro Nacional e capacidade de absorção de divisas da economia nacional, para se determinarem eventuais medidas complementares».

A esterilização «ex-ante» é um processo de antecipação estabelecido entre a Sonangol, o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Tesouro Nacional, em que os fluxos de divisas provenientes das exportações petrolíferas são convertidos antes de ocorrerem os eventos do mercado relacionados com o câmbio.

Esse processo começou a ser implementado em 2002,

trazendo consigo a recuperação da cotação do kwanza diante do dólar e, posteriormente, o período de estabilidade cambial que se prolonga até aos dias de hoje.

O documento não dá outras pistas para interpretar o significado de «eventuais medidas complementares», embora todo o texto acima reproduzido em relação à esterilização «ex-ante» prenuncie o advento de novas regras.

Apesar disso, de acordo com o cronograma, com o Banco Nacional de Angola, a Equipa Económica do Governo vai definir até ao final de Junho, medidas para regulamentação dos depósitos em moeda estrangeira, bem como dos limites de exposição cambial e acções para acautelar o efeito da livre circulação do dólar americano.

Significativamente, porém, uma das medidas de carácter cambial que o cronograma diz que deve ser tomada até ao fim do mês em curso, consiste na determinação «de um intervalo da taxa de câmbio consistente com a meta das reservas internacionais líquidas».

O documento indica que, já a partir de Fevereiro, está em curso um processo destinado ao estabelecimento de regras «claras» de uso dos instrumentos de política monetária, «evitando-se um grau elevado de discricionariedade na sua condução e tendo como objectivo principal a preservação das reservas internacionais».

Já antes, em Janeiro, o Banco Nacional de Angola teria implementado um ajuste das suas reservas obrigatórias, adequando-as aos níveis de liquidez da economia, segundo o cronograma.

Por outro lado, naquele mês foi adoptado o princípio do uso de títulos públicos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro, BT, e Títulos do Banco Central, TBC), com base em duas orientações.

A primeira consiste na manutenção de um «stock» permanente de Títulos do Tesouro na posse do BNA, para fins de política monetária, com remissão automática até um limite proporcional à meta projectada para a base monetária.

A outra baseia-se em que o BNA administre a sua carteira própria de Títulos de Tesouro, definindo as taxas de juro de curto prazo nas operações comprometidas.

Ainda assim, apesar de projectar manter positivos os

fluxos de receitas (as medidas orientam a manutenção do crescimento do sector petrolífero a um taxa igualou superior a zero), os decisores políticos querem legislar a elevar das reservas internacionais.

Numa decisão inserta no cronograma instam a definição de «mecanismos de aplicação das reservas do Estado em negócios rentáveis e seguros». Numa suposta relação com isso, mais adiante, projecta-se que o Fundo Soberano de Angola, com funções de fundo de estabilização e poupança, esteja constituído até Maio.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Banco Sol põe no Bengo créditos dois milhões de dólares

Jornal de Angola 1 de Fevereiro de 2009

Um total de 1.697 cidadãos da província do Bengo beneficiaram de créditos de 2,5 milhões de dólares em 2008, disponibilizados pelo Banco Sol, visando contribuir no combate à fome e à pobreza, informou ontem, o responsável de micro-crédito da instituição, Morais Pascoal.

Segundo o gestor, dos beneficiários constam agricultores organizados em cooperativas e associações agrícolas, professores e enfermeiros que têm correspondido com as exigências da instituição bancária quanto ao reembolso dos valores recebidos.

O responsável sublinhou que o Banco Sol perspectiva para 2009, injectar 1,2 milhão de dólares para a concessão de créditos às comunidades rurais com o objectivo de melhorar as culturas e o aumento da produção agrícola.

Morais Pascoal pontualizou que a instituição vai igualmente disponibilizar 22,9 milhões de dólares para a cedência de crédito aos professores e enfermeiros com a finalidade de satisfazer as suas necessidades e preocupações, de forma a garantir e melhorar as condições de vida das suas famílias.

Já o Banco de Comércio e Indústria (BCI), com um montante de 50 mil dólares beneficiou, em 2008, 80 cidadãos das mais variadas profissões, nomeadamente comerciantes, sapateiros, profissionais de artes e ofícios e funcionários públicos, visando ajudar a desenvolver actividades económicas rentáveis.

2.2 O micro-crédito e o combate à pobreza.

Jornal de Angola 2 de Fevereiro de 2009

O combate à fome e à pobreza tem mobilizado o concurso, não só do Estado, mas também de instituições bancárias, os quais vão no sentido de proporcionar a numerosas famílias de todo o país condições de vida condignas.

Instituições bancárias angolanas têm, por via do micro-crédito, injectado milhões de dólares na economia, dinheiro que se destina a apoiar pequenos negócios lucrativos desenvolvidos por cidadãos com profissões

diversas e que querem iniciar uma actividade produtiva, na cidade e no campo.

A concessão de crédito à produção permite o surgimento de micro-empresendimentos, que, além de fazerem com que os rendimentos de muitas famílias aumentem, dão ocupação a milhares de jovens, que têm, assim, uma oportunidade para realizar projectos pessoais e levar uma vida sem grandes dificuldades de ordem financeira e social.

Os bancos são também, pela sua natureza, um factor catalisador do crescimento da economia, ao transferirem poupanças de uns para emprestar aos que delas necessitam para o investimento, permitindo um aumento da oferta de bens e serviços.

O crédito à produção contribui para a diminuição da taxa de desemprego, ajudando assim o Estado a resolver este problema que afecta milhares de jovens que, em muitos casos, procuram o primeiro emprego.

Há bons exemplos no mundo, com resultados impressionantes, particularmente em países asiáticos, de como a concessão de micro-créditos a famílias pobres, com condições de reembolso pouco onerosas, pode combater a fome e melhorar substancialmente a vida das populações que deles beneficiam.

Alguns bancos comerciais angolanos, ao concederem crédito aos cidadãos, para estes financiarem pequenos projectos, estão, com esses empréstimos, a criar oportunidades de negócios que terão um efeito multiplicador, que se vai repercutir positivamente na qualidade de vida das populações.

É relevante o facto de um banco comercial angolano ter afectado 2,5 milhões de dólares em 2008 a 1.697 cidadãos da província do Bengo, entre os quais figuram agricultores organizados em cooperativas agrícolas, professores e enfermeiros.

Esse mesmo banco projecta já injectar, em 2009, 1,2 milhões de dólares para concessão de crédito às comunidades rurais, com o objectivo de melhorar as culturas e aumentar a produção agrícola.

A execução dos programas do Governo destinados à erradicação da fome e da pobreza no país e as operações de crédito à produção levadas a cabo por alguns bancos comerciais abrem caminho para que daqui a alguns anos muitos problemas sociais com que nos debatemos hoje sejam solucionados, tornando a vida de milhares de angolanos menos penosa.

2.3 Linha de crédito satisfaz expectativas dos agricultores

Jornal de Angola 4 de Fevereiro de 2009

O director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística do Ministério da Agricultura, Joaquim Duarte garantiu que a linha de crédito de 350 milhões de dólares, aprovada na semana pelo Governo, destinada ao financiamento de pequenos e médios produtores, associações e cooperativas agro-pecuárias, vem ao encontro das expectativas dos produtores.

A linha de crédito tem "valores significativos" que "vão permitir que as expectativas dos produtores, em termos de aquisição de novos instrumentos de trabalho, como maquinaria agrícola, entre outras, possam ser satisfeitas".

Sobre um aumento do micro-crédito, manifestada pelos produtores familiares, o gestor sublinhou que o financiamento aprovado pelo Governo dá a possibilidades aos produtores acima do micro-crédito, cujo valor máximo é de I 0.000 dólares.

Com o novo crédito, "estamos a falar de valores mais significativos que vão de cinco mil dólares norte-americanos, para o crédito de campanha agrícola anual, a 500 mil dólares, correspondente ao crédito de investimento", argumentou Joaquim Durante.

Joaquim Duarte esclareceu que as modalidades para a operacionalidade da linha de crédito de 350 milhões para o sector agrícola subdividem-se em dois tipos: o primeiro de curto prazo, considerado crédito de campanha, servirá para fazer face aos custos anuais de exploração dos camponeses, e o segundo, de investimento, tem um período de reembolso mais dilatado, podendo chegar aos oito anos.

2.4 Camponeses na Caála recebem micro-crédito

Jornal de Angola 13 de Fevereiro de 2009

Quinhentas e cinquenta e sete famílias camponesas, filiadas na União das Associações de Camponeses da Caála, beneficiam, desde 2005, de um programa de micro-crédito do Banco Sol, em parceria com a British Petróleo (BP Angola) e a Acção Angola para o Desenvolvimento Rural (ADRA).

Segundo o presidente da BP Angola, José Patrícia, no âmbito do projecto foram atribuídos 334 mil e 287 dólares. José Patrícia, que avaliava os resultados da

produção dos beneficiários, afirmou que a instituição vai monitorizar o programa de micro-crédito para atingir resultados positivos, para o combate à pobreza e à fome.

Segundo o responsável da BP, o resultado do projecto é razoável, mas é necessário desenvolver-se mais acções para contribuir no crescimento socio-económico do município. A directora provincial da ADRA, Maria de la Lassaete, fez saber que a organização vai negociar com os parceiros directos do programa, para dá-lo sequência até Junho deste ano e criar mecanismos de sustentabilidade dos planos de desenvolvimento das comunidades rurais.

2.5 Centenas de Jovens recebem no Cunene micro-créditos

Jornal de Angola 21 de Fevereiro de 2009

Mais de duzentos jovens associados em 52 cooperativas na província do Cunene beneficiaram, no ano passado, de créditos, no valor total de 23 milhões e 370 mil kwanzas, no âmbito do programa "Angola Jovem" desenvolvido pelo Ministério da Juventude em todo o país.

O valor foi disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e beneficiou jovens com projectos virados para áreas de prestação de serviços, comércio e agro-pecuária dos municípios @D Kwanhama, Kahama, Namacunde e Ombandja.

De acordo com o chefe do Departamento provincial da Juventude do Cunene, o programa tem como finalidade ajudar jovens com capacidades de criatividade na área empresarial, promover iniciativas de auto-emprego e combater desemprego e a pobreza.

Atanásio Ndiliandike acrescentou que, até ao momento, grande parte dos jovens que receberam o crédito está a cumprir com reembolso dos valores requeridos, o que mostra o interesse dos beneficiários no desenvolvimento do programa.

Aquele responsável frisou que das 52 cooperativas financiados apenas nove ainda não honraram com o compromisso de reembolso.

Atanásio Ndiliandike revelou que em 2008 foram distribuídos 100 kits de autoconstrução, projecto iniciado em Agosto no âmbito do programa "Angola Jovem" de melhoramento habitacional aos Jovens.

Os kits distribuídos são constituídos por chapas de zinco, carros de mãos, baldes plásticos, mesas plásticas,

cadeiras, martelos, pregos, lanternas e candeeiros.

O chefe do Departamento da Juventude esclareceu que esta acção tem como objectivo fundamental minimizar as dificuldades dos jovens, especialmente daqueles que, por falta de meios financeiros, conseguem obter o material de construção para poder construir as suas próprias habitações.

O programa é uma iniciativa do Ministério da Juventude Desportos em parceria com o Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e Banco de Poupança e Crédito.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Comprar combustível para revender

Jornal de Angola 1 de Fevereiro de 2009

A revenda de combustíveis por pessoas não autorizadas está a ganhar proporções alarmantes, o que preocupa as autoridades e não só. Todos os dias, vários cidadãos adquirem estes produtos em bidões para revenda, pondo assim em risco a sua integridade física, bem como das pessoas que os rodeiam. Além disso, muitas vezes os combustíveis vendidos por tais cidadãos são adulterados.

Viana é a localidade que regista tal fenómeno em maior escala.

O Jornal de Angola ouviu revendedores, alguns automobilistas, responsáveis de postos de abastecimento, o administrador do município e um alto funcionário da Sonangol.

A maior parte dos automobilistas acha que a venda de combustíveis em bidões contribui para a demora no abastecimento de viaturas que acorrem às bombas. Segundo dizem, os funcionários das bombas preferem abastecer as pessoas que têm recipientes, em detrimento dos veículos, causando congestionamento de viaturas.

"O que me parece é que existe um pacto entre as pessoas que abastecem e as que vão munidas de bidões, diz Miguel Adão, um taxista de 34 anos. "Os funcionários enchem 5 a 10 vasilhames, em detrimento dos automobilistas condenados a longas horas de espera", acrescenta.

Januário Trindade, também automobilista, considera absurdo o privilégio que os trabalhadores das bombas conferem aos portadores de bidões e recipientes. Espera que as entidades competentes tomem medidas para pôr fim à situação. Diz que a maior parte das vezes se vê obrigado a abastecer a sua viatura distante de Viana, por causa da referida situação.

"Não diria que não devam atender os bidões, até porque algumas pessoas compram para abastecer os geradores, mas muitos cidadãos revendem o combustível a preços especulativos. Os gerentes deviam atender a cada pessoa apenas um recipiente, ao invés de vários, como é prática", defendeu.

Algumas pessoas denunciaram que muitas vezes os

combustíveis adquiridos em bidões servem para revenda, facto que, segundo afirmam, é do conhecimento dos responsáveis dos postos de combustíveis.

E, de facto, o Jornal de Angola pôde constatar que, ao longo da estrada de Viana, muitas pessoas procedem aí à revenda de combustíveis.

Os preços praticados pelos revendedores variam. Cinco litros de gasolina, por exemplo, custam 350 mil Kwanzas, Já os bidões de 20 litros são vendidos a 1500 Kwanzas. Muitos automobilistas recorrem ao circuito informal, correndo assim o risco de danificarem as suas viaturas, já que muitas vezes o produto adquirido nestes revendedores é adulterado.

A revenda de combustível acarreta outros perigos. A tragédia ocorrida há cerca de dois anos no bairro Luanda-Sul, em Viana, em que um camião carregado de combustível pegou fogo por negligência do motorista, provocando várias vítimas e danos materiais, não parece impedir que algumas pessoas continuem a manusear com descuido estes produtos inflamáveis.

Joaquina Cândida, 45 anos, natural de Benguela e residente em Viana, prefere correr esse risco. Diz que vende combustível para poder sobreviver. "Olha, meu mano, em casa sou pai e mãe mesmo tempo mãe. O meu marido já é falecido e deixou-me sete filhos. Por isso, tenho de fazer alguma coisa para poder sustentá-los. Feliz ou infelizmente, este é o negócio que encontrei. Senão fizer isso, o que será de mim?", questionou.

Quem também está envolvido nesse negócio é o pequeno Pedro Dinis, de 13 anos. Parou de estudar para se dedicar ao comércio, tudo porque os pais não têm condições para suportar os encargos, conta. Ele acrescenta que não pensa voltar tão cedo à escola porque as dificuldades em casa são cada vez maiores e o único sustento vem da venda de combustíveis.

"Os meus pais acordam-me às 5h30. Junto-me aos meus amigos e vizinhos e vamos às bombas. O pior é que nem sempre consigo, por causa da bicha, e quando assim acontece, passamos à fome", lamentou. Quando Dinis consegue comprar combustível, ao fim do dia.

Zeferina Miguel, 27 anos, desempregada, admite que o negócio de combustíveis é prejudicial à saúde. Diz que na falta de funil, muitas vezes, retiram a gasolina dos recipientes com a boca, correndo sérios riscos de perigar a saúde.

Pelo bidão de 20 litros, Zeferina paga 1000 Kwanzas, sendo 800 pelo produto e 200 pela caução. Diz que os ganhos da venda de combustíveis não são tão elevados.

"Nós não misturamos água com combustível. Não podemos fazer isso, porque sabemos que é prejudicial para as viaturas. Se há quem o faz, está errado. Temos que tratar bem os nossos clientes para eles voltarem", frisou.

Administração

A administração municipal de Viana fez sair, muito recentemente, uma circular em que proíbe a venda ambulante de combustíveis ao longo da via e nas residências. O administrador José Moreno diz que para combater este mal, a Polícia foi orientada a punir os infractores.

"A seu tempo, acreditamos que a situação será resolvida para o bem da população, porque não aceitamos, no nosso município, casos desta natureza, que colocam em risco vidas humanas. Temos de combater este mal que tende a crescer", disse.

José Moreno aconselha os automobilistas a comprarem combustíveis unicamente nos postos devidamente legalizados e não em locais impróprios, deixando, assim, de incentivar estes tipo de comércio ilegal e perigoso.

Neste momento a administração municipal estuda a melhor forma de estacar, de uma vez por todas, esta prática. "A seu tempo, os munícipes hão de ver o resultado de todo um trabalho que esta a ser feito", garantiu José Moreno.

Fenómeno é difícil de combater

O Jornal de Angola tentou contactar alguns proprietários de postos de venda de combustíveis, mas a maior parte deles remeteu-se ao silêncio. Disseram que só falavam com prévia autorização da Sonangol. Victor Moita, gerente de um posto de combustível, foi o único que falou à equipa de reportagem do diário. Diz que é difícil disciplinar o pessoal que acorre ao posto para a compra de combustível. "Houve vezes que tivemos de recorrer à Polícia para poder dispersá-los, mas, por vezes, nem com isso ganham consciência. Muitas destas pessoas inclusive ameaçam os nossos funcionários à morte.

Ele acrescenta que no seu posto já se registaram casos de violência por os funcionários se terem negado a abastecer portadores de bidões. Para evitar situações semelhantes decidiu-se criar uma única fila para atender as pessoas que se façam acompanhar de recipientes. "E

difícil saber se este ou aquele cidadão compra o combustível para depois revender".

O cliente tem direito de comprar somente um ou dois bidões. Infelizmente, não sei por que vias é que conseguem mais do que o previsto". A propósito do assunto, uma fonte da Sonangol disse ao "Jornal de Angola" que a sua direcção acompanha atentamente o fenómeno, que tende a se instalar nos postos de combustíveis mas, segundo a mesma, é necessário que as pessoas denunciem, para se acabar com esta prática.

"Nós temos inspectores, mas estes não permanecem nas bombas 24/24 horas. Assim é difícil actuar. Por isso, há toda a necessidade de a sociedade mobilizar-se no sentido de ajudar a Polícia Económica a pôr termo há este tipo de comércio, que tem causado a morte de muitas pessoas", argumentou.

A fonte disse ainda que a revenda de combustíveis está a preocupar a direcção da Sonangol. Segundo disse existe já uma orientação baixada aos gestores dos postos no sentido de velarem por esta situação; que em nada dignifica a imagem da instituição.

3.2 Zungueiras vendem livros

Jornal de Angola 3 de Fevereiro de 2009

De ano para ano, o negócio do regresso às aulas anima o comércio. Depois da venda do material para as férias na praia, a aposta forte no Natal, os presentes do ano novo, principalmente para as crianças e jovens, o destaque recai, neste momento, para a educação. A venda de material escolar está a atrair os comerciantes e passou a ser um negócio que representa milhões.

Só no material escolar, são milhões e milhões de Kwanzas a entrar nos cofres de comerciantes com a venda de livros, incluindo os do ensino primário que são de distribuição gratuita, mas que já se encontram em grande número a ser vendidos em Luanda.

Enquanto os alunos do I, II e III níveis fazem a contagem final do regresso às aulas, os encarregados de educação, preocupados, entram e saem à procura de melhores preços, nos espaços comerciais para a compra de material escolar. A concorrência desleal é notória entre os comerciantes. Para eles, quanto mais conhecida for a marca, mais "dicomba" fazem com o produto.

Apesar de muitos encarregados aderirem às livrarias diversificadas na Baixa da cidade, a maioria acorre aos mercados e armazéns, onde os preços estão à sua altura.

Nos armazéns Gajajeiras, Rangel, o material escolar

esgota as prateleiras, mesmo sem publicidade, porque os baixos preços são atractivo suficiente para a clientela. Com o início das aulas, a procura nos armazéns aumentou. Cada um a seu preço, os comerciantes, e até mesmo as chamadas zungueiras, procuram satisfazer os clientes.

As embalagens de cadernos, dependendo da variedade, rondam entre os 500 e 1.500 Kwanzas.

As caixas de lápis, lapiseiras, tinta da China não passam de mil kwanzas. A 150 podem ser comprados os cantis, na mão das zungueiras, porque, dentro dos armazéns, só se pode comprar a grosso e o preço é mais alto. O preço das mochilas depende da marca e da cor, podendo chegar aos 2.500 Kwanzas.

Oferta de livros preocupa encarregados de educação Margarida Sebastião, de 32 anos, é mãe de seis crianças em idade escolar. Não tem emprego formal, faz pequenos negócios para educar os seus filhos. O início de cada ano lectivo é, para ela, o começo de redobradas preocupações, pensando quanto vai ter de gastar para a compra dos livros para os filhos.

Apesar de o Ministério da Educação estar a oferecer, gratuitamente, os livros para o ensino primário, Margarida acha que deve estar preparada para que as complicações do ano passado não voltem a acontecer. "No ano passado, ouvimos dizer que os nossos filhos teriam livros gratuitos. Infelizmente, os meus filhos não chegaram a receber.

Hoje, prefiro comprá-los para que os meus filhos estejam munidos de material necessário, apesar das dificuldades que vou ter para conseguir para os seis".

Triste está Maria de Castro, porque o seu filho vai repetir o ano lectivo. Mas não é tanto assim, pois não vai ter de comprar livros novos. "No ano passado, os gastos foram uma coisa louca, sobretudo nos manuais e em material escolar, que, normalmente, não dá de um ano para o outro", disse Maria, acrescentando que se os livros vão realmente, ser distribuídos nas escolas, isso deve ser feito agora, para que os encarregados de educação não gastem dinheiro desnecessariamente.

António Santos é pai de cinco filhos. Para encher a mochila da filha, Ana Isabel, que passou para a 7ª classe, teve de gastar oito mil kwanzas, sem contar com o material dos outros quatro. António ensinou os filhos a cuidarem dos livros para economizar. O seu filho de dez anos sabe que deve, depois das aulas, guardar os livros no armário para não os danificar e os livros passam de irmão para irmão.

A sua preocupação está no material que o Ministério da Educação promete distribuir gratuitamente aos alunos do ensino primário. "Os meus filhos vão entrar este ano para o ensino primário e o que me preocupa é a distribuição de livros.

O ano passado, vários foram os pais que não compraram e os seus filhos não receberam qualquer livro nas escolas. Esperamos que este anos as coisas sejam feitas com mais clareza para que as crianças possam, mesmo, usufruir desta iniciativa do Ministério da Educação", acrescentou.

Venda clandestina

O Ministério da Educação decidiu, no ano passado, oferecer os livros aos alunos do ensino primário. Estes mesmos livros já estão a ser vendidos nos mercados informais espalhados e pelas Zungueiras em Luanda.

Uma parte dos livros para distribuição gratuita já se encontra nas ruas. Nos arredores dos armazéns da Gajajeiras, as zungueiras vendem os livros clandestinamente. E preciso perguntar para saber que elas já os possuem e vendem os quatro livros por 1.500 Kwanzas.

Disfarçada à cliente, a repórter questionou a vendedora onde poderia adquirir em maior número. Na ânsia de fazer mais dinheiro, a zungueira não revelou a sua fonte, mas garantiu que poderia vender a quantidade que fosse necessária.

Os livros também estão a ser vendidos defronte as livrarias. Na Lello, uma das casas mais procuradas de Luanda, os jovens interpelem os clientes à porta e fazem a publicidade do material que possuem, dentre ele, o de distribuição gratuita. O conjunto de livros está a ser vendido no valor de 50 dólares.

O chefe de Departamento Nacional de Inspeção da Polícia Económica, Cristiano Francisco, em entrevista ao "JA", na semana passada, garantiu estar em curso um trabalho de desmantelamento de fornecedores dos mercados informais.

3.3 Zungueira personifica mulher sacrificada

Jornal de Angola 4 de Fevereiro de 2009

Lurdes David é uma linda mulher de estatura baixa, pele clara e olhos castanhos. De 21 anos de idade, ela está trajada com uma blusa axadrezada, saia de cor marrom e calça chinelos de cor preta.

E terça-feira. São cinco horas da manhã. O dia ainda é

calmo e sem sol. É, normalmente, a essa hora que Lurdes David começa a sua actividade diária. A caixa térmica, de cor branca, contendo copos de iogurte, é levada à cabeça. O filho de apenas oito meses de vida é levado às costas.

Em conversa mantida com Lurdes David, ficámos a saber os motivos que a levam a "zungar" com o filho amarrado às costas durante todo o dia, rompendo, assim, com regras que visam cumprir com o horário da sua alimentação, porque não tem com quem deixar o seu bebé.

A jovem mulher disse à nossa reportagem que o bebé é o seu segundo rebento e que o primeiro já é falecido. Daí que, por viver apenas com o marido, não tem com o marido deixar o seu menino, uma vez que o pequeno ainda está a mamar o leite do peito.

Para não esperar apenas pelo salário mensal do marido, Lurdes David resolveu fazer iogurte em casa para comercializar nas ruas da cidade capital. Moradora do bairro Boa Vista, município do Sambizanga, Lurdes David sai de casa todas as manhãs às cinco horas e é obrigada a interromper o sono do seu filho de apenas oito meses para levá-lo consigo, enquanto faz a comercialização do seu negócio.

O regresso a casa depende muitas vezes da venda do produto. "Começo a zungar da Boa Vista até à Mutamba. Muitas vezes, quando há muita corrida dos fiscais, alargo um pouco mais a minha rota, até ao hospital Maria Pia, para poder vender todo o meu negócio", realçou.

Lurdes David disse estar consciente de que andar com a criança às costas debaixo do sol poderá causar graves problemas de saúde ao seu bebé, mas diz não ter ninguém com quem deixe o filho.

Um cenário quase que semelhante leva a benguelense Teresa Pessala, de 23 anos de idade, a deixar filhos e familiares para tentar a vida na cidade capital do país. Teresa conta que é mãe de três filhos e que a zunga é a única forma que encontrou para poder ganhar o sustento dos seus petizes. Com "tranças viradas", saia de cor castanha, blusa creme, ela deambula pelas ruas de Luanda com o seu filho mais novo às costas e uma banheira cor-de-rosa à cabeça, contendo variedades de pacotes de bolachas.

Teresa Pessala reside no bairro São Pedro da Barra, de onde parte todas as manhãs por volta das quatro horas em busca do sustento. Disse que anda nessa vida há um ano e que só regressa a Benguela para ver os familiares

e os dois filhos todos os meses de Dezembro. Mas, enquanto o último mês do ano não chega, Teresa não deixa de enviar alguns "trocados" para a mãe que toma conta dos netos.

A jovem ainda sonha que, com o dinheiro que ganha, poderá ir à escola para poder aprender a ler e escrever, bem como ficar mais próxima dos filhos. "O meu trabalho me faz andar muito pela cidade porque não são todos os dias que o negócio tem concorrência, razão pela qual ficamos na rua até às 22 ou 23 horas a vender e com a criança às costas", disse.

Teresa Pessala lamenta ter que fazer o filho passar sol e poeira. O problema, lamentou, é que não encontra ninguém de confiança para lhe deixar o bebé, para além de o bebé precisar ainda de ser alimentado pelo leite materno.

3.4 Made in Benguela

O País 6 de Fevereiro de 2009

Com esta nova paixão dos que se entregam ao" diferente e ao incomum, tomámos contacto por mero acaso no Uíje, há algumas semanas, numa incursão pelas histórias improváveis que os jornalistas gostam de contar no intervalo dos grandes temas que fazem as agendas previsíveis. Um artesão que ganha a vida recuperando sapatos arruinados, num passeio poeirento, falou-nos da moda que estava a invadir a cidade: sandálias feitas com pneus velhos...

Na conversa, ficou a saber -se que embora Manuel Saldanha "Vida de Hoje" o tal ganhasse uns níqueis gordos confeccionando e vendendo as badaladas sandálias, não era ele o homem da ideia, mas que a origem de tudo devia ser localizada na Cidade de Benguela.

E assim foi. Na primeira oportunidade que nos vimos em terras de Ombaka, partimos em busca da nova fonte que inspira entre nós a moda do calçado ocasional.

Descobrimos os senhores da história no Mercado da Caponte, o parente vencido do soberbo Roque Santeiro de Luanda, um lugar atravessado por toneladas de poeira calcária que transforma em teimosia inútil a missão dos engraxadores.

Uma festa, uma lição de vida, um ganho tremendo, entregar-se ao diálogo com estes homens humildes saídos do povo que cai e se levanta, que constrói futuro na base da persistência e da crença.

Disponíveis, ficámos meia manhã com os mestres Domingos Chimuco e Serafim Feliciano, a vê-los em

acção, no processo sequencial de transformação de velhos pneus de camiões em sandálias utilitárias que tanto poderão pisar solo poeirento de Benguela ou Lobito, como estender-se a Luanda, Uíje, Cabinda ou Malange, de onde se sabe chegam em sucessivas levas, os revendedores que descobriram o negócio.

"Há 10 anos que eu faço estas sandálias. Trabalho com os dois tipos: o 'londindi', que são as que têm fitas, e as 'loaco', o modelo fechado", conta-nos Serafim Feliciano, o mais comunicativo do grupo de artistas.

E detalha: "Arranjamos os pneus nas recauchutagens. Vendem-nos cada pneu de camião a 250 ou 300 kwanzas. Também usamos pneus de carrinhas. De Toyota Dina são bons, muito bons, mas os de Hiace não servem porque são radiais. Têm arame e a faca não corta "...

Entre um corte e outro, nota -se acção, no processo sequencial de transformação de velhos pneus de camiões em sandálias utilitárias que tanto poderão pisar solo poeirento de Benguela ou Lobito, como estender ~ se a Luanda, Uíje, Cabinda ou Mas longe, de onde se sabe chegam em sucessivas levas, os revendedores que descobriram o negócio.

"Há 10 anos que eu faço estas sandálias. Trabalho com os dois tipos: o 'londindi', que são as que têm fitas, e as 'loaco', o modelo fechado", conta-nos Serafim Feliciano, o mais comunicativo do grupo de artistas.

E detalha: "Arranjamos os pneus nas recauchutagens. Vendem-nos cada pneu de camião a 250 ou 300 kwanzas. Também usamos pneus de carrinhas. De Toyota Dina são bons, muito bons, mas os de Hiace não servem porque são radiais. Têm arame e a faca não corta",

Entre um corte e outro, nota-se que conversamos com verdadeiros peritos na arte de evitar a morte in glória dos pneus envelhecidos. Que, de facto, poderiam ter como destino final um distante e impessoal aterro sanitário, longe da alma dos que acreditam no princípio basilar da física: na Natureza nada se perde, tudo se transforma.

Das suas mãos e da habilidade treinada com o tempo, saem as sandálias que o mercado aguarda, com impaciência umas vezes, outras nem tanto: "o londindi é mais difícil de fazer, mas conseguimos produzir uns 8 pares por dia", explica outro mestre, Domingos Chimuco, que situa em dez a doze pares a quantidade de sandálias loaco saídas diariamente do esforço de cada artesão. "Fabricamos e vendemos logo a quem quiser. Pode ser um par ou grandes quantidades para

revenda. O preço é 400 o londindi e350Kwanzasoloaco".

A saga das sandálias feitas a partir de velhos pneus é, em bom rigor, tão velha quase como o próprio caucho. O que está a acontecer em Benguela constitui apenas o que já se sabe da história da moda: é uma caminhada que se faz em ciclos. Anda-se no vai e volta.

Quase tudo o que se veste e calça hoje, nalgum momento do passado isso fez a cabeça dos nossos avós, pais ou bisavós. As calças bocas-de-sino que enlouqueceram adolescentes e jovens nos anos setenta, eram já, afinal, velhas conhecidas dos nossos pais, nos seus anos moços.

Com os londindi e loaco que tomaram de assalto a paisagem de Benguela, ocorre o mesmíssimo percurso. Recuando a memória à década de sessenta do passado século, descobriremos que essas sandálias faziam parte dos recursos à mão dos que não tinham bolsos folgados para adquirir calçado na rede formal do comércio. Era uma solução para os agricultores, que os usavam amplamente nos seus trabalhos de campo.

No Uíje, por exemplo, o trabalho nas roças de café andava sobre rodas com os pés dos trabalhadores defendidos da rudeza do mato pelas artesanais sandálias, conhecidas como alpargatas em português e jhaia na língua local.

Os anos oitenta e noventa, marcados por outros modismos na arte de calçar, foram de sumiço severo para as também chamadas sandálias de borracha, até que mais recentemente, Benguela se colocou na frente do espírito revivalista. Antigos artesãos

As sandálias da moda têm já, também experiência internacional na sua história de vida. Benguela, que é uma terra com o turismo em crescendo, vê os seus tradicionais londindi e loaco seduzirem os estrangeiros que a visitam. "Vendemos para Angola toda mas os estrangeiros também compram muito: portugueses, brasileiros, sul-africanos. Eles levam a nossa cultura", diz, eufórico, Serafim Feliciano.

Esta tendência é-nos confirmada, depois, por Bento Cameia Lutai, um "dos muitos membros da comunidade rastafari que, sabe-se, tem uma relação de proximidade muito visível com este tipo de acessório.

Revende" as célebres sandálias mas usa-as no dia-a-dia, com a justificação de que "é uma parte da nossa cultura, da nossa tradição, que não podemos deixar morrer. Os nossos mais velhos já usavam londindi, há

muito tempo. Para nós, rastas, este calçado não pode desaparecer da circulação".

A sua loja desmontável é na zona da Praia Morena que a situa, com toda a intenção, por ser a Marginal benguelense o ponto de maior movimento de toda a urbe. "Vendo a muita gente, do Uige, de Malange, mas também a muitas estrangeiras. Estou apenas preocupado com uma coisa: por causa da procura, os mestres estão a aumentar muito os preços"

Foram às lixeiras dar vida aos velhos pneus, ensinaram aprendizes novatos e começaram a ganhar a vida calçando gerações diferentes com os famosos sapatos de caucho. Capricharam ao máximo, a tal ponto que até para recém-nascidos há londindi e loaco. E fizeram mais, pelo que podem, com inteira justiça, reclamar alguma paternidade para este renascimento cultural: retiraram das sandálias de caucho o velho rótulo de calçado para pobres, conferindo-lhe o estatuto de sandálias da moda.

3.5 Administração da Ingombota vai acabar com vendas anárquicas

Jornal de Angola 8 de Fevereiro de 2009

As autoridades administrativas da Ingombota estão preocupadas com a venda anárquica de produtos em diversas ruas da zona Baixa da cidade capital, que abrangem o município, pelo que vai tomar medidas para pôr fim a tais práticas.

Em declarações à ANGOP, a administradora municipal, Suzana Augusto de Melo "Zani", disse que a maioria dos vendedores de rua é do sexo feminino, proveniente de outros municípios de Luanda e províncias do país.

Reconheceu que tais cidadãos procuram melhorar as suas condições de vida em Luanda, mas vendem desordenadamente os seus produtos na via pública, particularmente naquela zona da Ingombota, por ser uma área onde circulam diariamente vários milhares de pessoas...

Suzana Augusto de Melo recordou que, recentemente, os vendedores foram retirados de forma gradual e ordenada e encaminhados para locais do projecto "Feiras Itinerantes". Um dos grandes objectivos das feiras é manter as vendedoras controladas e contribuir para um melhor ordenamento urbano, principalmente na zona Baixa da capital do país, que abrange a circunscrição.

Dias das Feiras

Mudar a imagem da cidade, reduzir o número de atropelamentos e acidentes na via pública, evitar o congestionamento e proporcionar ao cidadão o acesso sem constrangimentos aos diversos produtos de utilização costumeira constam, igualmente, dos objectivos de realização destas feiras. Na Ingombota, a feira foi instalada no largo Martin Luther King, adjacente à rádio LAC. Nas feiras, abertas das 9 às 17 horas, é autorizada a comercialização de produtos horto-frutícolas, ovos, galinhas e flores. As exposições são realizadas todas as terças, quintas e sábados.

No âmbito da Lei-Quadro das Transgressões Administrativas, está em curso o combate à venda utilização costumeira constam, igualmente, dos objectivos de realização destas feiras. Na Ingombota, a feira foi instalada no largo Martin Luther King, adjacente à rádio LAC. Nas feiras, abertas das 9 às 17 horas, é autorizada a comercialização de produtos horto-frutícolas, ovos, galinhas e flores. As exposições são realizadas todas as terças, quintas e sábados.

No âmbito da Lei-Quadro das Transgressões Administrativas, está em curso o combate à venda ambulante, lavagem de viaturas na via pública, proliferação de geradores, tanques de água nos edifícios, construções anárquicas, remoção de sucatas e outros obstáculos.

O município da Ingombota é composto pelas comunas da Ingombota (sede), Maculusso, Ilha de Luanda, Patrice Lumumba e Kinanga. Tem uma população estimada em 600.000 habitantes. Faz fronteira com os municípios do Sambizanga, Samba, "Rangel, Maianga e oceano Atlântico.

3.6 Mercado do Beato será riscado do mapa

Angolense 14 a 21 de Fevereiro de 2009

Mais um mercado se encontra na mira da transferência, o do Beato Salú, no bairro Operário. A intenção de extinção foi confirmada pelo administrador do mercado, Nicolau Augusto, que disse desconhecer o que será feito do local. "Não tenho informações exactas sobre o que será feito aqui", afirmou.

A mesma fonte garantiu que os vendedores serão transferidos para o mercado de São Paulo. "Em Outubro do ano passado o administrador municipal orientou-me para sensibilizar os vendedores, para que estejam preparados, porque deveriam ser transferidos para o mercado do São Paulo, onde existem as melhores condições", disse.

Por sua vez, os vendedores rebateram a ideia defendida

pelo administrador do mercado, desafiando-o sobre a existência de condições no local para o qual serão transferidos.

Os vendedores do Beato Salú consideram que o mercado de São Paulo é pequeno e sem capacidade para tanta gente. "O São Paulo não tem capacidade, diz-se que os do Arreio também irão ser transferidos para aí", dizem, desconfiados da medida da administração municipal do Sambizanga.

A administração do mercado tem contabilizados 130 vendedores, mas não constam das estatísticas aquelas que, por razões óbvias, abandonaram as bancadas à mercê da venda ambulante.

Responsáveis do município do Sambizanga são apontados pelos vendedores como sendo alguns dos potenciais "candidatos" pela possível "apropriação" do espaço, informação que Nicolau Augusto diz não ter conhecimento.

Ouvidos pela nossa reportagem, os vendedores recorrem a dados históricos, segundo os quais "o referido mercado já tinha orçamento para a sua modernização", acrescentando que "temos informações, o dinheiro que era para a construção deste mercado, foi aplicado na construção dos mercados dos Cajueiros, no município do Cazenga", notaram.

Sobre este assunto o administrador do mercado preferiu não entrar em detalhes, mas não negou e nem confirmou a informação.

Os vendedores que não querem experimentar a amarga experiência de outros, cujos mercados foram extintos, exigem a construção de um novo mercado e só depois aceitam a ideia da transferência. "Hoje, se o mercado está mal localizado, o Governo não pode continuar a cometer os mesmos erros: primeiro é construir um outro; depois podem fazer do local o que bem entendem", sugeriu uma antiga vendedora.

-Moradores e vendedores em pé de "guerra"

Quanto a permanência ou não do mercado, as opiniões dos moradores e dos vendedores divergem.

Na generalidade, as pessoas ouvidas dizem que o mercado deve ser extinto e os seus vendedores deverão ser transferidos para outros mercados.

Esta é, pelo menos, a ideia defendida por Miguel Avelino, de 45 anos, morador do "BO" desde 1978, uma das testemunhas vivas do surgimento do mercado. "Antes este local era um campo de futebol e era conhecido de "campo dos reis". Neste campo jogaram elementos que hoje são dirigentes do Governo",

realçou.

Se dependesse dos moradores, contou, o referido mercado já deveria ter sido retirado daquele local, porque produz muito lixo, o que prejudica os moradores.

Este problema, segundo o administrador do mercado, deixou de ser um quebra-cabeças, porque uma empresa, a Rangol, se encarrega da recolha dos resíduos sólidos produzido pelas vendedoras.

Luísa Marcos é outra moradora que corroborou da opinião de Miguel Avelino. A moradora invoca as mesmas razões, principalmente, na época chuvosa em que o lixo, quando não é retirado, no mesmo dia polui o meio ambiente. "O lixo que elas produzem antes de ser retirado, vai parar na porta das nossas residências", disse, apoiando a medida.

Por sua vez, os que se dedicam à actividade de venda naquele local falam em perseguição, porque as razões invocadas pelos moradores há muito não se verificam com o surgimento de operadoras de limpeza.

Manuela Simão, de 36 anos, moradora do Panguila e vendedora do Beato Salú há mais de 12 anos, considera que o mercado deve manter-se, porque encurta a distância de muitos compradores, particularmente, dos habitantes do bairro Operário. "Já estamos aqui há muitos anos, foi a administração municipal que colocou neste local os vendedores", lembrou.

Para Josefa Domingos, se a intenção é transformar o actual mercado em uma escola ou em outra instituição de utilidade pública, os vendedores não irão mostrar resistência, desde que a administração local lhes conceda um outro local de venda. "Tenho 52 anos. Já não tenho idade para aguentar às corridas da zunga", contou.

Ester Mateus, de 35 anos idade, dedica-se a confecção de alimentos e tem receio de vir a perder os seus clientes, com a transferência da praça. Não tenho outra fonte de rendimentos, não gostaria de ser vendedora ambulante, a fugir da polícia e os fiscais, de um lado para o outro", lamentou.

3.7 Mercado cria o caos na rotunda da Cuca

Jornal de Angola 21 de Fevereiro de 2009

O nascimento de um novo mercado na rotunda entre as ruas dos Comandos, Ngola Kiluanje e Porto Santo, no bairro da Cuca, preocupa a direcção, professores e alunos da escola do primeiro Ciclo 7012. De acordo

com Afonso Segundo Gongo, director da escola, o nascimento daquele mercado junto à entrada do estabelecimento escolar tem provocado transtornos à actividade diária dos alunos e professores. As vendedoras instalaram-se à entrada da porta da escola, barrando o acesso.

Afonso Segundo Gongo revelou ao Jornal de Angola que já manteve encontros com as vendedoras no sentido de libertarem a zona adjacente ao estabelecimento escolar para facilitarem a entrada dos alunos, professores, viaturas e outras pessoas que pretendem resolver qualquer problema junto da direcção da escola. "Nós já conversámos com elas no sentido de deixarem a porta da escola livre, mas não acataram as nossas preocupações e até agora a situação continua na mesma e a evoluir para pior", disse o director.

Várias medidas foram tomadas, tendo o administrador municipal visitado o local com a finalidade de convencer as vendedoras a deixarem o local. A Polícia Nacional instalou ali, temporariamente, uma esquadra móvel, mas após a sua retirada, a situação voltou ao mesmo. "As senhoras são teimosas, elas vendem em cima da estrada onde passam muitas viaturas e motorizadas e estão sujeitas a ser atropeladas e perderem a vida", disse o director da escola 7012.

Administração quer pôr fim ao mercado

O administrador municipal em exercício do Cazenga, João Adão, disse que o surgimento da praça na rotunda da Cuca preocupa a administração, que tem trabalhado para acabar com o mercado. A administração está a trabalhar na retirada das vendedoras da rotunda da Cuca e do Arreou-Arreou, para os integrar em vários mercados.

O desmantelamento dos mercados da Gajajeiros, São Paulo e das Pedrinhas nos Congolezes veio piorar a situação da rotunda da Cuca. Aos fins-de-semana, a administração do Cazenga realiza jornadas de campo denominadas "Operação Estrela", que consistem na remoção dos vendedores ambulantes para serem enquadrados nos mercados criados localmente.

João Adão revelou que a sua administração já retirou da rua os vendedores que permaneciam junto da Emissora e colocou-os na pracinha das peças. Nos próximos dias, será a vez das vendedoras da BCA, que serão enquadradas no mercado da Conduta, já em fase conclusiva.

João Adão afirmou que a administração municipal criou

duas brigadas para sensibilizar as vendedoras. As brigadas de apoio à Juventude e à Mãe Quitandeira têm trabalhado ao longo da semana na sensibilização das vendedoras ambulantes para não comercializarem em locais proibidos.

Segundo o administrador, a operação vai continuar e medidas pesadas vão ser tomadas para estancar a desordem provocada pelas vendedoras. Levada a cabo pela administração do Cazenga, a "Operação Estrela" reúne elementos da fiscalização municipal, da Brigada de Apoio à Juventude, da Brigada de Apoio à Mãe Quitandeira e agentes afectos à 3ª divisão de Polícia do Cazenga.

Uma das medidas a tomar passa pelo reforço dos agentes da Polícia e da fiscalização. "Se a situação persistir, vamos solicitar a intervenção de outros organismos com vista a termos fim a esta situação", disse o administrador.

O administrador em exercício do Cazenga disse, em relação às vendedoras da Cuca e do Arreou Arreou do Hoji-ya-Henda, que administração municipal do Cazenga criou condições para que possam comercializar os seus produtos sem constrangimentos. A título de exemplo, referiu que o mercado do Hoji-ya-Henda está desguarnecido e as vendedoras deveriam ir para este local para exercerem a sua actividade.

João Adão refutou as alegações das vendedoras que dizem vender na rua por falta de lugares nos mercados, aconselhando as vendedoras ambulantes a saírem dos mercados da Cuca e irem para os mercados existentes no município, para melhor exercerem a sua actividade.

Vendedoras alegam, falta de lugares nos mercados. As, vendedoras ouvidas pela reportagem do Jornal de Angola afirmaram que continuam à frente da escola por falta de espaços na maioria parte dos mercados de Luanda.

Madalena Albino, moradora do bairro Kikolo, diz estar consciente do perigo que corre vendendo em lugar impróprio, onde o movimento das viaturas e motorizadas é constante. "Sei que a minha vida corre perigo vendendo aqui, mas nos mercados já não há lugar e por isso decidi vender aqui", disse.

Florinda Nangueve, moradora na, Estalagem, afirmou que antigamente fazia os seus negócios na praça do Arreou-Arreou, dó São Paulo, mas foram dali retiradas por elementos da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda e encontraram na rotunda da Cuca o lugar propício para a comercialização dos produtos. Mana Florinda, como é carinhosamente tratada pelas

companheiras, disse estar cansada com a vida de corre-corre, mas não sabe como sair dela, por falta de emprego ou de um lugar no mercado para vender. "Se o Governo construir mais mercados em Luanda, eu e as minhas colegas estamos dispostas a deixar de vender em locais impróprios para o comércio", confessou.

Vendedora de produtos perecíveis, Mana Florinda reconheceu serem culpadas pelos constrangimentos causados ao trânsito e pela produção de grandes quantidades de lixo nos locais onde procedem às vendas...

Automobilistas pedem retirada das vendedoras. Os automobilistas que circulam diariamente pelas vias que intercedem com a rotunda da Cuca apelam às vendedoras ambulantes que abandonem o local por constituir perigo para as suas vidas. Carvalho Neto, motorista da empresa Cuca, diz que aquelas mulheres "estão sujeitas a ser atropeladas" pela forma como ficam expostas, principalmente no período da tarde, "altura em que os taxistas estão num corre-corre autêntico" e a visibilidade é reduzida.

Santana Pedro, outro automobilista, disse é preciso uma maior intervenção dos agentes da Fiscalização e da Polícia Nacional para desencorajar as senhoras de comercializar os produtos naquela zona.

Ferreira Pinto, taxista que gera~1 mente faz a via São Paulo/Cuca, disse que as pessoas consideram os taxistas como causadores dos engarrafamentos em Luanda, mas existem outros factores que contribuem para o surgimento de tais constrangimentos no tráfego automóvel. Um deles, indicou, é a venda de produtos junto à estrada.

Ferreira Pinto gostaria que administração do Cazenga, em colaboração com o Comando da 33 divisão da Polícia, tomasse medidas para estancar o crescimento do mercado. "A administração do Cazenga e a Polícia Nacional devem aplicar medidas pesadas para forçar as vendedoras a libertarem a área para facilitarem o movimento fluído do trânsito na Cuca", disse.

3.8 Pequenos negócios melhoram rendimento familiar

Jornal de Angola 27 de Fevereiro de 2009

Os pequenos negócios contribuem para o sustento das famílias, quer sejam por iniciativa própria ou por intermédio de outra pessoa.

Mas, a verdade é que se ajudam a equilibrar os orçamentos familiares, requerem, também, investimentos iniciais, como foi o caso de Josefina

António, 24 anos, vendedora ambulante há quatro. A jovem decidiu montar o negócio de refrigerantes para sustentar os quatro filhos. Por eles percorre as principais artérias de Luanda a vender vários tipos de refrigerantes. "Com apenas 700 kwanzas, comecei a vender refrigerantes. Depois, comprei a primeira grade de gasosa e, assim, o negócio foi-se desenvolvendo", disse.

José fina António tem hoje mais de 40 grades de gasosa. Cada uma proporciona-lhe um lucro semanal de 550 kwanzas, o equivalente a vendas mensais acima de 80 mil kwanzas. O negócio não é só rosas. Os espinhos podem picar a cada esquina. Ou porque os locais de venda nem sempre são os melhores ou porque os fiscais aparecem quando menos espera. Sabe que negocia de forma ilegal, mas tem de arriscar, que a fome dos filhos não lhe permite ficar em casa. Por isso, anseia pelo dia de ter uma banca num dos mercados formais.

Marcela Golome, 28 anos, também se agarrou à venda ambulante para contornar os obstáculos que a vida lhe colocou. Há dois anos que os gelados lhe aquecem a ajuda no sustento da família. "Compro três baldes de gelado e acabam no mesmo dia", diz. Por cada um dá 500 kwanzas. O lucro é de 400. Nelson Manuel, estudante, 17 anos, optou pela venda de sanduíches como forma, também ele, de ajudar a aconchegar o orçamento lá em casa. Começou o negócio há um ano. Com a ajuda da irmã, prepara-as na véspera, à noite. Vende-as no dia seguinte aos alunos da escola Ngola Kiluanje.

Conciliar o trabalho com os estudos não lhe tem sido fácil, mas a vontade de ser alguém faz com que não desista. Nem de vender, nem de estudar.

Marco Jonácio é outro jovem negociante de rua. Dedicou-se, há dois anos, ao aluguer do telemóvel. Diz que o negócio lhe proporciona, semanalmente, cerca de 350 dólares. No banco guarda mais de mil. Para já. "Muitos clientes, ao fazerem as chamadas telefónicas, não controlam o tempo, nem aceitam pagar novamente, dificultando muito o meu negócio", lamenta-se.

O sociólogo José Lencastre é de opinião que estes pequenos negócios ajudam várias famílias, que desta forma não têm de esperar pelo salário no final de cada mês. A crise financeira global, todavia, diz o sociólogo José Lencastre, vai afectar, também, seriamente a actividade dos vendedores ambulantes, pois a maioria dos produtos que vendem são importados. "O meio de transporte vai, igualmente, dificultar o negócio dos pequenos empreendedores porque, com a crise

financeira mundial, a tendência dos automobilistas é aumentarem os preços, razão pela qual muitos dos vendedores ambulantes não vão conseguir ultrapassar a situação e se forem de fora de Luanda acabam por regressar às terras de origem", vaticinou. Esse regresso não será de todo negativo, diz o sociólogo, pois poderão nas terras de origem desenvolver actividade agrícola e não precisarão pagar a renda de casa, como acontece em Luanda.

Para o economista Kafuidiko Manuel, os pequenos negociantes não têm sabido reformular as estratégias face à difícil situação que o mundo vive. Defende que os negócios precisam de gestores capazes de avaliar outras oportunidades de investimento e de diversificar as formas de captação de recursos. "O Governo deve apoiar os pequenos negociantes com formação contínua", opina.

Com isso, diz, beneficiam os negociantes e "o próprio Governo com a arrecadação de mais receitas.

Kafuidiko Manuel entende que os vendedores ambulantes deviam organizar-se em cooperativas ou associações, para facilitar o trabalho do Estado na revisão da estrutura de custos e aconselha-os a pagarem taxa de imposto. Dessa forma, acredita, havia melhor organização empresarial e surgiriam, certamente, propostas de financiamentos para os novos empreendedores.

4 OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Crescimento económico pode cair para os 3%

Novo Jornal 6 de Fevereiro de 2009

OGE pouco transparente

Angola pertence ao grupo dos dez países com Orçamentos de Estado menos transparentes, figurando

no 76º lugar no Índice do Orçamento Aberto 2008, entre 85 países analisados. A dificuldade de acesso aos gastos, receitas, empréstimos e as limitações à independência do Tribunal de Contas, são apontadas como algumas das causas.

BESA na África Austral

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) poderá estender a sua actividade a Moçambique e África do Sul, segundo anunciou Ricardo Salgado, presidente do principal accionista. "O banco em Angola quer crescer para países limítrofes", disse. O NJ sabe que a expansão do BESA na região austral não se limitará a estes dois países, abrangendo igualmente a República Democrática do Congo.

Vitaliza mineral

Uma nova marca de água mineral denominada "Vitaliza", extraída da rocha da nascente e com efeitos medicinais, foi lançada, quarta-feira, em Calomboloca, província do Bengo. O produto entra no mercado em Abril e será distribuído em bidões de 20litros, através de uma rede própria em vários pontos de Luanda e Bengo, além das bombas de gasolina, supermercados e outros distribuidores. A fábrica vai gerar 60 empregos directos e 350 indirectos.

4.2 Gestores públicos em seminário sobre execução do OGE/2009

Jornal de Angola 24 de Fevereiro de 2009

Gestores públicos de diversos organismos do Estado participam desde ontem, em Ondjiva, província do Cunene, num seminário sobre regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2009, no âmbito do programa de actualização e modernização das finanças públicas em Angola.

O encontro, promovido pela delegação das Finanças no Cunene, visa melhorar e modernizar os sistemas de gestão orçamental, financeira e patrimonial do Estado e contribuir na formação dos gestores públicos.

Os participantes ao seminário abordam temas como o sistema integrado de gestão financeira do Estado, descentralização da função financeira dos tesouros nacionais e questões ligadas à criação das unidades financeiras

Consta ainda da agenda de trabalhos a discussão das regras de execução do OGE, com incidência para a lei que aprova os orçamentos e procedimentos sobre créditos adicionais, e da estratégia cronológica sobre a implementação integral da gestão financeira do Estado.

No acto de abertura, o governador da província do Cunene, António Didalelwa, considerou o evento de capital importância para o êxito do exercício económico do presente ano, tendo em conta a crise financeira e económica que afecta o mundo.

Esclareceu que o Orçamento Geral do Estado (OGE) é um instrumento de grande importância governativa, e nele se reflecte o exercício do poder com vista a materialização das diversas despesas públicas e acções do Governo.

António Didalelwa apelou aos gestores públicos para primarem pela disciplina e rigor na gestão dos recursos financeiros.

4.3 Caála Com mais inclusão social

Jornal de Angola 18 De Fevereiro de 2009

A inclusão social, num país é como Angola, que conheceu elevados níveis de destruição durante a guerra, não se faz, em tempo de paz, dando um barril de petróleo ou um diamante a cada um dos angolanos. A inclusão social faz-se, isso sim, com a construção de mais escolas, hospitais e outras infra-estruturas económicas e sociais.

Estas palavras, ditas há quase um ano pelo secretário geral do partido vencedor das últimas eleições legislativas, Julião Mateus Paulo "Dino Matross", fazem eco no município da Caála.

Com uma população estimada em mais de 200 mil habitantes, o município da Caála, localizado a cerca de 20 quilómetros da cidade do Huambo, só o ano lectivo passado integrou no sistema de ensino mais de 20 mil novos alunos. Uma cifra que, segundo a administradora Loti Nolica, deverá aumentar significativamente no presente ano lectivo.

Loti Nolica, a primeira mulher a assumir o cargo no país, fez questão de mostrar, ela mesma, o que se está a fazer no município que administra para que a inclusão social atinja um cada vez maior número de cidadãos.

Às 8 horas em ponto; Loti Nolica, ao volante do seu Toyota Hilux dupla cabina, tinha tudo a postos para a visita à aldeia de Sakalingã (1 00 quilómetros da sede municipal), primeira etapa de um longo percurso que nos levaria depois a visitar a ponte sobre o rio Calai - Cuima, as aldeias de Nguerengue e Mandi, assim como as sedes comunais de Catata e Cuima.

Sem nunca interferir, Loti Nolica deixou que fossem os

anfitriões a dizer o que lhes ia na alma. O soba da aldeia de Sakalingã, Victorino José Borges, 63 anos, disse que o projecto integrado (escola com 3 salas de aula, posto médico, residência para quadros e Jango com sinal de televisão via satélite) era a primeira grande obra construída na aldeia.

As crianças da aldeia, que agora " poderão estudar em condições dignas até à 9ª classe, antes recebiam explicações de dona Poliana numa cubata feita de pau-a-pique e coberta de colmo e outros, ainda, aprendiam o A, B, C debaixo de árvores.

"Antigamente, mesmo, no tempo do colono, aqui, no São Pedro de Sakalingã, nunca tivemos nenhuma escola e muito menos um Hospital

"Antigamente, mesmo, no tempo do colono, aqui, no São Pedro de Sakalingã, nunca tivemos nenhuma escola e muito menos um hospital. A dona Poliana, minha esposa, é que dava explicações. Os doentes, estes, eram obrigados a percorrer grandes distâncias até ao KM 25 para receber assistência sanitária", disse o soba, agradecendo os esforços do governo para melhorar a vida dos habitantes da aldeia.

Este foi seguido por um unísono twapandula chiwa (muito obrigado, em português) vindo de uma multidão que acompanhava a visita às novas instalações do projecto integrado de São Pedro de Sakalingã.

Este projecto foi executado no âmbito do Fundo de Gestão Municipal, ao abrigo do qual o Governo transformou, em 2008, em unidades orçamentais 68 municípios do país.

A cada um desses municípios foi atribuído o equivalente em kwanzas a cinco milhões de dólares, para dar respostas rápidas e eficazes aos problemas locais.

O administrador comunal de Catata, Simão Chinduva, disse que estava assegurado o recrutamento de seis professores e igual número de quadros da saúde para garantir o funcionamento do novo empreendimento da aldeia. Além de um gerador, placas solares vão manter o fornecimento de energia eléctrica ao projecto integrado de São Pedro de Sakalingã.

Catata reergue-se dos escombros

Com uma população estimada em 26 mil e 126 habitantes, a comuna de Catata, que fica a 64 quilómetros do município de Caconda, na Huíla, e a mais de cem quilómetros da sede municipal, foi uma das comunas da Caála que mais sofreu as agruras da guerra.

"Aqui praticamente não ficou pedra sobre pedra para contar a história. Tudo foi arrasado durante a novo", disse o administrador Simão Chinduva à entrada do novo palácio comunal em construção e de onde se podiam visualizar os escombros de parte do que foi no passado a Padaria Minhota. "Esta padaria já fabricou os melhores pães e broas de toda esta região", disse nostálgico um velho ancião de Catata.

Com a paz, Catata, que vive, essencialmente, da agricultura e da criação de gado, possui novas estruturas escolares, água potável distribuída por gravidade a partir da nascente do rio das Lavadeiras. Tem, também, garantido o fornecimento de energia eléctrica proveniente de um grupo gerador de 110 KVA. Treze mil estudantes do I, II e III níveis estão matriculados no presente ano lectivo. A administração comunal, a funcionar em instalações provisórias, verá nos próximos tempos concluídas as obras da nova sede.

Guerra nunca mais

Aos 67 anos, o Rei Chingolo, da Caála, lembra, com tristeza, o quanto a guerra roubou aos filhos de Catata. Falando em umbundo, o Rei Chingolo disse que a sua terra estava a renascer das cinzas. "Guerra nunca mais", disse, para depois recordar o dia em que se viu forçado a fugir da sua ombala de Chingolo para se refugiar na Caála,

Onde recebeu do governo não apenas protecção, como todo o apoio de que necessitava durante pouco mais de 10 anos.

"Estou de volta para ficar e que nunca mais ninguém me force a deixar a minha ombala", disse a concluir o Rei Chingolo.

Nas aldeias de Nguerengue e Mandi, na comuna de Cuima, segunda etapa da missão de campo da administradora municipal da Caála Noti Nolica Alem de dois projectos integrados concluídos, as populações locais também já têm água potável.

Segundo o administrador comunal do Cuima, Faustino Kapingãla, a ponte sobre o rio Calai-Cuima, de 30 metros de comprimento, quatro de largura e orçada em 10 milhões de kwanzas, veio facilitar a circulação de pessoas e bens entre as vizinhas comunas de Catata e Cuima, que antes era feita de forma penosa. As pessoas eram obrigadas a percorrer grandes distâncias para ir de um e de outro lado.

"A construção desta ponte, com capacidade para

suportar até 35 toneladas de carga e financiada pelo Fundo de Gestão Municipal, veio facilitar a nossa vida", disse.

Mas Faustino Kapingãla disse que hoje o maior orgulho da comuna era o Complexo Estudantil de Cuima, onde serão ministradas aulas da 7ª à 13ª classe, no quadro da reforma educativa.

Durante a visita às novas instalações, completamente equipadas, a administradora municipal manifestou-se satisfeita com a qualidade das obras.

Para a imprensa, quem falou mesmo no fim foi o administrador comunal, tendo revelado que o novo complexo escolar gerou 70 novos empregos e vai receber 1.300 alunos. O sol já se começava a pôr no horizonte quando deixamos a sede comunal de Cuima. O sentimento geral era de que a inclusão social era um facto que acontecia todos os dias.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 Inauguradas obras sociais,

Jornal de Angola 5 de Fevereiro de 2009

Inaugurações de vários empreendimentos sociais, com destaque para o centro de saúde e duas residências para enfermeiros, na localidade de Macanga Grande, comuna de Tando Zinze, marcaram, ontem, a data que marca o início da luta armada.

As obras de construção das duas infra-estruturas, que estiveram a cargo da empreiteira "Nsola Lda.", estão avaliadas em um milhão de dólares americanos e foram financiadas pela Chevron e associadas do Bloco Zero, no âmbito do programa "Juntos com a Comunidade".

O centro, que vai prestar todos os serviços de primeiros cuidados, incluindo a prevenção e o tratamento da malária e tuberculose a nove mil 120 habitantes, que compõem 15 aldeias da regedoria de Tchinsua, está totalmente apetrechado em mobiliário e tem uma capacidade para internar 25 doentes e 18 em regime ambulatorio.

O centro possui, entre outras áreas de serviços, dois bancos de urgência e ambulatorio, laboratório, duas salas de observação, sendo uma destinada ao Programa Alargado de Vacinação (PAV), duas enfermarias para homens e mulheres, pediatria, três salas de pré-parto, pós-parto e de parto, gabinete de trabalho, dois consultórios, cozinha e lavanderia.

Ainda no âmbito dos festejos do 4 de Fevereiro, o governador provincial de Cabinda, José Aníbal Rocha, na companhia do ministro coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do Conselho de Ministros para a província de Cabinda, António Bento Bembe, inaugurou, igualmente, dentre outros empreendimentos sociais, o sistema de água potável e fontanários nas localidades de Zenze-Lucula, Fubo e Chinganga, bem como as escolas do Ângulo, Chiobo, Mbacaedo bairro 4 de Fevereiro, sendo os três últimos financiados pelo Fundo de Apoio Social (FAS), com a participação do governo local.

O corte de fita, que simbolizou as inaugurações, coube ao ministro Sem Pasta, António Bento Bembe, que, na oportunidade, regozijou-se com os empreendimentos inaugurados que, segundo o governante, vão, de certo modo, contribuir na mudança das condições sociais das populações.

O regedor Zeferino Lubongo Bunvo, da regedoria de Tchinsua, falando em nome da comunidade local, manifestou a sua satisfação face aos empreendimentos erguidos comuna de Tando Zinze.

Zeferino Bunvo disse estar igualmente satisfeito pelo trabalho que o governo provincial está a efectuar, consubstanciado na recuperação da via Pove/Dinge, obra que está a permitir uma melhor circulação de pessoas e bens da comuna à cidade e vice-versa.

A directora do Departamento de Relações Públicas e Governamentais da CABGOC, Eunice Carvalho, que representou a Chevron e os associados do Bloco Zero durante as cerimónias de inauguração das infra-estruturas financiadas pelas aquelas empresas petrolíferas, disse que os empreendimentos construídos em parceria com o governo provincial visam,

sobretudo, melhorar a vida das populações de Cabinda.

Solicitou aos enfermeiros e professores no sentido de trabalharem com dedicação e zelo.

O governador de Cabinda, José Aníbal Rocha, dirigindo-se aos presentes, disse, no entanto, que o leque de empreendimentos inaugurados no dia 4 de Fevereiro é fruto da paz que o país está a viver, em particular a província de Cabinda, "porque no passado foi difícil o Governo concretizar os seus propósitos, conforme acontece agora".

5.2 Como vamos em matéria de liberdade condicional?

Semanário Angolense 31 a 7 de Fevereiro de 2009

Mais de cem reclusos que se encontram a cumprir as penas a que foram condenados na Cadeia da Comarca de Viana estão desiludidos com o Juiz-presidente do Tribunal Provincial de Luanda, Augusto Escrivão, ao que dizem, por ele não estar a conceder a liberdade condicional aos presos que já cumpriram mais de metade das sanções, como recomenda a lei, soube o *Semanário Angolense* de fonte dos serviços penitenciários do ministério do Interior.

Os reclusos ainda não foram ouvidos pela instância Judicial máxima a nível da província de Luanda, a única que lhes parece ser a principal barreira a solução do seu problema. Segundo a nossa fonte, os reclusos já fizeram várias petições da sua liberdade condicional, em função dos crimes cometidos, mas, ao que consta, o Juiz-presidente do Tribunal Provincial de Luanda sempre fez ouvidos de mercador as que já lhe chegaram ao gabinete.

Este alegado descaso de Augusto Escrivão, porém, vai em sentido contrário ao das pretensões dos serviços penitenciários, que se têm debatido com o grave problema da sobrelotação dos centros de detenção sob sua tutela, sendo que a liberdade condicional aos condenados que já cumpriram metade da sua pena poderia ajudar a minimizá-los sobremaneira

Sabe-se que, no caso da Cadeia da Comarca de Viana, o seu director, Eduardo Quintas, se tem engajado pessoalmente para que tal se verifique, até por estar com uma verdadeira «batata quente» em mãos que é a sobrelotação do recinto, mas é como se estivesse a clamar no deserto, já que o Tribunal Provincial de Luanda não se descose em relação ao assunto.

Uma fonte do *Semanário Angolense* disse que Eduardo Quintas tem conseguido evitar «rebeliões» naquele centro de detenção a muito custo, graças, sobretudo, à

postura de «pai» e «conselheiro» que assume entre os reclusos, estratégia que lhe tem permitido manter os ânimos sob controlo. Ao contrário, mais tumultos com base nos problemas decorrentes da sobrelotação, já se teriam registado Contudo, ele não saberá por quanto tempo mais é que conseguirá sossegá-los.

Para a nossa fonte, não se compreende bem o que se passará com o Tribunal Provincial de Luanda, uma vez que entre os reclusos condenados por tribunais de outras províncias que estão a cumprir as suas penas na Cadeia da Comarca de Viana muitos têm conseguido obter a sua liberdade condicional.

Mário Caiombe (Maica) é um dos reclusos provenientes do Huambo, que já em encontra em liberdade condicional, após ter cumprido metade da pena a que fora sujeito por homicídio involuntário. Na mesma situação se encontra Alberto dos Santos, um recluso chegado de Cabinda, que estava preso por violação sexual.

Por seu lado, um dos reclusos contestatários confidenciou-nos que foi condenado a uma pena de 24 anos de prisão. Em 2000, beneficiou de uma amnistia, que lhe retirou 6 anos dos 24. Dos 18 que lhe restavam, já cumpriu 13, mais de cinquenta por cento da sua pena, mas ainda não lhe foi concedida a tão almejada liberdade condicional.

Ele não compreende as razões que têm motivado Augusto Escrivão a fazer orelhas moucas as petições naquele sentido que vão parar ao seu gabinete, uma vez que os seus homólogos doutras províncias se tem apressado a cumprir os pressupostos legais da liberdade condicional. «A menos que ele tenha estudado em livros diferentes aos utilizados pelos seus colegas das províncias», lamentou, ironizando, o «nosso» recluso.

O *Semanário Angolense* procurou, por diversas vezes, ouvir Augusto Escrivão, mas sem sucesso. Numa das vezes foi decididamente «barrado» pela sua secretária, a senhora Teresa António, sob o pretexto de que «o chefe está completamente ocupado, por isso, não vos poderá atender». E então, quando é que pode ser), arriscou o jornalista, ao que ela respondeu: «sei lá!», E assim ficamos conversados.

5.3 Partidos ilegalizados apostam em estratégia de renascimento

Angolense 14 a 21 de Fevereiro de 2009

Formações políticas recentemente ilegalizadas pelo tribunal constitucional por não terem obtido nas

eleições a percentagem de votos necessários para assegurar a sua permanência começaram a partir para outras estratégias. O Partido Liberal Democrático, fundado pela malograda Ana de Victoria de Pereira, está em vias de ser transformado em "Fundação Mama Coragem", cujo projecto, na forja, está a ser estudado internamente. Um outro grupo desta formação partidária, conforme apurou este jornal, prevê partir para um projecto fundando um partido de linha social, cujo nome escolhido está a ser alvo de discussão alargada.

Por seu turno, a AD Coligação, igualmente ilegalizada, vai passar a chamar-se Angola União para Mudança (AUM). Nilton Júnior, filho de um dos fundadores (já falecido) desta formação política deverá ser o presidente da nova sigla partidária, que substituirá a extinta AD-Coligação, que teve como Presidente Kenguele Jorge.

Na sequência da reaparição do novo partido, uma corrente Interna proveniente da extinta AD- Coligação mostra-se favorável a reforma ou afastamento de antigos dirigentes, com realce para os que comprometeram o partido com pronunciamentos com conotação ao poder político.

De lembrar que tanto o PLD como a AD concorreram nas primeiras eleições realizadas no ano de 1992 em Angola. O primeiro elegeu três deputados e o segundo apenas um, neste caso o médico João Vieira Lopes, da FpD, que na altura concorreu coligada a esta agremiação política.

Quanto a Frente para a Democracia, de acordo com Filomeno Vieira Lopes, que presidiu o partido por altura das eleições, os membros da FpD, em uma reunião convocada para o efeito, decidiram pela auto-extinção do partido e constituíram, com outras personalidades da sociedade angolana, uma Comissão Instaladora que tem como missão a refundação da FpD. No próprio dia 5 de Outubro, data do encontro, foram constituídos 6 grupos de trabalho, entre os quais, sobre os Estatutos, Programa, Implantação e Expansão, Finanças e Legalização, que trabalham neste momento para adaptarem os fundamentos programáticos e estatutários às novas condições.

Filomeno Vieira Lopes lembra que a FpD realizou a sua Convenção em 2007, pelo que as actuais adaptações são fruto de um mero aprofundamento daquelas temáticas, das lições retiradas do processo eleitoral e de um maior esforço de reestruturação, com vista a aperfeiçoar a gestão quotidiana do partido. O ex-presidente, Filomeno Vieira Lopes, foi eleito pela Comissão instaladora para coordenar a equipa e tem

um Executivo composto pelos responsáveis dos grupos de trabalho, onde figuram Justino Pinto de Andrade, Palmira Africano e Luís do Nascimento.

Prevê-se, segundo a informação prestada por Filomeno Vieira Lopes, que, nos próximos dias a Comissão Instaladora apresente processo no Tribunal Constitucional para a legalização de uma força partidária com a matriz da FpD, cujas as siglas ainda não são do conhecimento público mas que, certamente, estará muito próxima ou senão mesmo será a mesma que a anterior.

É neste sentido que a Comissão Instaladora, de acordo com a fonte que vimos a citar, está a finalizar a documentação necessária para o pedido que deverá ser remetido ao Tribunal Constitucional.

"Nesse sentido, todos os membros da FpD são chamados a confirmarem a sua condição de militantes, enquanto os novos membros são propostos pelos antigos membros. Este esforço de reorganização já iniciou em todas as províncias e no exterior e estão já em marcha os ensaios no sentido de constituir uma nova base de dados dos membros do partido", apelou Filomeno Vieira Lopes.

A fonte que vimos a citar frisa que o principal objectivo no momento é a subscrição de membros para a legalização do Partido, daí que a FpD, Comissão Instaladora, tem mantido posições políticas sobre vários acontecimentos nacionais, como ocorreu recentemente com o 4 de Fevereiro, e tem mantido contactos com as matérias relativas aos direitos humanos, como comprovam as visitas realizadas a Carlos Leitão e Fernando Lelo e, no Lobito, ao acampamento de jovens que foi invadido pela Polícia, tem animado o debate nacional com artigos de imprensa (com destaque para Nelson Pestana) e várias entrevistas nos meios de comunicação social e prepara as condições para intervir nas eleições presidenciais, no debate constitucional e na articulação da intervenção da oposição.

O renascer da FpD, segundo a análise feita pelo actual presidente, da Comissão Instaladora, deverá acontecer ainda no primeiro semestre deste ano, no quadro de uma Convenção que será convocada, especialmente, para o efeito.

5.4 Governadora de Luanda integra Comissão Ministerial de Monitorização do CAN2010

Angolense 14 a 21 de Fevereiro de 2009

A Governadora de Luanda e Ministra sem Pasta, Francisca do Espírito Santos, passou, esta semana, a

Integrar a Comissão Ministerial de Monitorização do CAN2010, após nomeação, por despacho presidencial, datado de 09 de Fevereiro de 2009, informou a Direcção de Marketing deste evento.

Esta nomeação surge, informaram, após proposta do Primeiro-Ministro, Paulo Kassoma. Francisca do Espírito Santo passa assim a inteirar a Comissão Ministerial de Monitorização do CAN2010.

A referida Comissão é um órgão consultivo e de facilitação do Comité Organizador do Campeonato Africano das Nações (COCAN), sendo coordenada pelo Primeiro-ministro e integrado pelos ministros da Juventude e Desportos (coordenador Adjunto), das Finanças, das Obras Públicas, do Interior, da Comunicação Social, o Vice-ministro da Juventude e desportos e ainda os directores Geral e Executivo do COCAN 2010.

Os preparativos para o CAN2010 correm a todo o vapor. Esta semana o comité organizado lançou um concurso público para prestação de alguns serviços como o fornecimento de equipamentos de leitura, controlo e emissão de bilhetes, apetrechamento dos Centros de Imprensa para o CAN 2010 e outros serviços.

O concurso público que estará aberto a partir de Março deste ano está aberto a empresas ou grupos empresariais a operar no país.

5.5 Projecto de Descentralização e Governação Local Anúncio de Consultoria para 2009 de Curta Duração

Jornal de Angola 20 de Fevereiro de 2009

Local:

Prazo de Contrato:

Línguas requeridas:

Duração:

O Governo de Angola deu início a uma iniciativa de descentralização com desconcentração como um primeiro passo. As mudanças que têm de ser efectuadas na administração pública estruturas e prestação de serviços modalidades, levam a que o processo de descentralização seja complexo.

Assim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) procura consultores para trabalhos de curta duração a fim de criar uma base de dados de peritos qualificados para trabalhar no âmbito do "Apóio à Descentralização e Governação Local"

que se encontra na sua segunda fase. Um dos objectivos do projecto é "melhorar a capacidade das administrações locais capacidades em matérias de Planeamento, orçamentação e gestão de recursos. "O foco fundamental da Fase 11 é, portanto, a" reforçar a capacidade da Administração Municipal através de fortalecimento institucional, capacidade de avaliação, formação, coaching, e estabelecer sistemas e procedimentos de gestão dos recursos para uma efectiva prestação de serviços.

Fase 11 também incide sobre a sensibilização e divulgação de informações sobre operações financeiras e maior participação das comunidades na prestação de serviços públicos e desenvolvimento local para a redução de pobreza. DLG Fase 11 será implementado em 15 municípios de 5 províncias. O DLG Projecto identificou 5 componentes em sua Fase 11:

1. Melhorar a Capacidade de Gestão e Institucional das Administrações Municipais para a efectiva prestação de serviços.

Resultados Esperados

- As estruturas organizacionais e de gestão e de sistemas, conforme exigido pelo MAT,
- Efectiva gestão, supervisão, coordenação e (M & E) dos programas municipais, Município capaz de desenvolver sua própria capacidade de construir programas de recursos humanos, • Municipal sector social pessoal técnico equipado com o conhecimento, informação e habilidades para desempenhar melhor suas tarefas, e Liderança Provincial munida de conhecimentos e competências para acompanhar e fiscalizar as actividades municipais.

2. Reforço Planeamento e Orçamentação Processos na Administração Municipal

Resultados Esperados.

- Um modelo participativo e sistema desenvolvido para a colecta de dados confiáveis em nível municipal e comunal, Municipal Perfis preparado e publicado para os 15 Municípios.

- Uma base de dados informatizada com GIS instalada e pessoal treinado para utilizá-lo.

- Planos integrados de Desenvolvimento Estratégico elaborado para orientar esforços de desenvolvimento.
- Operacional abordagens participativas para o planeamento e orçamentação institucionalizada,
- O reforço das Unidades Municipais de Planeamento e funcionamento centros de informação de gestão nos 15 municípios.

3. Melhorar a Gestão Financeira e Contabilidade

Angola 25 Fevereiro 2009 SSA Inglês e Português
Financeira para a desconcentração Resultados
Esperados Curto prazo (Entre 10 a 60 dias de trabalho
ao longo do ano).

- O reforço da responsabilidade, transparência, eficiência e confiança pública na gestão dos recursos transferidos.

- Um sistema informatizado de gestão financeira e de contabilidade compatível com as exigências do Ministério das Finanças instaladas nos 15 municípios,
- Manual de Gestão Financeira e regulamentos coerentes com o Ministério das Finanças requisitos aplicados nos municípios.

- Guia de Auditoria Interna, em linha com as práticas de auditoria disponíveis para utilização pelos Municípios.

- Finanças dos Municípios equipadas com computadores, software e pessoal necessários com pessoal qualificado, e Capacidade Provincial de fiscalizar Municípios reforçada.

4. Descentralização de Género e reforçada a participação comunitária/Género na Governança Local/Desenvolvimento

Resultados Esperados

- Maior participação e visibilidade de todos os cidadãos, mais ainda as mulheres, na tomada de decisões, planeamento e acompanhamento a nível municipal.

- Comunidades e os seus líderes tradicionais conscientes da importância da descentralização, da participação e o processo de consulta,
- Ambos Administração Municipal, funcionários e comunidades ciente das questões de género e como integrá-las no processo de planeamento e orçamentação.

- Adequadas e funcionais abordagens participativas e estruturas desenvolvidas, e
- Reforçado o mecanismo consultivo e género nos 15 municípios.

5. Coordenação e Acompanhamento e Avaliação (M & E)

Resultados Esperados

- Uma unidade de gestão DLG capaz de apoiar a coordenação, captura curso e as lições aprendidas
- Um sistema de no (M & E) lugar e operacional para tanto desempenho e para o Projecto Municípios para controlar as despesas. e actividades realizadas em nível municipal, e Monitoria do quadro geral sobre o

desempenho dos Municípios e o progresso na descentralização. Avaliação dos candidatos.

Os candidatos que satisfaçam as qualificações mínimas listadas acima, serão reservadas para o Roster.

Da lista dos candidatos para as posições necessárias serão contactados, sempre que necessário. O método de selecção dos consultores será feita em conformidade com a qualidade de custos baseado selecção método (70% componente técnico e 30% do preço componente), para a qual o candidato será solicitado um preço proposta.

Deveres e responsabilidades

As actividades do Projecto, para o curto prazo (variando de 10 a 60 dias úteis), as atribuições incluem: a) O apoio técnico às actividades relacionadas com a longo do ano) componente 1 Reforçar Capacidades de Gestão e Técnico de Administração Municipal para a efectiva prestação de serviços.

b) O apoio técnico às actividades relacionadas com a componente 2. Reforço Planeamento e Orçamentação Processos na Administração Municipal.

c) O apoio técnico às actividades relacionadas com a componente 3. Melhorar a Gestão Financeira e Contabilidade Financeira de desconcentração.

d) O apoio técnico às actividades relacionadas com a componente 4. Descentralização de reforçada a participação da comunidade em Governança Local, e

e) O apoio técnico às actividades relacionadas com a componente 5. Coordenação e Acompanhamento e Avaliação (M& E)

Cada consultor deverá indicar a área de especialização.

Competências

A necessária experiência específica depende do alcance das actividades específicas. Os seguintes requisitos são indicativos.

- Para consultores internacionais, amplo conhecimento da administração pública angolana e Descentralização Política e quadro, a administração pública e processos de reforma do sistema, contexto jurídico e político, e constitucional e legislativa estruturas, ciclos de planeamento e orçamentação, a gestão das finanças públicas e de mecanismos de consulta e participação.

- Para os consultores locais extenso conhecimento da administração pública angolana sistema, contexto jurídico e político, e constitucional e legislativa estruturas, ciclos de planeamento e orçamentação, a gestão das finanças públicas e de mecanismos de consulta e participação.

Anterior experiência de trabalho em projectos internacionais e/ou investigação será uma vantagem.

HABILIDADES E EXPERIENCIA

Qualificações Gerais:

- Universidade Licenciatura em Administração Pública, Direito (Direito Público), Ciência Política, Sociologia das Organizações, Desenvolvimento e outros domínios relevantes para a cessão ou equivalente (Polícia/Aspectos de género).

Boas habilidades analíticas e de julgamento

- Avançado Nível (mestrado ou equivalente) em qualquer um dos acima será uma vantagem.
- Proficiência em Inglês e Português (falado e escrito).
- Conhecimento de uso de computadores (MS Office).
- Bom inter-pessoal e inter-cultural, habilidades comunicativas

Experiência profissional:

- Para consultores seniores um mínimo de 10 anos de experiência profissional é necessário;
- Consultores que tenham um mínimo de 5 anos de experiência internacional (profissional e/ou experiência académica adquirida em um ambiente internacional) são considerados peritos internacionais;
- Para os consultores juniores, no mínimo, 3 anos de experiência profissional é necessário.

5.6 Primeiro-Ministro aborda crise com Governadores

Jornal de Angola

21 de Março de 2009

O Primeiro-Ministro, Paulo Kassoma, reuniu-se ontem, em Luanda, com os governadores provinciais, com os quais abordou o impacto da crise financeira mundial na economia angolana e as medidas a adoptar pelo Governo para combater os seus efeitos.

A reunião, em que participaram também os directores provinciais dos gabinetes de estudo e planeamento e alguns membros do Governo central, decorreu na Cidade Alta.

Segundo um comunicado de imprensa divulgado no final do encontro, os governadores foram instruídos no sentido de informarem às populações sobre o cronograma de acções que está a ser preparado pelo Governo, para conter os efeitos da actual crise mundial.

A dificuldade de acesso aos financiamentos externos, a redução das receitas petrolíferas e de fluxos financeiros

do exterior, na forma de ajuda pública ao desenvolvimento e de investimento directo estrangeiro, a pressão sobre as reservas cambiais do país, face à redução dos custos das importações, são algumas das consequências da crise, refere o comunicado.

Ajustamento do Plano Nacional

Para garantir a estabilidade macroeconómica e a redução do grau de abrandamento da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o Governo vai definir prioridades e implementar medidas que se consubstanciam no ajustamento do Plano Nacional de 2009 à situação actual. Com vista a atenuar os efeitos da crise, o Executivo pretende ainda promover actividades económicas produtivas geradoras de emprego e rendimento e fomentar as exportações em substituição das importações.

Redução dos activos detidos no estrangeiro

Os governadores provinciais enalteceram a prestação do Governo na adopção de medidas que permitam atenuar a crise e predisuseram-se a mobilizar sinergias para que se alcancem os objectivos preconizados.

Redução dos activos detidos no estrangeiro

Os governadores provinciais enalteceram a prestação do Governo na adopção de medidas que permitam atenuar a crise e predisuseram-se a mobilizar sinergias para que se alcancem os objectivos preconizados.

Entretanto, a actual crise financeira mundial, que vai tendo os seus efeitos negativos na economia nacional, pode afectar, em maior ou menor grau, os programas e as metas estabelecidas no Plano Nacional do Governo para 2009, segundo afirmou o Primeiro-Ministro na abertura da reunião.

Paulo Kassoma indicou que a actual escassez de liquidez nos mercados financeiros das economias desenvolvidas é susceptível de reduzir o valor dos activos nacionais "detidos no estrangeiro" e agravar as condições de financiamento.

Imprevisibilidade das consequências

O Primeiro-Ministro sublinhou que "é no quadro da imprevisibilidade das consequências da crise" que o Executivo angolano terá de gerir a sua economia, adoptando medidas restritivas que visam o reajustamento das despesas públicas, em função da escassez de recursos financeiros.

O Primeiro-Ministro apontou como medidas prioritárias para enfrentar a crise, a promoção de acções viradas para a estabilidade macro-económica, o melhoramento da produção alimentar, o saneamento

básico e o fomento da habitação social.

Ao nível orçamental, o Governo pretende implementar uma gestão rigorosa, racional e transparente das despesas públicas e concluir o trabalho de regulamentação das aquisições e contratações públicas, incluindo a obrigatoriedade de realização de concursos públicas e acabar com os contratos onerosos.

5.7 Fundo de Gestão Municipal facilita projectos locais

Jornal de Angola 22 de Fevereiro de 2009

O Fundo de Gestão Municipal, equivalente a cinco milhões de dólares norte-americanos, está a propiciar um novo ritmo ao processo de reconstrução de infra-estruturas na província de Benguela, com a concessão directa de verbas às administrações municipais.

Os administradores têm maior capacidade de realização e execução dos projectos locais.

Segundo Virgílio de Fontes Pereira, ministro da Administração do Território, o fundo já constitui um motivo de orgulho devido ao impacto que está a ter nas localidades onde foram realizados os investimentos, que estão a contribuir para a melhoria de vida dos munícipes, dando maior dignidade às aldeias, vilas e sedes municipais, com a construção de escolas, reabilitação das administrações e respectivos palácios, a compra de grupos geradores para a produção e distribuição de energia eléctrica e de água potável à população.

Virgílio de Fontes Pereira, que efectuou uma visita de avaliação do desempenho das administrações municipais contempladas pelo programa de gestão municipal, salientou que a disponibilidade financeira já está a ter "efeitos agradáveis".

"A concepção do fundo de gestão municipal está a outorgar mais autonomia às autoridades municipais para a resolução das tarefas de reconstrução e a possibilitar a realização de obras nos vários domínios da vida social das comunidades nas sedes municipais, comunais, povoações e aldeias" disse o ministro. "A introdução deste método vai motivar os administradores a realizarem os projectos por si concebidos. Foi dado a cada uma das administrações o equivalente a cinco milhões de dólares e a prova é a responsabilidade dos titulares na execução das acções e tornar realidade aquilo que são os propósitos do programa de desconcentração administrativa", acrescentou. Está decorrido cerca de um ano desde que começou a execução deste programa.

Cada administrador, com a sua equipa, pode realizar acções para a melhoria da qualidade de vida da população, onde ele julga que é necessário realizar um investimento de pequeno a médio porte. "Em Luanda (00') havia o caso de um administrador comunal que fazia da sua viatura o seu gabinete de serviço. Outro caso que o MAT registou foi em Malanje, onde o administrador utilizava um sítio impróprio para trabalhar. São situações constrangedoras que em nada abonam o bom desempenho do responsável. Todos estes factos foram ultrapassados graças ao Fundo de Gestão Municipal", afirmou ao ministro...

Com este fundo, os municípios deixam de esperar pelas dotações financeiras dos governos provinciais ou central para a resolução dos problemas mais prementes.

"O empenho dos administradores na gestão correcta do Fundo contribui para o reforço da unidade nacional na medida em que um dos seus objectivos é trazer o bem estar social às famílias", afirmou o dirigente.

"Se o administrador precisar de construir chafarizes, estender um ramal para transporte de água para uma determinada zona do bairro (...), computadores, renovar os móveis das administrações, entre outros casos, (...) realiza o plano e depois justifica", enfatizou Virgílio de Fontes Pereira, que ficou encantado com um exemplo concreto no município da Ganda:

"Foram comprados tractores para realizar o saneamento básico, reformaram-se escolas e jardins que há muito aguardavam por uma reabilitação. O mesmo aconteceu em Benguela, Lobito e Cubal".

O ministro reconheceu que o processo é novo e está sujeito a falhas, mas acrescentou que é necessário procurar fazer com calma aquilo que é prioritário para o bem-estar das comunidades.

Os exemplos da Ganda e Cubal

O administrador municipal da Ganda, Artur Manuel Tomás, deu a conhecer como estão a ser aplicados os recursos do Fundo e salientou que o plano de execução obedece à consulta ao conselho municipal, que define as prioridades. Com a autonomia financeira concedida ao município da Ganda, foram realizadas despesas com a reabilitação de duas escolas, jardins, centros de saúde, e apetrechamento do edifício da Administração Municipal e foram construídas duas pontes. Decorrem ainda obras de reabilitação na administração comunais da Chicuma, Ebanga, da Regedoria Municipal, Biblioteca Municipal, Casa Protocolar e no parque infantil.

Com o Fundo de Gestão Municipal foram adquiridas 3.800 chapas de zinco para a cobertura de escolas

rurais. Alguns jangos comunitários foram apetrechados com televisores e antenas parabólicas que vão funcionar com sistemas de placas solares. Foram, igualmente, adquiridas mil ca11eiras, 150 quadros e 1. 544 batas escolares distribuídas a crianças desfavorecidas do meio rural.

No sector da Saúde, independentemente dos centros reabilitados, foram adquiridas três viaturas todo-terreno para apoio ao programa de saúde familiar, e para facilitar a locomoção dos médicos cubanos nas visitas domiciliareis às áreas mais recônditas do município. Foram compradas, também, três ambulâncias.

O fornecimento de energia à sede municipal foi reforçado com novos grupos geradores. Para o melhoramento da distribuição de água decorre a construção de cinco chafarizes na comuna da Ebanga. Na sede municipal estão em funcionamento electro-bombas para captação de água e uma viatura para recolha de lixo, o que melhorou bastante o saneamento básico.

Os agricultores associados vão beneficiar de gado bovino de tracção, que ajudarão na preparação das terras. O Fundo de Gestão Municipal está, igualmente, a surtir bons resultados no município do Cubal. Segundo o administrador municipal, Veríssimo Sapalo, a aplicação do Fundo está a conferir maior dignidade ao município.

"A transferência de recursos financeiros concedidos directamente às administrações municipais é favorável à vida das comunidades e permite a realização progressiva de acções que têm repercussão imediata na prestação de serviços à população", disse.

"A disponibilidade financeira serve para a execução de vários programas virados para a municipalidade e permite a realização da formação profissional dos quadros das administrações", acrescentou.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Prédios com fissuras preocupam moradores

Jornal de Angola 2 de Fevereiro de 2009

Quando o tempo se apresenta acinzentado e o cheiro à chuva paira no ar, a inquietação toma conta de muitos moradores dos prédios defronte à Igreja Sagrada Família, no município da Ingombota. O tempo fechado traz preocupação, por causa da humidade que aumenta o risco de infiltrações em edifícios antigos e sem conservação. O silêncio, o medo e a incerteza apossam-se dos moradores. Quando a chuva cai, surgem as interrogações: "Será desta vez? Será melhor apanhar chuva ou permanecer no edifício? Isto vai ou não desmoronar?".

O perigo é visto a olho nu. Não é preciso ser-se um profissional qualificado para dar conta do recado. Os prédios existem há mais de cinquenta anos e nunca foram alvo de manutenção. Com o avanço do tempo, os edifícios, de quatro andares, com dezasseis apartamentos cada, começam a apresentar fissuras nas paredes e nas estruturas, representando um perigo para os moradores, assim como para os pedestres e automobilistas que por ali circulam.

Os moradores procuram auxílio. Mas, até agora, tudo o que conseguiram foi a visita de um grupo de técnicos do governo provincial, que vistoriou os edifícios sem nada resolver.

Há risco de desabamento, como revelou à nossa

reportagem Rosa Ana paz, coordenadora de um dos prédios. "Há muito que não conseguimos ter um sono tranquilo, pensando que um dia venhamos a ser vítimas de desabamento. Temos medo. Vivemos nos apartamentos, mas preocupados com o amanhã".

Com chuva ou sem ela, disse, o perigo está à espreita, por isso, a fiscalização é importante, assim como a responsabilidade de cada morador de olhar com atenção o estado do seu apartamento, já que os prédios representam um perigo, requerendo uma atenção especial de correção do problema por quem de direito.

Apesar de não ser perita na matéria, a coordenadora acha que as fissuras possuem várias causas, que só um especialista pode determinar se é derivada da acomodação, de formação estrutural, carga excessiva, termo-dilatação ou retracção química na mistura dos materiais de construção empregados.

Outro factor considerado causador das fissuras, segundo Rosa Anapaz, prende-se comas obras” feitas em certos apartamentos. "Muitos donos de casa fazem reformas nos seus apartamentos sem observar as informações técnicas, para saberem se é ou não possível fazer tais obras. Mandam as empresas fazer obras sem mesmo conhecerem o fundo do edifício", diz Rosa Anapaz.

Apartamento no terraço

Vive há mais de quinze anos com a sua família no terraço do prédio. Miguel, como se identificou, é um dos coordenadores do prédio que teve da Habitação a anuência para construir o seu apartamento no terraço, onde o perigo está à espreita.

O edifício apresenta fissuras no interior e no exterior, dando a impressão que mais dia, menos dia poderá desabar. "Essas rachaduras não são de hoje. Eu vivo aqui há mais de 15 anos e tenho constatado que elas vão aumentando com o tempo", disse o coordenador, acrescentando que qualquer edifício, já antigo, que passe vinte anos sem qualquer remodelação chega a esse extremo.

Este assunto foi há muito comunicado ao governo provincial, como informa o coordenador.

"Nós já tentamos informar verbalmente ao governo provincial, mas não tivemos sucesso e estar pôs assim até hoje". O coordenador acrescentou que recentemente o Governo Provincial de Luanda mandou uma equipa pintar os prédios ao redor da Igreja Sagrada Família. Aproveitou-se então a ocasião para solicitar, mais uma vez, que olhassem por aqueles edifícios. "A resposta foi que devíamos esperar".

Na ânsia de ver o problema resolvido, o coordenador apela para a criação de uma comissão especializada, que consiga fazer o levantamento dos prédios em recuperação e os que devem ser demolidos, para não porem em risco a vida dos moradores.

Rosa Anapaz informou à nossa reportagem que o prédio pertence ao Estado e que várias vezes apelaram a quem de direito. "Este prédio pertence ao Estado e nós várias vezes já fomos ao governo provincial, que inclusive já mandou vários técnicos para verem em que situação nos encontramos, mas até agora nada se resolveu", disse, acrescentando que estão preocupados com a situação, porque, até agora, não sabem o que pode vir a acontecer se medidas não forem tomadas. "Se tivéssemos para onde ir, já teríamos abandonado o edifício".

Má conservação na origem das fissuras

A falta de conservação é uma das causas dos problemas estruturais com que se debatem muitos edifícios da cidade de Luanda. A maior parte dos prédios não tem sido alvo de conservação necessária, como fala à nossa reportagem o ex-director nacional de Materiais de Construção do Ministério das Obras Públicas, o engenheiro Sousa e Santos. "Muitas vezes os sistemas de descargas nas casas de banho e nas cozinhas não funcionam por causa do entupimento, mas os moradores também não se preocupam em debelar esse mal, de forma a evitar as infiltrações de água. Esta situação, acrescenta, cria graves problemas, quer nas placas das estruturas, quer noutros materiais, o que causa graves consequências", diz.

A falta de energia tem feito com que muitos moradores de casas e edifícios recorram a geradores, que, devido à sua vibração, também criam problemas na estrutura dos prédios. O engenheiro acrescentou ainda que, devido às zonas com reacção freática, muitos prédios têm vários danos nos pilares, o que dá origem aos assentamentos. "Quando não se acata esta situação de imediato, os prédios ou casas ganham fissuras. Este e outros problemas fazem parte do nosso quotidiano", afirma.

O tempo e a má construção são outros motivos de degradação de prédios, como confirma o engenheiro. "Temos de ter a cultura de conservar as casas, de observar se ocorreram erros nas obras, devemos tratar da canalização, para que com o andar do tempo não venhamos a ter as nossas residências com rachaduras e outros problemas estruturais", acrescenta.

No bairro Alvalade, a maior parte das casas foram construídas em zonas aterradas, sem os solos estarem

consolidados. Além disso, neste bairro, algumas das fundações foram mal feitas. Se as casas não tiverem um sistema de contenção para evitar deslizamento de terras, segundo Sousa e Santos, elas vão cedendo, dando origem as fissuras.

"É preciso um estudo preliminar para cada caso, no sentido de se arranjar soluções. Mas, às vezes, não se faz isso e as fissuras continuam a aumentar. Depois, já são precisos alguns estudos de engenharia para resolver as situações", considera o ex-director nacional de Materiais de Construção do Ministério das Obras Públicas.

Soluções

Na opinião do ex-director nacional de Materiais de Construção do Ministério das Obras Públicas, algumas casas vão ter de ser demolidas. "Mas outras, talvez, com algum aconselhamento, podem vir a ser reparadas e continuar a abrigar normalmente os moradores, sem qualquer risco de vida".

Sousa e Santos garante que a situação degradada de vários prédios na cidade capital já é uma preocupação do Governo, porque o Ministério das Obras Públicas tem uma equipa organizada para vistoriar os edifícios, principalmente os mais altos. O engenheiro refere que os proprietários vão ser avisados e vão ter de gastar algum dinheiro para restaurar os prédios, para que possam ter condições de habitabilidade.

"Estão a ser feitos estudos e já existem planos directores que poderão, num futuro próximo, desenvolver a cidade de Luanda", revelou.

O engenheiro alerta para o caso daqueles que por desconhecimento remodelam os seus apartamentos, dando origem a problemas estruturais. "As remodelações têm de ser feitas em função do projecto e do propósito da casa, porque as alterações dos vãos das construções podem trazer problemas futuros. Quando se alteram os vãos, as casas ficam com menos resistência. O mesmo acontece com a construção de casas no terraço sem um estudo prévio," disse.

6.2 Milhares de famílias do Sambizanga passam a beneficiar de luz eléctrica

Jornal de Angola 5 de Fevereiro de 2009

Depois de oito meses sem energia eléctrica, cerca de 2.500 famílias da comuna Ngola Kiluanje, Sambizanga, estão a beneficiar desde ontem deste serviço. Para levar a luz eléctrica à casa dos consumidores foram instalados e inaugurados cinco novos postos de

transformação de baixa tensão.

Os postos de transformação de energia eléctrica foram construídos de raiz e instalados no bairro de São Pedro da Barra, dois, no bairro da Paz (1), no Porto Pesqueiro (1) e na zona da Encib (1).

O administrador do município do Sambizanga, José Tavares, depois de inaugurar os postos de transformação, afirmou que a instalação dos novos serviços de electricidade são acções inseridas no programa do Governo de melhoria das condições de vida da população angolana, através do fornecimento de melhor e maior qualidade de energia eléctrica.

A comuna do Ngola Kiluanje, sublinhou José Tavares, foi a contemplada nesta fase, por ser a área que mais preocupação apresentava, pois "os moradores dos bairros que a constituem há muito que consumia energia privada". O administrador frisou que foi graças ao esforço do Governo que o quadro se inverteu, "uma vez que a energia que vai ser consumida é do Estado".

Os postos de transformação de energia eléctrica foram adquiridos pela Administração do município do Sambizanga, no âmbito do programa de intervenção municipal e custaram cerca de 150 mil dólares americanos cada um, precisou o administrador. Em resultado desse esforço, José Tavares pediu aos moradores dos bairros contemplados que preservem os bens, assinando contratos com a EDEL e pagando regularmente a energia que consomem, ajudando assim a acabar com as ligações anárquicas que provocam cortes de energia.

No âmbito da luta contra a raiva, o administrador municipal do Sambizanga inaugurou ainda o posto veterinário do Sambizanga, localizado no bairro de São Pedra da Barra, também na comuna do Ngola Kiluanje.

O posto conta com uma carrinha para a captura dos animais doentes e vadios. Dentro do programa de combate à raiva, o administrador do Sambizanga garantiu que, nos próximos dias, serão abertos mais dois postos veterinários, um na comuna do Bairro Operário e outro no Sambizanga (sede), e abertos postos veterinários móveis.

6.3 Saneamento básico e urbanismo em discussão

Novo Jornal 6 de Fevereiro de 2009

LUANDA ACOLHEU esta semana o " I Encontro Técnico de Saneamento Básico e Urbanismo"

destinado a divulgar e discutir os conceitos básicos que norteiam a arquitectura do espaço urbano e a chamar a atenção para que o seu desenvolvimento se processe de forma ordenada permitindo e criando as condições de qualidade de vida desejadas.

Tratou-se de uma iniciativa conjunta da Sinfic, Sitel e Eco serviços que mobilizou a presença dos administradores municipais de Luanda, visando introduzir um novo paradigma de gestão da cidade tradicional para fazer emergir uma cidade inovadora.

A Sinfic tem no Ordenamento e Desenvolvimento do Território um dos eixos estratégicos da sua acção e as suas competências estão viradas para a elaboração de Planos Directores Municipais, Planos de Urbanismo, Proposta de Criação de Recursos Fundiários, Projectos de Loteamento, Sistemas de Gestão Urbanística e Gabinetes de Gestão Municipal. As actividades da Sitel, por sua vez, cobrem áreas como Engeneering, Instalações Industriais, Saneamento Básico, Ar Condicionado e Ventilação, Exploração e Manutenção de Instalações.

O tratamento de águas, esgotos e resíduos sólidos, incluindo a reutilização e dessalinização, bem como a concepção, construção e controlo de infra-estruturas de saneamento básico e estudos de impacto ambiental figuram entre as especialidades da Eco serviços. O encontro reuniu especialistas que se debruçaram sobre "Urbanismo e Desenvolvimento Económico e Social", "Planos Directores e Saneamento Básico", "Licenciamento Urbano, Peças de Projecto e Procedimentos Administrativos" e "Construção e Operações de Tratamento".

6.4 Moradores do prédio da Lagoa com destino incerto

Novo Jornal 6 de Fevereiro de 2009

NEM ÁGUA VEM, nem água vai. É assim que se podem caracterizar as constantes promessas feitas pelos governantes da província de Luanda sobre o tão falado projecto de desalojamento e realojamento dos habitantes do prédio inacabado do Kinaxixi.

O assunto ganhou mais eco por altura da derrocada, no ano passado, do edifício da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), onde se anunciou que o imóvel estava na lista dos prédios sem condições de habitabilidade. Apesar do perigo que o edifício representa, constatado e reconhecido publicamente pelos vários governantes que já passaram pelo pelouro da capital, o certo é que até ao fecho da edição não havia nenhuma informação sobre o desfecho deste dossier.

"Já nos fizeram muitas promessas, mas até aqui não há nenhuma informação oficial" declarou o coordenador do edifício, Eliseu Laurindo, acrescentando: "Já ouvimos muitas datas, agora é só esperarmos para crer".

A nossa fonte recordou que, em Abril de 2006, estando como administrador da Ingombota Júlio de Carvalho tinha-lhes sido prometido que seriam realojados nos projectos Zango e Sapú, no município de Viana.

"Naquela altura, tinha sido feito o registo das 123 famílias que moram aqui e foi-nos dito que sairíamos num período inferior a 30 dias", recordou.

Em declarações a este jornal, o director provincial das Obras Públicas, Torres Bunga, garantiu que o processo de realojamento "dos habitantes está em estudo", não adiantando datas possíveis. Funcionário público e habitante do edifício desde 92, a história de Eliseu não difere da de muitos que ali habitam. Na sua maioria, são pessoas que fugiram da guerra no interior e vieram refugiar-se na cidade capital.

"Com a guerra, sai do Uíje vindo refugiar-me em Luanda, onde encontrei um lugar neste prédio para viver". Residindo no rés-do-chão do imóvel, entre outros familiares, com a mulher, três filhos nascidos no prédio e dois sobrinhos, o nosso interlocutor pediu que sejam criadas todas as condições no local onde forem viver.

"Esperamos que tenha hospitais, escolas e outras condições que temos aqui na cidade onde também os nossos filhos estudam". Natural do Uíje, aos 34 anos de idade, Vicente, empreiteiro de construção civil por conta própria, é um dos moradores mais antigos do edifício, lembrando que vive no imóvel desde 93. Segundo nos contou, antes desta data já frequentava o prédio, porque tinha um familiar que vivia no edifício desde finais dos anos 80.

"Lembro-me que tinha ido ao Soyo, onde iria estudar, mas uma semana depois tive de regressar a Luanda por causa da guerra que rebentou naquela altura".

Com o desejo de continuar a estudar cancelado, ante o conflito armado que surgiu, Vicente regressou a Luanda e por falta de casa decidiu ficar a viver lá.

E como é o dia-a-dia no edifício da Lagoa? A nossa fonte desdramatiza o que muita gente pensa a respeito do local.

"Muitos dizem que aqui se vive mal e que é fonte de doenças para muitas crianças, mas isso não corresponde

a verdade", declarou e prosseguiu "a vida aqui é tal e qual a dos habitantes de qualquer prédio, com os seus problemas conjunturais".

Vicente vai mais longe e lembra que no local "vivem funcionários públicos e do sector privado", que também têm ar-condicionado, parabólica, televisão e outras condições. "Cada um ao seu nível contribui para o engrandecimento do país", concluiu.

A higiene do edifício é precária, tal como a de muitos outros da capital e, apesar, de não correr nos apartamentos, o prédio tem água canalizada que chega apenas ao rés-do-chão. Dali é acarretada para os diversos andares. A energia é proveniente de ligações anárquicas dos arredores e as casas de banho funcionam normalmente, escoando os dejectos para a lagoa.

6.5 Retirada da grua ainda sem data

Novo Jornal 6 de Fevereiro de 2009

AO CONTRÁRIO dos cinco dias previstos inicialmente para a remoção da grua instalada há mais de 30 anos no edifício da lagoa do Kinaxixi, município da Ingombota, o certo é que já passaram mais de duas semanas e não se perspectiva quanto tempo mais poderá levar o trabalho que ali está a ser efectuado.

O director provincial das Obras Públicas, Torres Sunga, declarou ao Novo Jornal que o trabalho prossegue, por isso, escusou-se a adiantar mais datas.

A reportagem do Novo Jornal constatou no terreno que está a ser levado a cabo um trabalho de movimentação do entulho de areia na parte traseira do edifício, sob responsabilidade da empresa Soares da Costa. Esta "acção vai permitir o avanço das máquinas e consequentemente a instalação de outra grua para remoção da actual", precisou aquele responsável, notando que a grua "representa um perigo para as pessoas que residem no imóvel e nos arredores".

A primeira fase da empreitada foi marcada pelo encerramento do troço da Rua Martin Luther King, mais conhecida como Rua da Fanta, entre os dias 19 e 24 de Janeiro, tendo permitido a remoção do lixo e sucatas que se encontravam à beira do local.

O imóvel abandonado em 1975, em plena fase de construção, possui 17 andares, 72 apartamentos e outros compartimentos construídos ao longo dos -anos.

6.6 Casas para jovens estão em construção

Jornal de Angola 12 de Fevereiro de 2009

Pelo menos 2.468 casas sociais para a juventude estão já em construção em todo o país, revelou, ontem, em Luanda, o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba.

O Estado angolano prometeu construir um milhão de casas em quatro anos, uma promessa constante do programa de Governo do MPLA, o partido vencedor das eleições legislativas de 2008.

O ministro Gonçalves Muandumba, que falava durante um encontro com líderes associativos juvenis, jovens artistas, desportistas e fazedores de opinião, acrescentou que estão também em construção 17 Casas da Juventude e 40 centros comunitários.

Segundo Gonçalves Muandumba, os projectos e acções são implementados no sentido de dar maior atenção e dignidade à juventude para poder participar activamente nos desafios que a ela compete.

A construção dos pavilhões de artes e ofícios, o aumento do número de salas de aula e a construção de institutos médios politécnicos e pólos universitários vão, segundo o ministro, contribuir significativamente para o aumento do acesso à formação e ao emprego para a juventude.

-Gonçalves Muandumba referiu que o ministério que dirige está a reformular e redimensionar os projectos que vinha desenvolvendo no quadro do programa "Angola Jovem" sem perder o sentido programático, de participação e apoio multilateral à juventude.

Em 2008, acrescentou, a implementação deste programa produziu resultados satisfatórios, mas que precisam de ser consolidados e reforçados. De acordo com Gonçalves Muandumba, com o "Crédito Jovem" foi possível apoiar mais de 4.470 jovens empreendedores, num contexto que permitiu também a constituição de 972 cooperativas, a formação de 2.092 jovens e a elaboração e aplicação de 972 iniciativas ou projectos de negócios.

Segundo o titular da pasta da Juventude e Desportos, este processo continua em curso, já que o recurso financeiro disponibilizado ainda não se esgotou. No domínio do auto-emprego, Gonçalves Muandumba disse que também foram alcançados resultados positivos, com a distribuição de kits profissionais e a constituição de respectivas cooperativas à escala nacional.

O ministro Gonçalves Muandumba disse que, no quadro do programa "Angola Jovem", o Ministério da Juventude iniciou a implementação do projecto referente à habitação social para a juventude e à construção e apetrechamento das casas e dos centros comunitários, numa parceria efectiva com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e os governos provinciais.

6.7 Administração da Ingombota combate construções anárquicas

Jornal de Angola 13 de Fevereiro de 2009

A administração da Ingombota, em Luanda, vai agir contra os municípios que executam obras de construção civil sem a devida autorização o aviso é da administradora municipal, Suzana de Melo.

Em declarações à Angop, a responsável disse que estão a ser feitas algumas obras de pequeno porte na cidade, que abrange o município, sem que se cumpra com as normas arquitectónicas exigidas.

"Continua a verificar-se a execução de obras no interior de alguns edifícios, nos terraços dos prédios, bem como a construção de pequenos empreendimentos em quintais de residências que dão acesso às ruas, como lanchonetes, quiosques, salões de beleza e cantinas", frisou.

"De acordo com a administradora, estas acções alteram negativamente a configuração arquitectónica, principalmente da zona urbana de Luanda.

"Vamos agir rigorosamente no âmbito da Lei-quadro das Transgressões Administrativas, começando por demolir as obras e aplicar multas elevadas", sublinhou.

Suzana de Melo manifestou-se, igualmente, preocupada com a má conservação de alguns edifícios localizados na zona urbana da cidade capital.

A chefe do executivo municipal disse que a má conservação dos edifícios têm contribuído para a degradação contínua dos mesmos, principalmente no interior.

Em sua opinião, os próprios moradores não colaboram com o governo, pelo que apelou para uma maior participação dos municípios, através das comissões de moradores, na manutenção dos edifícios degradados.

Com uma população estimada em cerca de 600 habitantes, a Ingombota ocupa toda a zona baixa da cidade capital, onde existem mais de cem prédios, entre

estatais e privados.

Fazem parte da circunscrição as comunas da Ingombota (sede), Patrice Lumumba, Maculusso, Ilha do Cabo e Kinanga.

Campanhas de sensibilização comunitária. As autoridades administrativas da Ingombota vão promover, a partir da segunda quinzena deste mês, campanhas de sensibilização junto dos seus municípios, sobre o saneamento básico, com vista a melhorar o ambiente na circunscrição.

A administradora municipal, Suzana Augusto de Melo disse, ontem em declaração à Angop que a campanha consiste na realização de visitas de constatação e afixação de cartazes nos edifícios e residências para o cumprimento rigoroso do horário de depósito e remoção lixo.

Este trabalho vai ser feito sobre tudo por uma comissão liderada pela administradora municipal, na qual integram responsáveis das secções municipais dos Serviços Comunitários, de Fiscalização, Saúde e da Comanda da Primeira Divisão da Polícia Nacional.

Vão ainda integrá-la representantes das comissões de moradores e assembleias de condóminos das zonas onde a situação de saneamento básico é considerada crítica.

De acordo com Suzana Melo, torna-se necessária melhorar o trabalho, principalmente da recolha de lixo, nos arredores de alguns edifícios.

No município existem mais de cem prédios na sua maioria sobre tutela da Direcção Provincial de Luanda de Urbanismo e Habitação.

6.8 Degradar para demolir, não!

Agora 14 de Fevereiro de 2009

(De como se chegou a tamanha degradação dos edifícios)

Refiro-me ao património imobiliário do Estado, entre edifícios médios, altos e arranha-céus construídos entre 1961 e 1975, em Luanda. Se feitas bem as contas hoje em termos de avaliação do seu real valor pecuniário (considerando os índices inflacionários galopantes actuais no ramo imobiliário e da construção civil), ver-se-ia que estamos em presença de um acervo deveras avultado e quiçá mesmo insubstituível a curto ou médio prazo. Calculando-se "grosso modo" que sejam para cima de 10.000 os edifícios residenciais modernos desse período, incluindo os de pequeno e grande porte, eles

representam seguramente um número de mais de 500.000 apartamentos hoje ao serviço do alojamento condigno dos angolanos.

E, se a isso acrescentarmos que foram esses edifícios e a nova urbanização que transformaram radicalmente Luanda medieval e de uma arquitectura tipicamente colonial na linda e moderna cidade até há poucos anos considerada a mais bela de África, sem dúvida que se chegará à conclusão de que esse património imobiliário é também muito importante do ponto de vista histórico. Infelizmente e de uma forma geral, com excepções muito reduzidas e pontuais, esses edifícios estão hoje – decorridos apenas menos de cinquenta por cento do seu tempo de vida útil completamente degradados, nalguns casos de forma irreversível e a exigir a intervenção do camartelo. Mas eu não creio - longe de mim uma tal ideia! - que este deplorável estado de coisas tenha sido provocado institucionalmente e com base na opção política marxista-leninista, que marcadamente dirigiu do destino de Angola durante mais de 20 anos após a independência. Com relativa facilidade contudo seríamos levados a admitir essa hipótese, não só porque é doutrina revolucionária comunista aquela que ensina que é sempre necessário destruir o "velho" (o "homem velho" ou reaccionário, inclusive) para edificar o "novo", mas também e sobretudo porque o Estado angolano se apressou tanto a confiscar e nacionalizar precipitadamente todo esse património entre 1976 e 1980, a meu ver mais por razões de retaliação política sobre os colonos e a burguesia colonial do que por razões de soberania. É que, curiosamente, logo a seguir o próprio Estado "permitiu", fechando os olhos ou não agindo em sentido contrário, que todo esse património fosse tão mal tratado e usado de forma a chegarmos ao que temos hoje pela frente!!!... Em nenhuma outra das ex-colónias portuguesas proclamadas independentes na mesma altura (1975) isso aconteceu. Em Moçambique, por exemplo, a cidade de Maputo preservou e conservou religiosamente o seu também avultado património imobiliário moderno do tempo colonial. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e até mesmo a Guiné-Bissau procederam de igual forma. Só Angola foi, infelizmente, a triste excepção!

(2)

(Opção urbanística I - Demolir e substituir)

Acredito prontamente na boa fé do Governo e nos propósitos do Estado como pessoa de bem. Por isso, julgo que o seu objectivo quando decide pela demolição é encontrar soluções necessárias para casos perdidos, ou seja, perante as situações irreversíveis de degradação, procederá à demolição dos edifícios em favor de uma nova urbanização ou substituindo-os "in loco" com a construção de outros, no mínimo de porte

igualou superior. Que inconveniências ou consequências negativas terá uma solução deste tipo?

Vamos gastar naquilo que já temos e preferimos destruir o dinheiro que poderia ser destinado a obter aquilo que nunca tivemos, como por exemplo o estabelecimento de um salário mínimo nacional condigno e mais segurança social. A grande maioria dos edifícios confiscados é residencial, ocupados por famílias angolanas que compraram ou não os apartamentos, mas que são ocupantes legais que correrão o risco de não serem justamente indemnizados ou compensados. Mesmo sabendo que os edifícios a demolir serão substituídos por outros, quiçá de melhor qualidade, o custo das rendas ou o preço de venda dos novos apartamentos de forma alguma voltará a estar ao alcance da classe média angolana, sendo que por isso se destinarão quase exclusivamente a alojar estrangeiros ou expatriados, no formato singular ou de condomínios. As famílias angolanas, que até então tenham vivido em bons apartamentos no casco urbano e se transferem compulsivamente para as novas áreas urbanizadas da periferia, regridem no mínimo no seu padrão ou qualidade de vida "passando de cavalo para burro", como se dizer-se. Com a independência de Angola (à parte os efeitos negativos da guerra) melhoraram profundamente as condições económicas e sociais dos angolanos no seu conjunto, que passaram maioritariamente a ocupar as cidades outrora predominantemente brancas, o que foi um movimento de recuperação da nossa dignidade e cidadania, e agora promover-se-á com medidas administrativas ou políticas deste género que os angolanos deixem as cidades de regresso aos musseques e afins, abrindo as portas a uma rápida e massiva neo-colonização euro-asiática.

(3)

(Opção urbanística 11 - Recuperar sem desocupar)

Das três, esta é a opção que em princípio deveria ser assumida pelo Governo em relação a todos os edifícios residenciais degradados sim, mas cujas infraestruturais ofereçam as condições de estabilidade e segurança previstas nos cálculos e pormenores de betão armado dos respectivos projectos de construção.

E nestes casos, a meu ver, que funcionaria em pleno o que ficou conhecido por "Plano Higinio Carneiro" que não chegou a ser materializado, mas ao qual contudo tenho feito referências em diversas ocasiões. De acordo com as linhas mestras desse plano, os moradores adquirentes, proprietários ou senhorios, conjuntamente com o Estado, assumiriam os custos totais dos trabalhos de reparação dos respectivos edifícios numa percentagem que seria estudada bilateralmente e depois fixada pelo Executivo da província, determinando com

precisão o valor do orçamento, a fatia dos custos a suportar pelos fundos públicos do Instituto Nacional de Habitação, Empresa Nacional de Seguros e Ministério das Finanças e a fatia restante repartida em partes iguais pelos usufrutuários. Nesta solução, o Estado lançaria mão sem hesitação das suas prerrogativas de autoridade soberana ou de "ius imperii", ordenando com equidade e justiça, e não estando aos sujeitos particulares desta relação jurídica ou contratual a estabelecer senão o dever de obediência ou acatamento sem condições. É evidente que teriam de ser consertadas algumas regras. Entre o Estado e os moradores adquirentes, proprietários ou senhorios - como refiro atrás - firmaram-se iam contratos em que um dos contraentes (o Estado) se obriga a executar por empreitada a adjudicar e custear a totalidade do orçamento da obra de reparação interna e externa do edifício, e os outros contraentes (os moradores adquirentes, proprietários e senhorios) assumem o compromisso de efectuar a colecta dos fundos correspondentes a pagar directamente ao empreiteiro ou ao Estado. Das respectivas cláusulas do contrato de empreitada de obras públicas constariam aquelas que vinculem os usufrutuários dos edifícios também perante o empreiteiro, ficando claro que este é pago em simultâneo por ambos os contraentes nas percentagens fixadas em cada obra de reparação, a executar pelo sistema de "chave na mão" e sob fiança ou garantia do Estado.

(4)

(Opção III - Desalojar e recuperar)

Parece-me que é nesta via que os actuais "planos de requalificação urbana" se situam, quando se trata de reconverter as áreas urbanas residenciais. Tomo para exemplo as ideias segundo as quais, em relação ao Lotes do Prenda, os edifícios teriam de ser evacuados, os moradores alojados noutras locais enquanto decorressem as obras de recuperação, quer das residências quer das áreas abrangentes, voltando aqueles que assim o desejem à posse dos seus apartamentos restaurados mediante um (novo) contrato de compra e venda a celebrar com o Estado. É uma verdade que, infelizmente, não escapa aos olhos de ninguém - mesmo aos dos mais distraídos, indiferentes ou inconscientes - serem os edifícios altos do tempo colonial construídos entre 1963 e 1970 pela Cooperativa PRECOL no Bairro Prenda aqueles que não podem seguramente consentir uma profunda intervenção para os tirar do estado de degradação a que chegaram, sem serem compulsoriamente desalojados. Não para demolição, naturalmente, mas para reabilitação. Sendo este o caso, duas soluções poderão ser adoptadas após um estudo da real situação de cada um dos 24 imóveis que constituem no seu conjunto os Lotes I a XXIV do Prenda e um levantamento criativos o da tipologia dos seus ocupantes. Primeiro, expor-

por por utilidade pública todos os edifícios e áreas indistintamente, evacuando a população residente; segundo, realojar condignamente ou indemnizar justamente aqueles que são meros inquilinos, dando aos moradores adquirentes, proprietários e senhorios a oportunidade de participarem financeiramente na reconstrução / reabilitação / reparação (Opção urbanística II), regressando à titularidade e posse das suas residências restauradas após concluídas as obras.

6.9 Nova cidade a norte de Luanda país é Luanda, o resto é colónia

Folha 8 14 de Fevereiro de 2009

Uma nova cidade vai depois de o mesmo ter acontecido no Sul, nascer a norte de Luanda, onde os novos-ricos, quais novos latifúndios estão a esbulhar as terras dos camponeses autóctones, para aí implantarem os seus mirabolantes projectos.

Nesta perspectiva, o Governo mostra que a sua grande preocupação é Luanda e os seus arredores, pois o resto pode continuar a vegetar. De nada interessa a urgência de se investir no Moxico, no Kuando-Kubango ou Cunene, regiões com fortes potencialidades, mas abandonadas a sua sorte, porque a atenção é no coração do poder, em que a febre de arranjar passeios e pintar prédios, para desviar dinheiro em direcção as empresas dos "camaradas" amigos, é gritante. "Arranjam os passeios e os prédios, em Luanda, não que não seja importante, mas, por exemplo, faltam medicamentos nos hospitais no Moxico e geradores nos do Uíje. Isso é aberrante e discriminatório, pois dinheiro para a capital existe sempre, mas para o interior não", acusa o político, Agostinho Nanga, a propósito do anúncio da nova cidade.

O programa de José Eduardo dos Santos visa a criação, em função da construção do novo aeroporto na região do Bom Jesus, de uma nova cidade, até 2030, denominada "Sassa Bengo". A tese "vendida" é a de desafogar Luanda, que estaria com mais de 5,8 milhões de habitantes, mas nada aponta para um projecto visando beneficiar a maioria, mas uma minoria cada vez mais sedenta em controlar o negócio do imobiliário.

Não existe, por parte do governo, um plano de requalificação dos musseques de Luanda, autênticas bolsas culturais, mas sim a sua destruição, para daí se dar lugar ao surgimento de novas torres de betão, tornando-se a capital numa região sem bolsas verdes, tão indispensáveis para a respiração humana.

No dia 11, em Luanda, o coordenador do projecto de

expansão urbana e infra-estrutural das cidades de Luanda e Bengo, Diakumpuna Sita José, não conseguiu, como se impõe, nestas alturas, os montantes previstos a serem gastos para esta empreitada e qual será a responsabilidade do Estado e a dos operadores privados.

Assim, tudo fica mais difícil entender o sonho do governo, para lá de afirmar que a nova cidade, a erguer entre a Barra do Dande e Caxito, poderá albergar cerca de três milhões de habitantes.

Uma cidade tem mais valia se erguida junto a um grande rio, como é o caso de Dande, para além de não estar distante do mar, no qual poderá ser erguido um novo porto comercial, daí o também ministro do Urbanismo, considerar que a zona do Dande terá um papel "muito importante" na organização da economia das regiões de Luanda e Bengo, com a transferência do porto de Luanda para aquele local.

Recorde-se de que este projecto da transferência de parte da cidade e do Porto Comercial de Luanda foi do economista Zau Valentim, na altura director do Conselho Nacional de Carregadores. Como se adiantou no seu tempo, foi preso, mas agora que se recupera o seu projecto, o governo não tem a ombridade de se penitenciar e pedir desculpas a um homem que só queria emprestar o melhor do seu saber e visão ao país.

No círculo do poder, mesmo sem estudos apurados, as estimativas é de um crescimento anormal da população de Luanda, que poderá chegar aos 15 milhões de habitantes, dentro de 8 anos. "Se a tese é esta, mostra que existe um plano estruturado para se desertificar o interior do país e concentrar o máximo de pessoas em Luanda", sendo necessário "criar esta nova coqueluche governamental, até 2030, para os filhos de papai, continuar a brincar aos milionários latifundiários", garante Rafael Manuel.

Sita José tem argumentos diferentes. Para ele, "a tendência é preocupante. Hoje, em função do censo eleitoral, temos cerca de 5,8 milhões de habitantes em Luanda", disse o coordenador, para quem os dados disponíveis apontam para o crescimento até 2030 da população para 30 milhões de habitantes, actualmente estimada em 16 milhões.

A cidade de Luanda, construída para albergar 700 mil pessoas, acolhe hoje cerca de seis milhões, em consequência dos 30 anos de guerra que assolaram Angola, obrigando à deslocação de milhares de pessoas do interior do país para a capital na busca de segurança e alimentação.

Terminada a guerra em 2002, o Governo levou a cabo o processo de reassentamento de milhares de deslocados nas suas zonas de origem, mas a falta de condições básicas nas províncias fez muitos desses deslocados regressarem a Luanda e outros se recusarem a partir. O Plano Integrado para a Expansão Urbana está a ser realizado, como não podia deixar de ser, pela não menos conhecida e suspeita, consultora libanesa, a Dar-Al-Handasah, com fortes ligações aos mais altos mandatários deste país.

6.10 Edifícios da Rua da Missão

Agora 14 de Fevereiro 2009

Os edifícios da Rua da Missão, de um e outro lado, não são muito altos, oscilando entre os 7 e 10 andares.

Mas impressionam, todos à excepção de apenas um, pela imponência e contiguidade que não os separa uns dos outros e sem soluções de continuidade entre eles, só interrompida ao cimo e do lado direito por um pequeno troço de rua. A Rua da Missão vai do Largo da Mutamba ao Largo do Kinaxixi, atravessando o ex-Largo

Luís de Camões. Nada tem que nos chame a atenção até ali, bastante pobre e erma, de margem descampada à direita e pequenos edifícios antigos e térreos à esquerda. Só então, para quem sobe, começa o nosso deslumbramento se olharmos para ambos os lados até desembocarmos no Largo do Kinaxixi (ex-Largo Maria da Fonte).

Ao todo, são 8 edifícios altos do lado esquerdo e 7 do lado direito, totalizando 15. Hoje, vamos apresentar em fotos sequenciais os da margem esquerda, identificando-os com a numeração de 27 a 34. Todos estes imóveis de grande porte, bem como os restantes 7 do lado direito e que identificaremos na próxima edição, foram construídos entre 1963 e 1970 pela alta burguesia colonial portuguesa, em perfeita sintonia com a política ultramarina do governo central de Portugal, impulsionando assim o crescimento ou o alargamento vertiginoso da cidade moderna de Luanda para fora dos limites da velha Baixa. Tinha eclodido (1961) a luta armada de libertação nacional pela independência de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Portugal considerava Angola como sua "pérola do império", estava decidido a continuar em África e cumpria a palavra de ordem de Salazar: "Para Angola rapidamente e em força!"

6.11 Habitação para jovens nas terras do novo mundo

O sonho da casa própria já é uma realidade para muitos jovens na província do Kuando-Kubango, que vão receber 100 habitações, no âmbito do projecto do Governo que visa construir um milhão de casas. José António Canhundo, de 36 anos, é pedreiro de profissão, trabalhava na Direcção Provincial das Obras Públicas e agora é um dos mestres que trabalham na construção das casas sociais para a juventude. Participar da reconstrução de infra-estruturas na província é uma grande alegria.

"Eu nunca pensei que estaria a trabalhar para construir casas que um dia venham a ser moradia dos meus filhos. Estou muito feliz por esta participação. Assim como filemos para expulsar o inimigo, estamos também a lutar para dar melhor vida aos nossos filhos porque NÓS já estamos velhos", afirmou António Canhundo.

Augusto Tchimbama fazia biscates como carpinteiro. Hoje também faz parte das equipas de trabalhadores de construção civil da empresa Serve Construções, encarregada da construção de 48 casas para jovens. E disse que "estou feliz com o processo de reconstrução nacional nós já sofremos muito e o processo de reconstrução só veio dar nova vida à província.

Apesar de estarem a pagar pouco, é preciso continuar para que o Kuando- Kubango continue a crescer."

O Governo angolano tem um projecto anual de 100 casas para cada província. No Kuando-Kubango, as habitações foram construídas em três municípios: Menongue, com 48 casas, Kuito Kuanavale com 20 e igual número no Cuchi. Metade das habitações vai ser distribuída a casais, 30 por cento a mulheres e 20 por cento a jovens singulares que estão sob tutela do Ministério da Juventude e Desportos. O presidente do Conselho ia Juventude, Bento Francisco Xavier, garantiu que já foi feita uma História ao bairro social e apesar das dificuldades, o empreiteiro está a ser célere, para entregar as habitações dentro de cinco meses.

"Nós louvamos a entrega dos empreiteiros, porque construir no Kuando-Kubango não é fácil, principalmente nesta fase em que está a chover muito e os acessos são difíceis, impossibilitando o transporte do material de construção", reconheceu.

Até ao momento já foram construídas 16 casas. Segundo o empreiteiro, devido a alguns atrasos de material e às fortes chuvas que têm abalado a província, tiveram um pequeno atraso, mas é provável que todas as casas estejam prontas até ao mês de Outubro.

As habitações têm três quartos, uma sala, cozinha e casa de banho.

Nas obras trabalham mais de 200 Operários Angolanos que neste momento estão a fazer uma formação profissional.

Universidade

E Casa da Juventude

Outro motivo de regozijo para os jovens do Kuando-Kubango é a construção da Universidade que vai evitar a emigração para outras províncias e para o estrangeiro. "Quando os nossos jovens vão estudar fora, não voltam porque encontram melhores condições de vida. Agora, com a construção da Universidade e de Institutos Médios, vai ser mais fácil para os estudantes que pretendem dar o seu contributo ao crescimento da província e do país", disse Bento Xavier.

A Casa da Juventude está a nascer para facilitar o convívio entre jovens e responder à procura em matéria de formação de adolescentes e jovens. "A juventude reagiu bem a estes projectos do Governo, é motivo de grande satisfação", disse Bento Xavier. A Casa da Juventude vai ter centros de formação profissional, salas de conferências, campos de jogo, biblioteca e restaurante.

O presidente do Conselho para a Juventude no Kuando-Kubango, Bento Francisco Xavier, revelou que muitos jovens, por falta de ocupação dos tempos livres, estão cada dia mais envolvidos com o álcool.

A Casa da Juventude vai ser utilizada como ponto de encontro para discussões e debates sobre propostas de políticas públicas da juventude, além de actividades culturais e de lazer. "Esperamos que com a Casa da Juventude possamos ganhar experiência para o exercício da participação juvenil", disse Bento Francisco Xavier.

O maior objectivo, disse, é promover a participação activa dos jovens em actividades políticas e sociais. Outro objectivo, continuou, vai se transformar a Casa da Juventude num espaço importante de valorização de capacidades criativas, fomentando diversas experiências enriquecedoras da personalidade que ajudam a estruturar este período de transformações vivido pelos Jovens.

"É essencial que os jovens se sintam integrados, para que se tomem activos e interiorizem valores democráticos, como o respeito pela diversidade cultural, a importância do diálogo in-tercultural, apostar na

formação profissional, na pesquisa e obtenção de informação actualizada", disse o presidente do Conselho da Juventude da província do Kuando- Kubango.

Crédito jovem é uma realidade Costa Isaac começou a trabalhar com 12 anos numa oficina criada no quintal da sua casa pelos familiares. O seu primeiro trabalho de mecânico foi reparar a moto de um amigo. Hoje com 25 anos, Costa Isaac é um dos beneficiados do "Projecto Crédito Jovem". Recebeu seis mil dólares para montar o seu próprio negócio e já trabalha por conta própria.

Com o dinheiro expandiu a oficina e deu emprego a mais de 14 jovens, que trabalham em tempo parcial para dar prioridade aos estudos. Para além de motos, Carlos Isaac também repara geradores e é dos poucos mecânicos que presta esse serviço.

Costa Isaac sente-se feliz por ajudar outros jovens que apesar de não serem beneficiados do crédito bancário conseguiram um emprego através do crédito que recebeu. "Estou feliz por este projecto que o Governo está a desenvolver a favor da juventude, porque nos abre horizontes. Hoje com o crédito já consegui dar emprego a 14 jovens", afirmou.

Vários jovens do Kuando-Kubango beneficiaram de crédito e abriram pequenos mercados no interior dos municípios. "O programa Crédito Jovem na província é uma realidade e a primeira fase já terminou. Os jovens que beneficiaram de empréstimos abriram pequenos negócios e criaram postos de trabalho para outros jovens", disse Bento Francisco Xavier.

Na primeira fase do projecto "Crédito Jovem" foram disponibilizados 150 mil dólares que beneficiaram 19 projectos de 212 jovens. Neste momento já existe um programa que corresponde a 200 mil dólares e estão a ser avaliados projectos apresentados por jovens. "Até ao momento temos cerca de, 160 projectos por avaliar", informou Bento Francisco Xavier.

Abriu seu próprio negócio e já trabalha por conta própria.

Com o dinheiro expandiu a oficina e deu emprego a mais de 14 jovens, que trabalham em tempo parcial para dar prioridade aos estudos. Para além de motos, Carlos Isaac também repara geradores e é dos poucos mecânicos que presta esse serviço.

Costa Isaac sente-se feliz por ajudar outros jovens que apesar de não serem beneficiados do crédito bancário conseguiram um emprego através do crédito que recebeu. "Estou feliz por este projecto que o Governo

está a desenvolver a favor da juventude, porque nos abre horizontes. Hoje com o crédito já consegui dar emprego a 14 jovens", afirmou.

Vários jovens do Kuando-Kubango beneficiaram de crédito e abriram pequenos mercados no interior dos municípios. "O programa Crédito Jovem na província é, uma realidade e a primeira fase já terminou. Os jovens que beneficiaram de empréstimos abriram pequenos negócios e criaram postos de trabalho para outros jovens", disse Bento Francisco Xavier.

Na primeira fase do projecto "Crédito Jovem" foram disponibilizados 150 mil dólares que beneficiaram 19 projectos de 212 jovens. Neste momento já existe um programa que corresponde a 200 mil dólares e estão a ser avaliados projectos apresentados por jovens. "Até ao momento temos cerca de, 160 projectos por avaliar", informou Bento Francisco Xavier.

6.12 Habitação para jovens nas terras do novo Mundo

Jornal de Angola 16 De Fevereiro de 2009

Jovens enaltecem esforços do Governo na reconstrução do Kuando-Kubango

O sonho da casa própria já é uma realidade para muitos jovens na província do Kuando- Kubango, que vão receber 100 habitações, no âmbito do projecto do Governo que visa construir um milhão de casas. José António Canhundo, de 36 anos, é pedreiro de profissão, trabalhava na Direcção Provincial das Obras Públicas e agora é um dos mestres que trabalham na construção das casas sociais para a juventude. Participar da reconstrução de infra-estruturas na província é uma grande alegria.

"Eu nunca pensei que estaria a trabalhar para construir casas que um dia venham a ser moradia dos meus filhos. Estou muito feliz por esta participação. Assim como fizemos para expulsar o inimigo, estamos também a lutar para dar melhor vida aos nossos filhos porque nós já estamos velhos", afirmou António Canhundo.

Augusto Tchimbama fazia biscates como carpinteiro. Hoje também faz parte das equipas de trabalhadores de construção civil da empresa Serve Construções, encarregada da construção de 48 casas para jovens. E disse que "estou feliz com o processo de reconstrução nacional. Nós já sofremos muito e o processo de reconstrução só veio dar nova vida à província. Apesar de estarem a pagar pouco, é preciso continuar para que o Kuando – Kubango continue a crescer."

O governo angolano tem um projecto anual de 100 casas para cada província. No Kuando Kubango as habitações foram construção em três municípios Menongue, com 48 casas, Kuito Kuanavale com 20 e igual numero no cuchi.

Metade das Habitação vai ser distribuída a casais 30 por cento a mulheres e 20% a jovens singulares que estão sobe tutela do Ministério da Juventude e Desportos. O presidente do Conselho da Juventude, Bento Francisco Xavier, garantiu que já foi feita uma vistoria ao bairro social e apesar das dificuldades, o empreiteiro está a ser célere, para entregar as habitações dentro de cinco meses.

"Nós louvamos a entrega dos empreiteiros, porque construir no Kuando-Kubango não é fácil, principalmente nesta fase em que está a chover muito e os acessos são difíceis, impossibilitando o transporte do material de construção, recebeu.

Até ao momento já foram construídas 16 casas. Segundo o empreiteiro, devido a alguns atrasos de material e as fortes chuvas que têm abalado a província tiveram um pequeno atraso, mais e provável que todas as casais Estejam prontas até ao mês de Outubro.

As habitações têm três quartos e uma sala cozinha e casa de banho.

6.13 Requalificação vai ser demorada

Semanário Angolense 13 a 20 de Fevereiro de 2009

Segundo apurou o Factual, o nome de Rocha Pinto adveio do facto de a comuna estar situada em zonas baixas em ambos os lados da estrada principal e ter uma área elevada onde galos cantavam e o som ao longe parecia o de um pinto. Daí passar-se a chamar Rocha Pinto, ou então o pinto que canta na rocha. Moradores contactados afirmaram desconhecer o porquê de a sua comuna se chamar Rocha Pinto, mesmo morando aí há muito tempo.

Mas é preciso dizer que a comuna é uma reminiscência da comuna da Samba, tendo em conta que essa área vinha crescendo com novos prédios e edifícios onde habitava gente colonial.

Com o leste vazio, as pessoas ocuparam o lugar sem qualquer plano, deixando a região da Samba então em urbanização e hoje um recanto de encantar.

Sem qualquer controlo, a população subiu o morro não importando as condições, embora também os comerciantes coloniais, na ânsia de expandirem os seus

negócios, tenham decidido construir armazéns para venda de produtos a grosso. Com isso, mais gente foi morar para o Rocha Pinto, tomando-o muito habitado.

Com a independência, a comuna cresceu só que de forma desordenada que é a característica das casas porque a construção de moradias visou tão-somente a ocupação de espaços e não tanto a vontade de se criar uma urbanidade com todos os serviços inerentes. Por isso, hoje o Rocha Pinto é uma amálgama de pessoas de várias origens e de casas, não agradando ao mais pacato cidadão morar nesse território onde tudo acontece e cuja gente tem o mesmo princípio:

A luta pela sobrevivência.

Apesar disso, o Rocha Pinto é procurado por agentes de negócio, comerciantes e por pessoas singulares que vão comprar ou adquirir um bem. É o paradoxo: Há muito comércio mas pouca condição de vida digna. Os moradores enfrentam problemas de água e de energia eléctrica. Quanto ao saneamento, tem poucos focos de lixo, o que implica dizer que a população local prima pela saúde, não guardando lixo em casa. Tanto assim é que contentores ao longo da estrada do Rocha Pinto estão colocados para recolha posterior dos homens de limpeza.

Mas, apesar de tudo, o Rocha Pinto desperta cedo e então começa a azáfama, com comerciantes abrindo armazéns, gente ambulante postando-se ao longo da estrada para vender os seus produtos e compradores subindo e descendo carregados de compras as mais diversas.

O Factual foi ao Rocha Pinto, mediu a pulsação e sentiu que, pese o barulho de viaturas de vários modelos, pesados, de passageiros ou de turismo, a população local tem vida, é dinâmica e faz o do Rocha Pinto estão colocados para recolha posterior dos homens de limpeza.

Mas, apesar de tudo, o Rocha Pinto desperta cedo e então começa a azáfama, com comerciantes abrindo armazéns, gente ambulante postando-se ao longo da estrada para vender os seus produtos e compradores subindo e descendo carregados de compras as mais diversas.

O Factual foi ao Rocha Pinto, mediu a pulsação e sentiu que, pese o barulho de viaturas de vários modelos, pesados, de passageiros ou de turismo, a população local tem vida, é dinâmica e faz o impossível para satisfazer a sua família, "com o pouco que se ganha", como referiram dois vendedores ambulantes de mochilas escolares.

"É um trabalho que estafa mas temos de trabalhar e não roubar porque isso não dá dignidade a ninguém", frisaram os jovens que, junto à janela das viaturas em fila, tentavam impingir os seus produtos.

O Factual abordou os moradores João Kapindissa e Lauriano Nguve, vendedores de bidões para guardar água. Segundo eles, a venda corre bem porque também gente de outras zonas carentes do precioso líquido recorre ao Rocha Pinto a fim de comprarem bidões.

O Factual foi a um dos armazéns de venda de electrodomésticos e ficou admirado com a quantidade de aparelhos à venda. Indagado, o proprietário, Anacleto Neto, fez saber que as vendas são demoradas porque existe uma cadeia de armazéns que concorrem e praticam preços às vezes mais baixos.

"Mas é a concorrência", informou o jornalista do Factual, ao que Anacleto Neto replicou: "É certo, mas nem todos são honestos, há quem venda mais barato somente para prejudicar os outros". No momento em que o Factual se encontrava no armazém gente entrava e saía, mas o atendimento era célere pois as pessoas iam à procura de geradores eléctricos dadas as constantes falhas de energia no Rocha Pinto e em outros locais de Luanda.

Seguidamente o Factual dirigiu-se ao mercado do Cantinton, muito famoso e concorrido porque nele estacionam os camiões que provêm do Kwanza Sul e ou de Benguela carregados de produtos da terra ou do mar e o seu destino é essa praça, onde tudo é vendável.

Um dos motoristas acabado de chegar, Simão António, deu a conhecer que o Cantinton é o seu mercado preferido porque as vendas dos produtos que traz já têm clientes definidos. "É menos complicado, chego, descarrego, recebo o dinheiro da venda e no mesmo dia volto ao Kwanza sul onde obtenho a mercadoria", acentuou.

Como Simão António, dezenas de motoristas entravam e saíam do Cantinton trazendo mercadoria diversa, essencialmente gado caprino e suíno, aves e peixe seco. Uma multidão de vendedores rodeava os camiões buscando o que necessitava sob o ruído ensurdecedor de vozes:

"Atende-me, sou a primeira, o que a outra vendedora desmente, pois "esse vendedor é meu, sai". E nessa algazarra vendedores e clientes atropelam-se, tentando uns e outros chegarem primeiro ao produto. E essa rotina é uma constante que, mesmo assim, atrai gente

de todos os pontos de Luanda.

INVESTIMENTOS

Poucos investimentos foram feitos no Rocha Pinto, exceptuando algumas lojas comerciais, padarias e oficinas de automóveis. Pela constituição da comuna e sem mais espaço para construção, o visível são somente as milhares de casas construídas de qualquer maneira, na sua maioria de blocos de cimento e com tectos de chapas de lousalite ou de zinco. Parecidas no seu aspecto, pouca diferença têm entre si, sendo "um mar" de casas sem beleza, por pintar e baixas. Ao longe as casas parecem "caixas de fósforo" em ponto grande, com pouco movimento e pequenas ruelas onde não podem passar viaturas. Estas ruelas, de terra batida, são nota saliente no terreno escarpado mas necessário para que as pessoas possam chegar ao seu "habitat" descendo da estrada principal, asfaltada, que dá acesso ao Morro Bento, ao Gamek e a outras zonas e segue para o Kwanza sul e o litoral do país no sentido norte sul.

REQUALIFICAÇÃO

A palavra requalificação é um termo que define alteração de um ambiente para torná-lo melhor e onde as pessoas possam viver com dignidade. Infelizmente, o Rocha Pinto é uma zona onde a requalificação vai ser uma "pedra no sapato" das autoridades governamentais.

É que a disposição do bairro, o próprio solo onde assentam as casas, o tamanho da comuna e a antiguidade das famílias são alguns dos "handicap" para se pensar na requalificação do Rocha Pinto a breve trecho.

Porque movimentar as pessoas, terraplenar o espaço e edificar novas casas para os moradores é uma tarefa difícil por enquanto, pesem as boas intenções do pessoal de gabinete e que pensa que com dois toques se pode mudar toda uma vida.

Mas não é o caso, porque moradores contactados pelo Factual concordaram que "a requalificação do Rocha Pinto é uma tarefa grandiosa e não pode ser levada a cabo em dois dias, como se pensa".

"Onde colocar essa gente de um momento para outro?"

Onde iria viver? São perguntas a serem respondidas antes de se pensar em requalificar o Rocha Pinto", afirmaram os moradores, para quem as comissões de moradores quase não funcionam dedicando-se aos seus afazeres.

Para eles, "até à requalificação do Rocha Pinto teremos netos e mesmo assim nada vai acontecer. Vai demorar", sintetizaram.

6.14 Ocupantes ilegais de, prédio condenados a prisão efectiva;

Jornal de Angola 24 de Fevereiro de 2009

O Tribunal de Polícia de Luanda condenou a 30 dias de prisão seis indivíduos que se recusaram a abandonarem o prédio inacabado, sem condições de habitabilidade e segurança.

O prédio junto ao hotel Alvalade, chegou a ser vedado várias vezes para evitar que fosse ocupado, o que não impediu a morte, por queda, de um dos moradores clandestinos.

Os réus, além dos 30 dias de prisão, foram condenados ao pagamento de uma taxa de justiça de oito mil kwanzas.

Um dos réus disse, em sua defesa, que só continuou no local porque estava a fazer biscates para comprar chapas para a sua casa em construção em Viana.

Uma ré argumentou que só se servia do local para lavar roupa. Confirmou, contudo, ao juiz que a Polícia esteve várias vezes no prédio a avisar os ocupantes que tinham de o abandonar.

6.15 Criada comissão para elaborar "Master Plan" urbano de Luanda

Jornal de Angola 24 de Fevereiro de 2009

Uma comissão encarregue de conduzir os trabalhos para elaboração do Master Plan para o desenvolvimento urbano da cidade de Luanda foi criada ontem pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Segundo uma nota dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, a comissão será coordenada pela Governadora Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e integrada, como coordenador adjunto, pelo chefe da Casa Militar do Presidente da República, general Manuel Hélder Vieira Dias, Integram a comissão o chefe da Casa Civil do Presidente, Frederico Cardoso, o secretário do Conselho de Ministros, Joaquim Reis Júnior, e o chefe do gabinete do Presidente da República, Manuel Paulo Cunha.

Entre outras atribuições, a comissão deve proceder a consultas, identificação, negociação e contratação dos serviços de empresas de reconhecido prestígio para a realização de estudos sobre o planeamento urbano sustentável e a elaboração de propostas arquitectónicas para desenvolvimento urbano da cidade de Luanda. O cumprimento destas atribuições deve salvaguardar as preocupações ambientais, sociais e económicas, como

refere a nota da Presidência. A Comissão - acrescenta o documento - deve igualmente articular e facilitar a obtenção da informação, a colaboração e participação dos diversos órgãos, organismos, sectores e entidades da administração central e local do Estado e apresentar ao chefe do Governo um relatório mensal sobre o desenvolvimento dos trabalhos. O despacho ontem exarado torna extinto o grupo técnico ad hoc para o acompanhamento da revisão do plano de gestão e crescimento urbano de Luanda criado em 2007.

6.16 Kwanza-Norte constrói casas para jovens

Jornal de Angola 24 de Fevereiro de 2009

A Direcção Provincial da Juventude e Desportos do Kwanza-Norte inaugura, em Abril, a primeira metade das cem casas do bairro social da juventude no município de Cazengo e dois centros comunitários, em Cambambe e, Golungo Alto.

" Ambos os projectos integram do Programa Angola Jovem. As casas, do tipo T-3, no bairro Catome de Baixo, em Ndalatando, começaram a ser construídas a meio do ano passado.

O director provincial da Juventude e Desportos, Manuel Gaspar "Domina", revelou que a venda das casas será feita por crédito bancário. Os requerentes serão essencialmente jovens, empregados, com idades entre os 20 e 35 anos.

Segunda fase no final do ano.

A empreitada garantiu emprego a 95 indivíduos, dos quais 75 angolanos. A segunda fase tem termo prevista para o fim do ano. Os trabalhos de acabamento dos centros comunitários decorrem com alguma morosidade devido à chegada tardia do material de construção importado, segundo os responsáveis pela obra.

Os centros terão salas de atendimento, arquivo, salas de leitura e reuniões, salão de beleza, áreas administrativas, centros de informática, estúdios fotográficos, bibliotecas e recintos para práticas desportivas.

Na província há 70 cooperativas compostas por 414 jovens empreendedores, dos quais 103 mulheres. A primeira etapa de concessão de micro-créditos beneficiou as municipalidades de Cazengo e Cambambe. A segunda vai privilegiar os municípios de Camabatela, Samba Cajú, Golungo Alto e Banga. Em 2008, 602 jovens beneficiaram de kits de trabalhos de sapatária, carros de mão, máquinas de pipocas, bicicletas, chapas de zinco, mesas de plástico, entre outros.

Director da juventude avalia projectos sociais o director

nacional da juventude, Cardoso José, mostrou-se satisfeito com o andamento das obras do bairro social e dos centros comunitários. Apesar do ligeiro atraso, acredita que as obras serão entregues em tempo oportuno.

Cardoso José mostrou-se, igualmente, satisfeito pelo facto de todas as cooperativas terem começado a devolver o dinheiro do empréstimo. "Estamos contentes com o desempenho dos empreendedores locais. O comportamento dos jovens do Kwanza-Norte tem de servir de exemplo aos das outras províncias", disse. No país, acrescentou, foram disponibilizados mais de 10 milhões de dólares americanos, distribuídos a 4.236 cidadãos.

O número de residências erguidas, no âmbito do Programa Angola Jovem, ronda as 700. Os pequenos empresários que beneficiaram do programa "Crédito-Jovem" devem criar mecanismos e estratégias no sentido de criarem oportunidades de emprego a outros cidadãos, de forma a tornarem-se parceiros do Governo na diminuição do desemprego, disse o vice-ministro da Juventude e Desportos, Yaba Pedro durante uma reunião em Ndalatando, com associações juvenis.

Vice do Desportos aconselha jovens

O ministro aconselhou os beneficiários da primeira fase do crédito jovem a envidarem esforços para pagarem os valores monetários adquiridos, de forma a evitarem constrangimentos com a entidade fornecedora.

Yaba Pedro reconheceu que as moradias inicialmente projectadas para o bairro social da juventude não satisfazem a procura, mas fez saber, que a cedência das mesmas se fará através de um sorteio em que os presidentes do júri serão os três vice-governadores da província. Garantiu que tudo será feito para que o processo de selecção seja transparente, onde qualquer um, independentemente do seu partido, religião ou tribo, possa ser beneficiado. Apelou aos jovens para optarem por namoros responsáveis, de forma a evitarem doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes indesejáveis, filhos órfãos e famílias desunidas.

7 TERRA

7.1 Efectivos das FAA assaltam e tomam terrenos da população

Agora 07 de Fevereiro de 2009

O caso começou em meados de 2004 e começou a tomar proporções alarmantes em 2006, quando militares das Forças Armadas Angolanas invadiram terrenos de cultivo da população na zona do Rio Seco e, posteriormente, na do Mbondo Chapéu, município de Viana, com o argumento de que precisavam de espaço para construir, por não terem onde morar.

Na altura, os proprietários das lavras, hortas e pomares, que pertenciam à então chamada "cintura verde de Luanda", foram apanhados de surpresa pela invasão, mas nada podiam fazer contra militares armados. Simplesmente recorreram à administração comunal e municipal para reivindicar os seus direitos, mas sem nenhum resultado.

O assunto foi badalado pela comunicação social, porém, nem as administrações, municipal e comunal, nem o Governo Provincial de Luanda tomaram qualquer medida para resolver o que se aventava ser o princípio de um conflito.

Recorde-se que, na altura, a proprietária de uma lavra no Rio Seco, mulher idosa, acabou por falecer, vítima de maus-tratos infligidos pelos invasores e vários outros ficaram seriamente maltratados. O conflito entre as partes (proprietários e invasores) poderia tomar sérias proporções, porquanto alguns proprietários dos terrenos expropriados têm filhos nas forças armadas e na polícia.

Contudo, como os militares usurpam as terras, que a população acusa de pertencerem à Casa Militar da Presidência da República, apenas estavam atrás de lucros fáceis, depois dos terrenos em sua posse, pura e simplesmente destruíram as culturas existentes: arrancaram as mandioqueiras e o fruto, desfizeram o milheiral, vandalizaram as hortas, abateram as árvores de fruto, para no fim retalhar os terrenos e vendê-los ao desbarato, sobretudo a estrangeiros (senegaleses, malianos, congolese, etc.).

Alguns proprietários desses terrenos, temendo perder tudo depois de mais de quarenta anos de trabalho naquelas zonas, alinharam com os invasores e venderam também o espaço que lhes restou. Outros, que sobrevivem única e exclusivamente do que ali cultivam, agarraram-se com unhas e dentes aos pedaços de terra que restaram, mas temendo sempre o pior.

Sem dó nem piedade. Grande parte dos proprietários daquelas parcelas, são pessoas idosas, que já cultivam aqueles terrenos há mais de quarenta anos e estão filiados na União Nacional dos Camponeses de Angola. "No tempo colonial deram-nos documentos para trabalhar aqui, produzir produtos para Luanda; quando Agostinho Neto veio, mandou-nos inscrever na Unaca, temos cartão e documentos da administração, criamos e educamos os filhos com o produto destas lavras, agora sem mais nem menos correm-nos daqui como se fôssemos bandidos. Como vamos viver e sustentar os nossos filhos e netos?", questiona velha Isabel, uma das vítimas.

O pessoal do Rio Seco e Mbondo Chapéu, avaliados em cerca de duas centenas, constituiu, em 2006, uma comissão que levou as preocupações do colectivo às administrações, ao GPL, ao MPLA, à Casa Militar da PR e a outras instituições, mas sem qualquer resultado até ao presente.

Em finais de 2008, a mesma situação começou a ser vivida na Samba. Na altura, o administrador municipal, Pedro Fançony, falando para uma rádio da capital, dizia que apenas a administração tinha competência para retirar um cidadão de um dado espaço ou distribuir terrenos, pelo que a situação que estava a ser criada, por militares ultrapassava a administração, que devia recorrer às instâncias judiciais militares. Cambalacho administrativo.

Depois deste pronunciamento, e talvez por causa da quadra festiva, a situação acalmou, para "reventar" nesta semana. Os efectivos das FAA, supõe-se que sejam os mesmos ou da mesma unidade dos já citados, mudaram de estratégia e, para além de fardados e armados, invadiram a zona do Jacaré 11 acompanhados de um tractor que está a abrir ruas em plenas lavras e um topógrafo que faz as medições para a divisão de talhões.

Os proprietários de terrenos naquela zona dizem que estão documentados há muito tempo. De acordo com os mesmos, falando à Ecclesia, os talhões estão a ser vendidos e o administrador comunal do Benfica está a passar os documentos.

O administrador municipal da Samba disse desconhecer esta nova situação, mas um cidadão que contactou a administração referiu que um funcionário local, identificado como Congo, afirmou que o tractor é pertença da administração e terá sido alugado por 1.500 dólares. Os cidadãos vão mais longe e afirmam que tudo está devidamente orquestrado entre a administração e os militares invasores.

Assim sendo, é caso para perguntar: terminada a guerra, esta é a nova função dos efectivos das forças armadas? Em que pé ficam, então, as promessas de desenvolvimento e modernização de Luanda? Em tempo de crise mundial e em que se pensa apostar na agricultura, essas lavras e hortas não seriam úteis à população, sobretudo a mais carente?

7.2 Instituto de Cartografia do Huambo tem novo equipamento

Angolense 31 a 7 de Fevereiro de 2009

O Instituto de Geodesia e Cartografia do Huambo

conta com novos equipamentos para a recolha, registo e processamento de dados geográficos, doado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Entregues esta semana no âmbito do projecto "Terra da FAO", os equipamentos comportam um Plotter (impressora grande), uma impressora normal, um computador de mesa e outro portátil.

Orçado em sete mil e 606 dólares americanos, o equipamento, entregue no quadro da parceria entre a FAO e o governo angolano, vai minimizar as carências que o IGCA vivia naquela região.

Por outro lado vai dinamizar a actividade e permitir que o IGCA ofereça ao público um trabalho com maior qualidade, considerou o chefe de departamento provincial do ambiente, Júnior Chinendele, que falava em representação da directora do ordenamento do território, urbanismo e ambiente do Huambo.

Em gesto de agradecimento, o director local do IGCA, Albertino Kaveia, revelou que a actividade do sector tem vindo a melhorar graças ao apoio da FAO, que tem contribuído também na capacitação técnica dos quadros.

Com estas formações e apoio material, o IGCA tem conseguido dar resposta positiva às várias solicitações, principalmente na elaboração de croquis de localização de fazendas e outros recursos fundiários.

Lamentou, por outro lado, a falta de instalações próprias que possam oferecer maior dignidade e também o reforço do pessoal com técnicos de nível superior com formação em topografia e cartografia.

Fez saber que com o Plotter e outro equipamento recebido poderão ser impressos mapas de vários tamanhos (desde a folha A4AO), para além de se ter agora um computador portátil para trabalhos de campo. O IGCA no Huambo tem 17 funcionários, dos quais seis técnicos e 11 administrativos.

7.3 Administradores capacitados sobre Lei e Gestão de Terras

Jornal de Angola 11 Fevereiro de 2009

As autoridades tradicionais, religiosas, associações de camponeses, organizações não-governamentais e administradores comunais foram capacitados neste final de semana, no município da Ganda, 221 quilómetros da cidade de Benguela, em matéria sobre a Lei e Gestão de Terras.

O encontro, que contou com 60 participantes, abordou temas relacionados com "o quadro legal ligado à posse e gestão de terras", "regulamento geral de concessão de terrenos", "princípios fundamentais, regras práticas, domínio público, privado", "classificação de terrenos" e "direitos fundiários".

Durante três dias, os participantes abordaram também o código civil, direito de propriedade, seus domínios, ocupações precárias, formas de obtenção destes direitos, aproveitamento útil e efectivo da terra e plano de ordenamento territorial.

Falando no acto, o administrador da Ganda, Job Sassando, afirmou que desde sempre as terras foram causas de grandes conflitos entre povos e nações, estando actualmente o Governo angolano empenhado na resolução de conflitos.

Apelou aos participantes para trabalharem junto das comunidades, a fim de esclarecerem a política do Governo em relação à posse e uso das terras, tendo chamado particular atenção das formas da sua utilidade e acesso.

O seminário contou com a participação de representantes do governo provincial, FAO e administração local.

7.4 Camponeses do Jacaré-2 da comuna do Benfica estão a ser molestados, violentados e suas terras confiscadas

Folha 8 14 de Fevereiro de 2009

Durante a guerra civil, as organizações da ODP - Organização de Defesa Popular e as BPV - Brigadas de Populares de Vigilância, foram utilizadas como cães de caça, lançados para capturarem e até matarem seus compatriotas. Armados com armas rudimentares, essa gente mostrou seu valor pela coragem em enfrentar em condições difíceis seus ditos inimigos. Finda a guerra, tirando muito poucos, a maioria está entregue a bicharada, num salve-se quem puder. Tudo indica que esta política da lei do mais forte, do assambarcamento ou extorsão de terras é algo premeditado. Estas acções que são do perfeito conhecimento das autoridades, servem para encobrir outras de maior amplitude. As terras pertencem ao Estado.

É suposto dizer-se que o povo é o Estado. Na prática esta é uma afirmação falsa pois o povo é sistematicamente usurpado e maltratado, por aqueles que representam o cume desse Estado. O verdadeiro

Estado, aqueles que têm o verdadeiro poder estão-se apoderar de tudo, servindo-se dos cargos que ocupam e dos dinheiros desviados para serem os únicos proprietários. O povo vai gritando, ninguém os acode. É o caso dos camponeses do Jacaré - 2. Bateram todas as portas dos homens do governo pedindo socorro, uns bateram as portas do inferno e lá entraram, talvez tenham tido melhor sorte, sofrimento encurtado. Esta informação foi-nos confirmada por Bruno Amado, membro da Associação dos Camponeses do Jacaré – 2 que diz ser proprietário de uma parcela onde praticam agricultura desde 1980. Segundo Bruno Amado que exibiu os documentos que comprovam o atrás dito, funcionários da administração comunal do Benfica e municipal da Samba organizaram um grupo de populares e militares que têm espancado os camponeses, destruído suas plantações, saqueado seus estoques e demolido suas casas de campo.

Isto iniciou em Outubro de 2008 e já provocou a morte da velha Kilombo que ficou carbonizada em sua casa por uma dessas acções vândalas. A administração da Samba tem a ocorrência, mas nunca tomou medidas. Aliás, depois de expulsos, os terrenos são vendidos a preços especulativos. Mais informam que os funcionários da Samba, mais propriamente o senhor Kongó têm um tractor que alugam aos invasores por mil e quinhentos dólares para destruir as plantações e as pequenas residências que aí se encontram. Para além do tractor, este grupo cede ainda aos interessados um topógrafo que tem a missão de demarcar os terrenos e fornecer os croquis. Dia 03 de Fevereiro, as vítimas deslocaram-se a TPA para aí puderem prestar declarações. Chegadas a portaria, depararam-se com um dos funcionários da Samba que, depois de se aperceber da intenção do grupo de camponeses, entrou para o estabelecimento, sem contudo saber-se o que foi tratar. Verdade porém é que, minutos depois, um dos trabalhadores da TPA os comunicou que não os podiam receber.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Especialistas abordam saneamento básico

Jornal de Angola 4 de Fevereiro de 2009

O primeiro encontro técnico de saneamento básico e urbanismo inicia amanhã, em Luanda, para a discussão de conceitos básicos que norteiam a arquitectura do espaço urbano para que o seu desenvolvimento se processe de forma ordenada.

O encontro é uma iniciativa conjunta das empresas Sinfic, Sitel e Eco serviços que, no âmbito das suas actividades no país, desenvolvem as suas competências técnicas nas áreas em debate, segundo os seus promotores.

A Sinfic tem no Ordenamento e Desenvolvimento do Território um dos seus eixos estratégicos desde 1995, intervindo e disponibilizando serviços que incluem

planos-directores para os municípios e urbanísticos e propostas de criação de recursos fundiários, projectos de 10teamento, sistemas de gestão urbanística, bem como gabinetes de gestão municipal.

Já a Sitel cobre áreas como a engenharia, instalações industriais, saneamento básico, ar condicionado e ventilação, exploração e manutenção de instalações, enquanto a Eco serviços está no tratamento de água, esgotos e resíduos sólidos, incluindo a reutilização e dessalinização, oferecendo, igualmente, a concepção, construção e controlo de infra-estruturas de saneamento básico e estudos de impacto ambiental.

O fórum terá como prelectores conceituados especialistas em urbanismo e desenvolvimento económico e social, planos directores e saneamento básico, desenvolvimento de planos de urbanização e recolha, transporte e tratamento de gestão de resíduos sólidos.

O licenciamento urbano, peças de projecto e procedimentos administrativos, bem assim como a construção e operação de estações de tratamento estão, igualmente, inscritos para esse encontro, que pretende sublinhar "uma nova atitude que implica não só uma mudança na forma de pensar e de considerar os cidadãos, os investidores e os visitantes, como também suscita a transformação do paradigma de gestão tradicional que fará emergir a cidade inovadora".

8.2 A água é fonte da vida

Jornal de Angola 5 de Fevereiro de 2009

Enchi-me de satisfação ao escutar o meu colega e amigo O.G. anunciar, em plena redacção, em voz que não incomodava o curso normal da actividade laboral, que tinham acabado de colocar um contador e, conseqüentemente, de ligar água canalizada na sua residência, lá pelas bandas de Cacucaco.

O caso não era para menos. Afinal tratava-se do líquido muito precioso e por isso, procurado não só aqui em Angola como em todo o Mundo.

A carga emocional audível e perceptível nas suas palavras espelhava bem a alegria que representava para o meu companheiro de trincheira de longa data o início da saída de água das torneiras de sua casa.

Deixavam entender também as suas palavras emotivas o quanto passou a ser agradável voltar a tomar banho de chuveiro sem o recurso à electro-bomba ou a outro artefacto qualquer, e deixar de ter gastos na compra de água em camiões cisternas.

Como o O.G., milhares de angolanos que vivem nos diferentes bairros de Luanda e noutros pontos do país estão, nos últimos anos, a viver emoções idênticas com a reposição ou instalação pela primeira vez de água canalizada em suas casas.

Algumas pessoas poderão afirmar que é normal haver água canalizada numa residência, quer se localize em zonas urbanas ou rurais. Pois é! Mas essas pessoas devem lembrar-se que Angola, devido aos longos anos de guerra que viveu, transformou-se num país anormal.

Só depois de a guerra terminar, ou seja, a partir de 2002, é que se começou a entrar numa era de normalidade, o que não quer dizer que anteriormente a essa data nada terá sido feito neste sentido e noutros domínios.

Quem não se lembra do grande trabalho que foi feito há mais de dez anos, que permitiu devolver água aos domicílios de bairros como a Terra Nova, Popular, Cassequel, e outros e quanto isso contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes? Hoje, é maior o número de angolanos que já dispõem do líquido precioso no domicílio ou muito próximo dele e o Projecto "Água para Todos" que está a ser implementado pelo Governo angolano, tem a finalidade de aumentar cada vez mais a quantidade de cidadãos com acesso à água potável.

O O.G. tem razão ao exteriorizara sua alegria, até porque a água é a fonte da vida!

8.3 Abastecimento de água regularizado na periferia de Mbanza Congo

Jornal de Angola 5 de Fevereiro de 2009

O governador em exercício da província do Zaire, Rogério Eduardo Zabala, inaugurou, nas localidades de Bela Vista, N goma e 4 de Fevereiro, situadas nos arredores do município de Mbanza Congo, chafarizes e lavandarias.

Enquadrado nas festividades do início da luta armada, o vice-governador provincial para os Serviços Técnicos do Zaire, Eduardo Zabala, inaugurou, igualmente, no bairro Sagrada Esperança, dois chafarizes, com quatro torneiras cada.

Orçados em vinte e dois milhões de kwanzas, os empreendimentos inaugurados e financiados pelo Fundo de Apoio de Gestão Municipal local vão, de certa forma, acudir as carências que as populações locais consentiam na procura do líquido.

O governador em exercício explicou aos presentes que, com os empreendimentos concluídos, a população soma vantagens com a obra colocada à sua disposição. "Devemos conservar os fontanários, de modo que o Estado possa prestar ainda atenção aos outros bens por se realizar nesta região, como a reabilitação e construção de escolas, dos postos médicos e a requalificação da estrada que liga até a cidade.

O administrador municipal, Ângelo dos Passos, mostrou-se bastante satisfeito pelo facto de o objectivo do Governo ter sido alcançado na luta pela mitigação dos problemas básicos da população. "A alegria que vemos no rosto da população dá a sensação de que estão regozijados com a obra. E a satisfação do dever cumprido, dentro do plano de intervenção municipal", salientou.

O regedor do bairro 11 de Novembro, Eduardo Nkiambi, ao fazer a leitura de boas vindas à comitiva, em nome da população, fez saber que a povoação, cuja sede da regedoria é Ngoma, foi fundada em 1918. Conta hoje com uma densidade populacional de três mil 679 habitantes, dos quais 805 mulheres e duas mil 259 crianças.

A população dedica-se, fundamentalmente, à agricultura de subsistência e tem um número elevado de desempregados." Hoje, fruto da conquista da paz, estamos a testemunhar importantes inaugurações na nossa aldeia. Com toda a satisfação, afirmamos que este património merecerá o nosso maior cuidado, porque são sinais de que as nossas condições estão a melhorar" disse.

Para a regedora adjunta do bairro 11 de Novembro, Ana Catenda Carolina, o sofrimento e riscos de vida por que a população passou antes, com a falta de água potável, hoje faz parte do passado.

"Temos oportunidade de ter este chafariz perto de casa que vai permitir não só acarretar água em bom estado de conservação, mas também lavar a roupa e, às vezes, tomar banho, diminuindo assim as doenças no bairro".

8.4 Milhares de famílias do Sambizanga passam a beneficiar de luz eléctrica

Jornal de Angola 5 de Fevereiro de 2009

Depois de oito meses sem energia eléctrica, cerca de 2.500 famílias da comuna Ngola Kiluanje, Sambizanga, estão a beneficiar desde ontem deste serviço. Para levar a luz eléctrica à casa dos consumidores foram instalados e inaugurados cinco novos postos de

transformação de baixa tensão.

Os postos de transformação de energia eléctrica foram construídos de raiz e instalados no bairro de São Pedro da Barra, dois, no bairro da Paz (1), no Porto Pesqueiro (1) e na zona da Encib (1).

O administrador do município do Sambizanga, José Tavares, depois de inaugurar os postos de transformação, afirmou que a instalação dos novos serviços de electricidade são acções inseridas no programa do Governo de melhoria das condições de vida da população angolana, através do fornecimento de melhor e maior qualidade de energia eléctrica.

A comuna do Ngola Kiluanje, sublinhou José Tavares, foi a contemplada nesta fase, por ser a área que mais preocupação apresentava, pois "os moradores dos bairros que a constituem há muito que consumia energia privada". O administrador frisou que foi graças ao esforço do Governo que o quadro se inverteu, "uma vez que a energia que vai ser consumida é do Estado".

Os postos de transformação de energia eléctrica foram adquiridos pela Administração do município do Sambizanga, no âmbito do programa de intervenção municipal e custaram cerca de 150 mil dólares americanos cada um, precisou o administrador. Em resultado desse esforço, José Tavares pediu aos moradores dos bairros contemplados que preservem os bens, assinando contratos com a EDEL e pagando regularmente a energia que consomem, ajudando assim a acabar com as ligações anárquicas que provocam cortes de energia.

No âmbito da luta contra a raiva, o administrador municipal do Sambizanga inaugurou ainda o posto veterinário do Sambizanga, localizado no bairro de São Pedra da Barra, também na comuna do Ngola Kiluanje.

O posto conta com uma carrinha para a captura dos animais doentes e vadios. Dentro do programa de combate à raiva, o administrador do Sambizanga garantiu que, nos próximos dias, serão abertos mais dois postos veterinários, um na comuna do Bairro Operário e outro no Sambizanga (sede), e abertos postos veterinários móveis.

8.5 Populares desclassificam lixo

O País 6 de Fevereiro de 2009

Moradores residentes nas ruas Deolinda Rodrigues e na Revolução de Outubro, em Luanda, não estão a

cumprir com as regras impostas pela ELISAL relativamente ao depósito de lixo em recipientes apropriados, constatou O PAÍS.

OS depósitos trazem cores diferentes, nomeadamente verde, azul, amarelo e vermelho. Cada recipiente tem uma função específica, sendo um para cartão, outro para vidro e o resto para lixo diverso.

A ELISAL pretende, com esse sistema, facilitar o tratamento do lixo, mas a intenção é contrariada pelos populares que deitam resíduos de forma atabalhoada, desrespeitando as regras impostas pela empresa de limpeza.

O PAÍS constatou que os populares daquelas zonas de Luanda deitam o lixo a seu bel prazer, ou seja, o lixo plástico é depositado no lugar do vidro e neste colocam madeira, ferro, entre outros, apesar das descrições colocadas nos recipientes.

Na altura em que efectuávamos a reportagem, O PAÍS constatou que uma cidadã, de 22 anos de idade, ousou deitar restos de plástico na caixa verde (para vidro). Quando questionada sobre a sua atitude, ela retorquiu: "Eu acho que esse letreiro só está aí de enfeite".

Pedro Manuel João, director interino da empresa de limpeza estatal, disse que a grande maioria da nossa população acusa a falta de enquadramento nos novos tempos e desafios propostos pela ELISAL.

Pedro Manuel João reconhece que o processo de consciencialização e actuação é lento, devido à falta de hábito, mas ainda assim acredita haver por parte de algumas pessoas o espírito de desleixo, o que concorre para esse estado de coisas.

Questionado sobre a correspondência das cores às funções dos recipientes, o director interino da ELISAL esclareceu que a combinação das cores adoptadas nos depósitos de lixo deriva de um padrão internacional.

O responsável da ELISAL aproveitou também para esclarecer acerca do desaparecimento de palavras indicativas em algumas caixas, tendo acusado grupos de jovens e adolescentes como sendo os responsáveis de tais actos que, segundo Pedro Manuel João, chegam ao ponto de apagarem os letreiros estampados.

O analfabetismo constitui outro problema que coloca à margem o cumprimento das regras que a ELISAL está a implementar em Luanda, uma situação que envolve também funcionários das empresas operadoras de limpeza, que fazem exactamente aquilo que alguns

populares estão a fazer: depositar o lixo sem obedecer às instruções inscritas nos recipientes.

"O chefe só disse que plástico é no verde e no amarelo é (...)", disseram algumas funcionárias, dando mostras de ignorância das regras.

O problema está nas pessoas

O padre Inácio Kahamba, da Congregação Claretiana, do Morro Bento, diz que o problema do lixo em Luanda está nas pessoas. É de opinião que, se cada cidadão limpar a sua área de jurisdição, a capital ficaria "limpa em menos de dez minutos".

O problema é de mentalidade e não do lixo, disse o padre, para acrescentar que o fenómeno envolve pessoas de todas as idades, incluindo crianças que "já estão a crescer com hábitos de atirar o lixo para qualquer sítio".

Preocupado com o processo de consciencialização, mobilização e sensibilização, o missionário apela às escolas para recuperarem os valores perdidos. Para ele, as campanhas de limpeza devem fazer parte das brincadeiras nas escolas.

Tratamento e transferência

A ELISAL criou duas estações específicas em Luanda para a transferência de resíduos, a da Camama (posto Sul) e a do Cazenga (posto Leste). Nessas paragens, o trabalho começa com a chegada dos camiões de lixo que são imediatamente pesados para se determinarem as toneladas a serem recicladas.

O peso do carro não constitui motivo para o registo da massa dos resíduos porque os veículos são previamente cadastrados de modo que a operação da pesagem contemple só o peso real do lixo.

A segunda área comporta três secções bem diferenciadas e está vocacionada para a descarga do lixo, dependendo do tipo de veículo. Em seguida, ele é levado para o Aterro Sanitário dos Mulenvos, localizado em Viana.

No caso de se tratar de uma compactadora especializada para tratamento ligeiro, a descarga é feita em direcção a uma câmara específica de onde saem os resíduos sólidos, depois de compactados.

Depois deste processo, os resíduos são canalizados para uma máquina de três repartições, cuja primeira se parece com uma moagem; a segunda, com uma câmara armazenadora; enquanto a terceira se assemelha a um frigorífico.

Na fase final, o lixo é encaminhado para a secção de compactação, cujo objectivo é torná-lo o mais comprimido possível, através da eficiente mecanização que ocorre dentro de cada uma das oito compactadoras fixas no solo.

Do Cazenga para os Mulenvos

O Serviço Nacional de Transporte (SNT) é a empresa que se encarrega do transporte do lixo do Posto Leste (Cazenga) para a Estação-mãe, também conhecida como Aterro Sanitário, em Viana.

Jeremias Augusto, chefe de operações da SNT, confessa que a sua empresa não vai à rua recolher lixo e explica: "A nossa empresa não tem meios, nem homens nas ruas para a recolha de lixo, ela está simplesmente comprometida em gerir, operar e arcar com a transportação das estações de tratamento até ao Aterro Sanitário".

O chefe das operações considera que o ritmo de trabalho é dos melhores, justificando-se pela força diária da juventude integrada um pouco por todas as empresas que operam nesta estação. "Contas feitas apontam para uma média diária de mais de 30 carros carregados de lixo", esclareceu.

Maioritariamente composta por jovens, as operadoras ao serviço da EUSAL nesta estação, são a Casa Militar da Presidência da República, SOLISAC, Envirobac, que obrigam os funcionários a primarem pelo sentido de responsabilidade, pontualidade e de sacrifício.

8.6 Novos sistemas alternativos de abastecimento de água

Jornal de Angola 7 de Fevereiro de 2009

Novos sistemas alternativos de abastecimentos de água potável estão a ser implementado este ano, no Museu da Escravatura e no Benfica, município da Samba, em Luanda, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP) da administração municipal local.

De acordo com o responsável dos serviços comunitários da Samba, Dorlito Falongo, em declarações à imprensa, para o novo sistema foram erguidos, até ao momento, dois tanques de betão de 500 mil litros na comuna do Benfica e um no bairro do

Museu da Escravatura, abastecidos diariamente por camiões cisternas.

O responsável informou que estes empreendimentos têm como objectivo fazer face á algumas dificuldades vividas pelos munícipes no concernente ao

abastecimento do líquido e serão extensivos às demais comunidades da região.

Disse ainda que, durante o ano passado, foram distribuídos mais de 30 milhões de litros de água potável, através de camiões cisternas, aos habitantes das comunas do Futungo, Ramiro e Benfica, onde estiveram engajados seis camiões cisterna disponibilizados pelo Governo Provincial de Luanda.

No mesmo sistema, a Administração do Município da Samba atendeu mais de cem mil habitantes dos bairros do Morro Bento, Sossego, Vitrona, Jacaré e Quenguelas Norte e Sul.

A Administração Municipal da Samba tem ainda em execução acções de melhoramento do sistema de abastecimento da rede domiciliária de água potável e de iluminação pública, em colaboração com a EPAL e "FDFT"

8.7 Projecto Agua para todos chega ao Bolongongo

Jornal de Angola 7 de Fevereiro de 2009

A construção de 60 chafarizes, na comuna de Kikiemba e nas aldeias de Manguengue e Mulengo, para o melhoramento e abastecimento de água potável a cerca de três mil habitantes, consta dos desafios da administração municipal do Bolongongo, 157 quilómetros a Norte de Ndalatando, província do Kwanza-Norte.

Enquadrado no projecto de âmbito nacional, denominado "Água para todos", o mesmo será executado em sistema de gravidade e se estenderá, também, às residências.

Durante o ano passado, beneficiaram do projecto as populações da sede municipal de Bolongongo e às da comuna do Terreiro e as aldeias de Kiboto, Kalemba e outras.

O administrador local, Daniel Passala Velho, informou que, em 2008, foram construídas e reconstruídas três escolas, das quais duas nas aldeias de Kanzele e uma na comuna do Terreiro. Com um total de 151 escolas e 100 professores, o ano lectivo findo não registou crianças fora do sistema normal de ensino.

O município conta com, aproximadamente, dez estruturas de saúde, dos quais sete construídas com material precário, sendo a de maior referência o centro médico municipal, com capacidade para 12 camas, com dependências como medicina homem, mulher, banco

de urgência, laboratório de análises clínicas e pediatria.

Dentre as melhorias observadas pela população no ano passado, cita-se, também, a implementação do sinal televisivo dos canais 1 e 2 da Televisão Pública de Angola, bem como a rede de telefonia móvel da Unitel, com uma cobertura de 35 quilómetros quadrados.

Daniel Passala referiu que o município aguarda pela recepção, a qualquer momento, de um grupo gerador de maior potência que se vai juntar ao existente de 144 KV A, por formas a que a luz eléctrica se estenda aos bairros mais recônditos da vila.

Deu a conhecer que o sector da agricultura foi reforçado com dois tractores e várias charruas que permitiu já o surgimento de uma associação de camponeses denominadas "Kiboto" que, na presente campanha agrícola, desbravaram 12 hectares de terra, onde se cultivaram milho, feijão, batata doce, mandioca, este último considerada como a maior fonte de alimentação da população local.

Localizado a Norte da província, Bolongongo é um município com uma população estimada em oito mil e 11 habitantes que têm como língua regional o "dihungo", com uma extensão territorial estimada em mil e 500 metros quadrados e uma vegetação caracterizada por densidade das suas florestas, tidas ainda como virgens, nas quais habitam animais de várias espécies.

8.9 Namibe tem novas infra-estruturas

Jornal de Angola 7 de Fevereiro de 2009

Novas infra-estruturas foram inauguradas esta semana na província do Namibe, no âmbito das festividades do 4 de Fevereiro, dia do início da luta armada de libertação nacional. Tratam-se de duas escolas do primeiro nível, nos municípios do Kuroca e do Namibe, respectivamente, e um sistema de iluminação pública, em Cambongue.

O governador da província do Namibe, Boavida Neto, inaugurou, na povoação do Kuroca, município do Tómbwa, uma escola com quatro salas de aula e três residências para professores e enfermeiros, no âmbito das comemorações do 48º aniversário do início da luta armada de libertação nacional.

O governador da província afirmou na ocasião que o seu executivo já trabalha para que na escola se possa leccionar da 1ª à 6ª classe. Em função da reforma educativa, disse, poderão ser também dadas aulas até à

9ª ou 12ª classe, 'o que permitirá que a juventude local se empenhe com afinco nos estudos; abdicando de acções socialmente negativas, como o consumo de drogas e a delinquência juvenil.

"Podemos comer todos os dias, ter o nosso leite, mahine, massango, massambala ou milho, mas o que não pode faltar às nossas populações, fundamentalmente para as nossas crianças, é uma educação segura, um ensino estável, por isso inauguramos esta escola". "

O governador da província revelou ainda que existe uma série de projectos de construção de mais infra-estruturas na povoação do Kuroca, que vão dar nova imagem à localidade e conferir mais dignidade aos seus habitantes, estimados em cerca de sete mil.

Até Novembro do ano em curso, o Governo vai construir um sistema de fornecimento de energia eléctrica na povoação, um parque infantil e mais um centro de saúde com capacidade para dez camas. A localidade já dispõe de um posto de saúde.

O governo provincial vai ainda colocar à disposição dos municípios uma ambulância.

O governador aconselhou a evitar o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, sobretudo de origem caseira, como a bulunga, o macal e o kanhome, pois muitas vezes esta prática gera violências domésticas.

O administrador municipal do Tómbwa, João Guerra de Freitas, será o responsável pelo cumprimento, dentro dos limites de tempo fixados, de todas as acções anunciadas.

O governador da província prometeu dar apoio à associação que procede ao estudo do deserto Kuroca, uma instituição que tem programa das diversas acções no domínio da agricultura e educação.

Entre as acções que a associação tem em curso destaca-se a construção de um centro de formação profissional destinado aos jovens do município do Kuroca. A construção do centro começou no mês de Novembro do ano passado e a sua conclusão está prevista para breve.

Ainda no quadro das celebrações do 48º aniversário do início da luta armada, a população de Saco-Mar, Cambongue, passou a dispor de um novo sistema de iluminação pública. Na aldeia do Giraúl do Meio, município do Namibe, foi inaugurada, pelo governador, uma escola primária, com quatro salas de aula, para 320 alunos, e duas residências para os professores.

Até recentemente, as crianças desta localidade estudavam em escolas de pau-a-pique, em condições não apropriadas.

Numa mensagem de agradecimentos, as crianças da localidade, situada nas imediações da cidade do Namibe, comprometeram-se a aplicar-se com afinco nos estudos...

O governador da província disse que a iniciativa enquadra-se no programa do Governo de melhoramento e aumento da oferta dos serviços sociais básicos às populações.

Novas ambulâncias

Mais cinco ambulâncias foram postas à disposição das unidades hospitalares da província do Namibe.

Segundo o director provincial do Namibe da Saúde, Pedro Viyayauka, que recebeu simbolicamente das mãos do governador as viaturas, esses meios vão melhorar o serviço de assistência médica, já que foram ampliados e reabilitados os centros de saúde das sedes municipais e comunais...

De acordo com o governador da província, o seu pelouro vai continuar a trabalhar para fazer chegar os serviços cada vez mais próximo da população.

O acto central provincial do 4 de Fevereiro teve lugar no município do Kamuciuo, situado a 310 quilómetros a Norte da cidade do Namibe.

No acto, o vice-governador da província, António Correia, procedeu à entrega de duas ambulâncias aos postos de saúde das povoações das Cacimbas e do Mame. À esta acção seguiu-se um acto político de massas.

8.9 É de dar raiva!

A Capital 31 a 7 de Fevereiro de 2009

As autoridades angolanas agem com negligência perante a epidemia de raiva registada um pouco por todo o país, em Luanda a doença já provocou 47 mortos contados até a última quarta-feira. 2X. Os Sinais de alguma falta de atenção evidenciam-se perante o silêncio de quem de direito entenda-se do ministro da Saúde. José Van-Dúnem e da governadora de Luanda.

Francisca do Espírito Santo por esta chefiar a província onde a doença se tem revelado mais frequente e claro mais letal.

Os pronunciamentos a respeito do crescimento da doença são regra geral feitos por funcionários

subalternos quer estejam ligados ao ministro da Saúde ou ao governo da Província de Luanda. O director provincial para a Saúde Pública. Vita Vemba foi a entidade mal, alta a pronunciar-se até hoje sobre a doença. Nos Órgãos de comunicação social público, ou privados os depoimentos sobre a doença se não forem dos médicos que acompanham os pacientes são entretanto de funcionários das administrações municipais.

Entende-se por isso que a quebra de silêncio das autoridades a nível de topo poderia significar um maior envolvimento do governo no combate a uma doença que já deixou um rasto de largas dezenas de cadáveres. \a província de Luanda. Onde, e espera da respectiva governadora uma maior solidariedade para com os familiares, das vítimas. a maioria dos casos de raiva vão dar ao hospital pediátrico o único do país. David Bernardino.

A cifra de 47 mortos portanto baseia-se na contagem dos óbitos registados apenas naquela unidade hospitalar. \1esmo nas administrações municipais onde foram criadas equipas para o combate à doença acredita-se que há mais gente a morrer por aí vítima da raiva pelo facto de não se registarem até agora mortes oficiais de adultos e por haver ainda populares que preferem o circuito informal de saúde.

Nota-se que a raiva, e os registos oficiais indicam isso é 100 por cento letal. Quem contrai a doença só tem um destino: a morte. Os indicadores apontam que a doença ainda vai fazer muitas vítimas. Todos os dias pelo menos uma criança recorre aos serviços do hospital pediátrico na vã tentativa de encontrar uma cura. Cada criança internada com raiva equivale a um óbito: a um familiar que desata aos prantos como tem acontecido na pediatria a uma equipa médica que se sente impotente ante um inimigo tão poderoso contra o qual não se tem meios adequados com que lutar. Exemplos disso sucedem-se todos os dias desde o passado mês de Novembro altura em que por intermédio da comunicação social a epidemia passou a ser do conhecimento público. Se ao nível de Luanda da governadora se assiste a um ofensivo silêncio, a frustração no rosto dos médicos e os gritos de dor dos encarregados não saem da cabeça de quem tem tratado de se manter informado sobre o curso da doença. Que testemunhe o caso daquele capitão das Forças Armadas Angolanas FAA) que perdeu no mesmo dia, os dois filhos, vitimados pela raiva.

A doença, dizíamos, evidencia sinais de que não vai parar tão cedo um pouco pela ineficiência das medidas orientadas na tentativa de travar o seu curso letal. De

12 a 23 deste Janeiro decorreu um processo de vacinação de cães e de outros animais domésticos potenciais portadores da zoonose. Mas ninguém a título oficial falou sobre o encerramento da campanha. (Quantos animais e de que espécie foram vacinados) Até que ponto o número de animais vacinados pode ajudar a diminuir o problema). Não há respostas. A princípio, as estimativas apontavam para 40 mil animais. Hoje, calcula-se que foram vacinados, em 11 dias, 105 mil animais. Mas há, por aí, gente aflita que ainda desconhece os locais para vacinar os seus animais ou mesmo as crianças que foram mordidas. Que campanha foi essa afinal?

Preocupação ainda maior relaciona-se com a proliferação de animais vadios. Há demasiados cães, mas também muitos gatos. As administrações municipais, os serviços sanitários portanto foram incumbidas de recolher da rua esses animais vadios. Bem que tentaram. Agora queixam-se de meios. Num município como Viana no intervalo de sete dias foram apenas recolhidos das ruas. 31 Animais. Alega-se falta de meios alguns casos distribuiu-se algumas viaturas mas inadequadas para o transporte de animais. A tentativa de encomendar, das serralheiras das cercanias, grades adaptadas redundou em fracasso. Não há dinheiro.

Comenta-se, por aí, que o Ministério da Saúde disponibilizou dinheiro para o combate à doença. Se existe esse dinheiro, de certeza que está a ter outra aplicação que não aquela para a qual foi inicialmente projectada. Os cães vadios continuam, por fim, a pulular por aí, com as mandíbulas de fora, quais vampiros sedentos de sangue, prontos para contaminar outros animais, prontos para reduzir mais uma vida humana.

Negligência. No fundo, é essa palavra que traduz o silêncio de quem deve, ao menos, emprestar apoio moral a quem tenha perdido alguém para a raiva ou dar voz de comando para que a luta contra doença seja mais eficaz. Uma negligência que na verdade, soa a desprezo. Afinal a raiva é doença dos pobres. Isso, assim. É de dar raiva!

8.10 POPULAÇÃO DO CAIUNDO JÁ TEM AGUA CANALIZADA

Jornal de Angola 16 De Fevereiro de 2009

A população da comuna do Caiundo, província do Kuando- Kubango, estimada em 43 .994 Habitantes, está a beneficiar de água potável canalizada, desde o início deste ano, com a entrada em funcionamento de uma estação de captação, tratamento e distribuição do produto, construída no quadro do Programa de

Investimentos Públicos (PIP) 2007/2008.

O empreendimento tem capacidade para bombear 100 mil litros de água por hora e localiza-se nas margens do rio Kubango, tendo a sua construção consistira na criação de um edifício, instalação de uma electro-bomba e um gerador de 220KVA.

Enquadrado no projecto nacional "Água Para Todos", a empreitada contou com a contribuição de 10 trabalhadores, na sua maioria Jovens.

Foram igualmente construídos oito chafarizes e feitas ligações a cerca de 30 residências.

O administrador comunal, Elísio Macaia, disse que a população deixou de consumir água imprópria e agora regista-se uma diminuição no índice de prevalência de doenças diarreicas e respiratórias agudas, muito frequentes na localidade.

Situada a 149 quilómetros a sul de Menongue, capital da província do Kuando-Kubango, a localidade ganhou igualmente este ano uma maternidade com seis salas de internamento cada com capacidade para igual número de pacientes, uma escola do primeiro ciclo com 12 salas de aulas e uma central térmica equipada com um gerador 400 KVA. A circunscrição conta também com uma zona de residencial, com 12 casas económicas para os quadros locais.

8.11 Kwanza-Norte define prioridades para as administrações municipais

Jornal de Angola 27 de Fevereiro de 2009

O melhoramento na distribuição e abastecimento de água às populações, saneamento básico, extensão da rede sanitária e inserção de maior número de alunos no sistema de ensino devem constar na lista das prioridades de trabalhos das "Administrações municipais, recomendou o governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique Júnior, durante a tomada de posse dos novos administradores de Cazengo, Banga, Kikulungo, Ngonguembo e Samba-Cajú.

Henrique Júnior afirmou que, neste ano, as acções do governo provincial vão se cingir, também, na promoção do comércio rural, pintura e manutenção dos edifícios das cidades e vilas, recuperação dos espaços verdes, largos e recintos desportivos, principalmente dos campos de futebol, construção de casas para a juventude, criação de bibliotecas e centros de educação comunitária.

À luz dos despachos números 30 e 31 de 11 de

Fevereiro deste ano e de acordo com a alínea c) do artigo 17 do decreto-lei nº 12/07 de 3 de Janeiro, Henrique Júnior nomeou Ferreira Pinto para o cargo de administrador municipal de Samba-Cajú, Mateus André Garcia para o Ngonguembo, Cristóvão Kieza para a Banga, enquanto que para o Cazengo foi nomeada Edvigens de Jesus.

Para o cargo de administradores municipais adjuntos foram indicados os cidadãos José Teixeira (Lucala), Eulália Bastos (Samba-Cajú), Manuela António (GolungoAlto) e Correia Filhos (Ámbaca).

Na mesma senda, foram ainda nomeados para administradores comunais Hélder Bengui, para Kikiemba (município de Bolongongo), Alves José, Massangano (Cambambe), Jerónimo Gavião, Kiangombe (Lucala) e Evaristo Manuel para a comuna do Luinga (município de Ámbaca).

Para os cargos das direcções provincial do Kwanza-Norte do Comércio, Transportes e Telecomunicações foram empossados Maria da Conceição Garrido e Vitorino Abel, respectivamente.

Henrique Júnior pediu aos empossados dedicação e afinco ao trabalho, advertindo-os que os êxitos só serão alcançadas através do espírito de iniciativa laboral, profissionalismo, disciplina e, acima de tudo, observância das regras de administração e gestão dos bens públicos. Os empossados prometeram apresentar, nos próximos dias, os planos de trabalho locais depois de um amplo conhecimento da situação real das municipalidades em que estão indicados.

9 AMBIENTE

9.1 Pobreza causa estragos ao ambiente

Jornal de Angola 1 de Fevereiro de 2009

Os elevados níveis de pobreza e de desemprego são considerados factores de desequilíbrio do meio ambiente, na província do Kuando-Kubango.

Segundo o chefe de departamento provincial do Ministério do Ambiente no Kuando-Kubango, Júlio Bravo, o desemprego e a pobreza têm estado na base da exploração inadequada dos recursos naturais.

Aquele responsável que falava no final da campanha de recolha de resíduos sólidos nas diferentes artérias da cidade de Menongue, apelou aos actores sociais e à população em geral para pautarem por uma conduta social aceitável com vista a preservar o meio ambiente.

Júlio Bravo apelou também no sentido de se promoverem acções que visam combater os graves problemas sociais que afectam a maioria da população, como o analfabetismo" a fome, o acesso aos cuidados médicos na perspectiva de se dar uma vida melhor à população.

A actividade, inserida nas comemorações do Dia Nacional do Ambiente, serviu para, uma vez mais, chamar a atenção da população na reflexão sobre as consequências nefastas do lixo na rua, corte de árvores e queimadas.

Em alusão à data, o departamento do Ambiente está a realizar em Menongue palestras que envolvem efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia Nacional e sectores da sociedade civil.

O administrador municipal de Menongue, Filipe Francisco Chiaca, disse que a acção visa a sensibilização e mobilização de todos para a preservação do ambiente.

Filipe Chiaca recomendou à população para não depositar os resíduos sólidos em locais inapropriados.

9.2 Dia Nacional do Ambiente destaca reconhecimento do direito tradicional à terra

Angolense 31 a 7 de Fevereiro de 2009

Na província do Huambo, o Dia Nacional do Ambiente que se assinala neste sábado, 31 de Janeiro, estará a ser comemorado (acto central) na Comunidade da Juila, município da Ekunha, de acordo com informações de boa fonte a que o Angolense teve acesso.

Até a hora do fecho desta edição, era pelo menos esta a intenção da Direcção Provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (DPOTUA).

Foram programadas actividades como plantação de árvores e dissertações sobre os temas: Degradação Florestal, Aquecimento Global e Medidas de Prevenção no Combate a Desertificação.

A escolha da comunidade de Juila para albergar o grosso das actividades do Dia Nacional do Ambiente naquela província não foi um mero acaso e tem um claro propósito.

Como se sabe e de acordo com o que este semanário já noticiou o ano passado, a Comunidade da Juila ocupa um lugar simbólico.

Foi a primeira comunidade da Província do Huambo que recebeu o título de reconhecimento de ocupação, posse e referido título representava um passo importante na valorização das comunidades rurais.

Frisou ainda que a acção demonstrava que o Estado angolano reconhece os direitos históricos das comunidades, inclusive os seus usos e costumes.

Ana Paula de Carvalho referiu na ocasião que "hoje em dia, a política do governo não só está direccionada para a reconstrução e desenvolvimento dos sectores da economia, saúde, educação, mas também para a resolução das preocupações das comunidades rurais".

As actividades do Dia Nacional do Ambiente sendo desenvolvidas nessa comunidade somente realçam o interesse e o compromisso que o Governo do Huambo, representado pela DPOTUA esta a ter com as comunidades rurais.

De acordo com as informações deste periódico para a

Comunidade de Juila e para participarem neste acto comemorativo do Dia Nacional do Ambiente foram convidadas ONGs locais e internacionais, representantes da sociedade civil e a FAO – Projecto Terra.

A terra tradicional de um projecto Pilotado pela FAO, a agência das Nações Unidas que responde pelas questões globais da alimentação e da agricultura, está neste momento a ser implementado em Angola um projecto denominado "Terra" que abrange três províncias e conta com um financiamento da Comissão Europeia da ordem dos 2.75 milhões de euros para um período de três anos.

O projecto que abrange as províncias de Benguela, Huambo e Huíla está em marcha desde Agosto de 2007 e visa apoiar as instituições governamentais de posse e gestão de terra no sentido de promover um desenvolvimento rural equitativo naquelas três regiões.

O projecto tem as suas atenções igualmente orientadas para a resolução da questão da posse da terra, o que passa, nomeadamente, pelo reconhecimento (titularização) dos direitos das comunidades rurais.

Para além do respaldo existente na legislação angolana, esta intervenção foi objecto de pertinentes recomendações saídas 128a sessão do Conselho da FAO realizado em Junho de 2005.

O projecto foi montado com base numa estratégia ancorada na colaboração estreita com as instituições de apoio técnico, nomeadamente, das Direcções Provinciais da Agricultura, do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDAs). Esta intervenção está a acontecer ao nível dos municípios e com unas, onde a FAO no âmbito deste projecto tem estado a capacitar os quadros dos parceiros do governo em técnicas de delimitação participativa das terras das comunidades rurais, capacitação em matéria de geo-referenciamento através dum software denominado "ArcView" a partir do qual se pode elaborar o croquis de localização.

9.3 Primeiro-Ministro aborda ambiente com a delegação do "Planeta Terra"

Jornal de Angola 27 de Fevereiro de 2009

Questões ambientais e a necessidade de identificação de parcerias, para os grandes desafios ambientais do século XXI foram o centro da conversa que a Delegação Pla-

neta Terra, da UNESCO, manteve com o Primeiro-ministro, António Paulo Kassoma.

Paulo Kassoma foi igualmente informado sobre a importância do programa Planeta Terra e a participação de Angola nesta iniciativa mundial.

O director executivo do Ano Internacional do Planeta Terra, Eduardo Mulder, disse no final da audiência que o encontro serviu para expressar os objectivos e as aspirações da organização e mostrar que benefícios Angola pode ter ao se relacionar com a organização.

O responsável da delegação, que está em Angola desde segunda-feira, explicou que a organização Planeta Terra tem como objectivo principal dar a conhecer as questões relacionadas com o ambiente, "para que se tenha uma Terra mais saudável e harmoniosa".

Muitos problemas que acontecem na Terra, disse, "são resultado da falta de conhecimento por parte das pessoas e do mau uso do conhecimento por parte dos políticos ou responsáveis dos órgãos de decisão".

Segundo Eduardo Mulder, a organização pretende realizar, a partir do próximo ano, em Angola, um fórum sobre o ambiente. O evento terá a periodicidade de dois anos.

A organização vai proceder ao lançamento, em Setembro próximo, do comité nacional daquele programa da UNESCO em Angola.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que acompanhou a delegação da UNESCO ao encontro com Primeiro-ministro, afirmou que o Ministério do Ambiente vai cooperar com a organização e compartilhar os conhecimentos sobre o planeta terra.

Segundo a ministra, no capítulo da globalização, Angola é um país estrategicamente bem posicionado e "África beneficiará também da experiência de Angola".

A visita da delegação do Planeta Terra enquadra-se na prossecução dos objectivos traçados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que declarou os anos 2008 e 2009 como Internacional do Planeta, uma forma de chamar a atenção para os problemas relacionadas com o ambiente.

Durante a sua estada no país, a delegação vai manter encontros com organizações da sociedade civil onde vão apresentar o programa da organização e as oportunidades de participação da juventude e ambientalistas.

A delegação conta com a presença do representante do Planeta Terra para a América Latina, Carlos Oiti Berbet, os representantes dos comités africanos do Planeta Terra, Félix Toteu, e o representante do comité de desenvolvimento da organização, Maurício Fernandes.

9.4 Angola assume compromisso de criar políticas ambientais direccionadas

Jornal de Angola 28 de Fevereiro de 2009

O Governo angolano assumiu; ontem, o compromisso de continuar a criar programas ambientais e a procurar parcelas com organizações internacionais para educação ambiental nos vários sectores, aproximando os factos científicos das decisões políticas.

Esta garantia consta do acordo assinado ontem, em Luanda, entre o Ministério do Ambiente e o Comité Ano Internacional do Planeta Terra da UNESCO.

O objectivo é também divulgar e sensibilizar a sociedade sobre as questões ambientais.

O documento institucionaliza, igualmente, o Comité Nacional de Angola para o Planeta Terra e torna o país no 80º Estado a subscrever o Comité Internacional do Planeta Terra, proclamado em 2007 na Assembleia-geral das Nações Unidas por 192 países.

O leque de actividades do documento abarca aspectos sociais, políticos, ambientais, culturais e éticos, com realce para questões como megacidades, água, saúde, clima, terra, oceanos e outros recursos naturais.

Segundo os princípios da organização Planeta Terra da UNESCO, os comités nacionais dos países membros devem cumprir com os seus programas superiormente traçados, que fazem parte das recomendações obrigatórias, e dar a conhecer os assuntos relacionados com o ambiente para que se tenha uma terra mais saudável e harmoniosa.

Declarações de Fátima Jardim

Em declarações à imprensa, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse que, com a criação do Comité Nacional para o Planeta Terra, o país vai procurar dar respostas ao apelo saído da 60ª sessão do Conselho das Nações Unidas.

A ministra frisou que Angola vai contar com o total apoio do Comité Internacional do Planeta Terra no estudo, investigação e na aquisição de conhecimentos sobre geo-ciências. "Queremos ter uma integração mais efectiva no desenvolvimento de políticas que protejam o ambiente", disse.

Total disponibilidade

Segundo a ministra, Angola, como Estado moderno no contexto das Nações Unidas, deve contribuir para alcançar os principais objectivos e aspirações da organização e mostrar total disponibilidade no cumprimento dos programas relacionados com o ambiente.

O director executivo do Ano Internacional do Planeta Terra, Eduardo Mulder, frisou que Angola é um país em crescimento e reconstrução e que o Governo angolano pode beneficiar desta plataforma de conhecimento e aplicar todo este conhecimento.

Eduardo Mulder disse que um dos temas em que a organização vai trabalhar com o Governo angolano tem a ver com a extracção mineira sustentável.

"O nosso principal compromisso, a longo prazo, com o Governo angolano, é o fórum africano para o desenvolvimento sustentável, onde se vai abordar a extracção mineira".

Eduardo Mulder afirmou que foi uma grande honra reunir com as entidades angolanas, particularmente com o Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma.

Esta visita, disse, serviu para perceber que o Estado angolano está atento às situações relacionadas com o ambiente e disposto a trabalhar em prol de uma sociedade mais equilibrada.